Sábado 21 de Novembro de 1925 — I Série — Número 252

DIÁRIO DO GOVÊRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — 19$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Govêrno*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS

As 3 séries . . .	Ano 210$	Semestre	130$
A 1.ª série . . .	» 90$	»	48$
A 2.ª série . . .	» 80$	»	43$
A 3.ª série . . .	» 80$	»	43$

Avulso: Número de duas páginas $30; de mais de duas páginas $30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado é de 2$50 a linha, acrescido do respectivo impôsto do sêlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Carta de Confirmação e Ratificação—Faz saber que em 28 de Agosto de 1924 se concluíram e assinaram em Estocolmo, entre Portugal e outras nações, uma Convenção postal universal, bem como seis Acordos referentes à permutação de cartas e caixas com valores declarados, à permutação de encomendas postais, ao serviço de vales de correio, ao serviço de transferências postais, ao serviço de cobrança e às assinaturas de jornais e publicações periódicas.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

MANUEL TEIXEIRA GOMES, Presidente da República Portuguesa pelo voto do Congresso:

Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos 28 dias do mês de Agosto de 1924, se concluíram e assinaram em Estocolmo, entre Portugal e outras nações, uma Convenção postal universal, bem como seis Acordos referentes à permutação de cartas e caixas com valores declarados, à permutação de encomendas postais, ao serviço de vales de correio, ao serviço de transferências postais, ao serviço de cobranças e às assinaturas de jornais e publicações periódicas.

Visto, examinado e considerado quanto se contém na Convenção e Acordos adiante inseridos, aprovados por decreto de 28 de Setembro de 1925, são, pela presente Carta, a mesma Convenção e Acordos confirmados e ratificados, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dados por firmes e válidos para produzirem os seus devidos efeitos e serem inviolàvelmente cumpridos e observados.

Em testemunho e firmeza do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o sêlo da República.

Dada nos Paços do Govêrno da República, 14 de Novembro de 1925. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Vasco Borges*.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

TABLE DES MATIÈRES

TITRE I

De l'Union Postale Universelle

CHAPITRE I

Organisation et ressort de l'Union

Art. 1. — Constitution de l'Union.
Art. 2. — Adhésions nouvelles. Procédure.
Art. 3. — Conventions et Arrangements de l'Union.
Art. 4. — Règlements d'exécution.
Art. 5. — Traités spéciaux et Unions restreintes. Rayon limitrophe.
Art. 6. — Législation intérieure.
Art. 7. — Relations avec les Pays étrangers à l'Union.
Art. 8. — Colonies, protectorats, etc.
Art. 9. — Ressort de l'Union.
Art. 10. — Arbitrages.
Art. 11. — Sortie de l'Union. Cessation de participation aux Arrangements.

CHAPITRE II

Congrès, Conférences, Commissions

Art. 12. — Congrès.
Art. 13. — Ratifications. Mise à exécution et durée des Actes du Congrès.
Art. 14. — Congrès extraordinaires.
Art. 15. — Règlement des Congrès.
Art. 16. — Conférences.
Art. 17. — Commissions.

CHAPITRE III

Propositions dans l'intervalle des réunions

Art. 18. — Introductions des propositions.
Art. 19. — Examen des propositions.
Art. 20. — Conditions d'approbation.
Art. 21. — Notification des résolutions.
Art. 22. — Exécution des résolutions.

CHAPITRE IV

Du Bureau International

Art. 23. — Attributions générales.
Art. 24. — Dépenses du Bureau International.

TITRE II

Règles d'ordre général

CHAPITRE UNIQUE

Art. 25. — Liberté de transit.
Art. 26. — Droit d'utiliser les services de l'Union.
Art. 27. — Interdiction de taxes non prévues.
Art. 28. — Suspension temporaire de service.
Art. 29. — Monnaie-tipe.
Art. 30. — Equivalents.
Art. 31. — Formules. Langue.
Art. 32. — Cartes d'identité.

TITRE III

Dispositions concernant les correspondances postales

CHAPITRE I

Dispositions générales

Art. 33. — Objets de correspondance.
Art. 34. — Taxes et conditions générales.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

CONVENÇÃO POSTAL UNIVERSAL

ÍNDICE

TÍTULO I

Da União Postal Universal

CAPÍTULO I

Organização e área da União

Art. 1. — Constituïção da União.
Art. 2. — Adesões novas; seu processo.
Art. 3. — Convenções e Acordos da União.
Art. 4. — Regulamentos de execução.
Art. 5. — Tratados especiais e União restrita. Raio limítrofe.
Art. 6. — Legislação interna.
Art. 7. — Relações com os Países estranhos à União.
Art. 8. — Colónias e Protectorados, etc.
Art. 9. — Área da União.
Art. 10. — Arbitragens.
Art. 11. — Saída da União. Cessação da participação nos Acordos

CAPÍTULO II

Congressos. Conferências. Comissões

Art. 12. — Congressos.
Art. 13. — Ratificações. Entrada em vigor e duração dos Actos do Congresso.
Art. 14. — Congressos extraordinários.
Art. 15. — Regulamento do Congresso.
Art. 16. — Conferências.
Art. 17. — Comissões.

CAPÍTULO III

Propostas no intervalo das reüniões

Art. 18. — Apresentação das propostas.
Art. 19. — Exame das propostas.
Art. 20. — Condições de aprovação.
Art. 21. — Notificação das resoluções.
Art. 22. — Execução das resoluções.

CAPÍTULO IV

Secretaria Internacional

Art. 23. — Atribuïções gerais.
Art. 24. — Despesas da Secretaria Internacional.

TÍTULO II

Regras de ordem geral

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 25. — Liberdade de trânsito.
Art. 26. — Direito de utilizár os serviços da União.
Art 27. — Interdição de taxas não previstas.
Art. 28. — Suspensão temporária de serviços.
Art. 29. — Moeda-tipo.
Art. 30. — Equivalentes.
Art. 31. — Modelos. Língua.
Art. 32. — Bilhetes de identidade.

TÍTULO III

Disposições respeitantes às correspondências postais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 33. — Classes de correspondência.
Art. 34. — Taxas e condições gerais.

Art. 35. — Affranchissement.
Art. 36. — Taxe en cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.
Art. 37. — Correspondances en dehors de l'Union.
Art. 38. — Surtaxes.
Art. 39. — Taxes spéciales.
Art. 40. — Envois exprès.
Art. 41. — Interdictions.
Art. 42. — Modalités d'affranchissement.
Art. 43. — Franchise de port.
Art. 44. — Coupons-réponse.
Art. 45. — Retrait. Modification d'adresse.
Art. 46. — Réexpedition. Rebuts.
Art. 47. — Réclamations.

CHAPITRE II

Envois recommandés

Art. 48. — Taxes.
Art. 49. — Avis de réception.
Art. 50. — Étendue de la responsabilité.
Art. 51. — Exceptions au principe de la responsabilité.
Art. 52. — Cessation de la responsabilité.
Art. 53. — Payement de l'indemnité.
Art. 54. — Délai de payement.
Art. 55. — Détermination de la responsabilité.
Art. 56. — Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur.
Art. 57. — Responsabilité pour les envois recommandés en dehors des limites de l'Union.

CHAPITRE III

Envois contre remboursement

Art. 58. — Taxes et conditions. Liquidation.
Art. 59. — Annulation du montant du remboursement.
Art. 60. — Responsabilité en cas de perte de l'envoi.
Art. 61. — Garantie des sommes encaissées régulièrement.
Art. 62. — Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.
Art. 63. — Sommes encaissées régulièrement. Indemnités. Payement et recours.
Art. 64. — Délai de payement.
Art. 65. — Détermination de la responsabilité.
Art. 66. — Remboursement des sommes avancées.
Art. 67. — Mandats de remboursement.
Art 68. — Partage de la taxe et du droit de remboursement.

CHAPITRE IV

Attribution des taxes. Frais de transit et d'entrepôt

Art. 69. — Attribution des taxes.
Art. 70. — Frais de transit.
Art. 71. — Frais d'entrepôt.
Art. 72. — Exemption de frais de transit.
Art. 73. — Services extraordinaires.
Art. 74. — Services aériens.
Art. 75. — Payements et décomptes.
Art. 76. — Frais de transit dans les relations avec les Pays étrangers à l'Union.
Art. 77. — Échange de dépêches closes avec des bâtiments de guerre.

Dispositions diverses

Art. 78. — Inobservation de la liberté de transit.
Art. 79. — Engagements.

Dispositions finales

Art. 80. — Mise à exécution et durée de la Convention.

Protocole final de la Convention

Art. I. — Retrait de correspondances.
Art. II. — Equivalents: limites maxima et minima.
Art. III. — Faculté de prescrire l'affranchissement obligatoire.
Art. IV. — Dépôt de correspondances à l'étranger.
Art. V. — Once avoirdupois.
Art. VI. — Coupons-réponse.
Art. VII. — Droit de recommandation.
Art. VIII. — Frais d'entrepôt.
Art. IX. — Protocole laissé ouvert aux Pays non représentés.

Art. 35. — Franquia.
Art. 36. — Taxas no caso de ausência ou insuficiência de franquia.
Art. 37. — Correspondências fora da União.
Art. 38. — Sobretaxas.
Art. 39. — Taxas especiais.
Art. 40. — Correspondências a entregar por próprio.
Art. 41. — Proïbições.
Art. 42. — Modos de franquear.
Art. 43. — Isenção de franquia.
Art. 44. — Cupões-resposta.
Art. 45. — Retirada. Modificação de enderêço.
Art. 46. — Reexpedição. Refugos.
Art. 47. — Reclamações.

CAPÍTULO II

Correspondências registadas

Art. 48. — Taxas.
Art. 49. — Avisos de recepção.
Art. 50. — Limite da responsabilidade.
Art. 51. — Excepções ao princípio da responsabilidade.
Art. 52. — Cessação da responsabilidade.
Art. 53. — Pagamento da indemnização.
Art. 54. — Prazo do pagamento.
Art. 55. — Determinação da responsabilidade.
Art. 56. — Reembôlso da indemnização à Administração expedidora.
Art. 57. — Responsabilidade pelos objectos registados fora dos limites da União.

CAPÍTULO III

Correspondências sujeitas a embôlso

Art. 58. — Taxas e condições. Liquidação.
Art. 59. — Anulação da importância do embôlso.
Art. 60. — Responsabilidade no caso de perda da correspondência.
Art. 61. — Garantia das quantias regularmente cobradas.
Art. 62. — Indemnização no caso de falta de cobrança, cobrança insuficiente ou fraudulenta.
Art. 63. — Importâncias cobradas regularmente. Indemnizações. Pagamento e recursos.
Art. 64. — Prazo de pagamento.
Art. 65. — Determinação de responsabilidade.
Art. 66. — Reembôlso das quantias adiantadas.
Art. 67. — Vales de embôlso.
Art. 68. — Partilha da taxa e da percentagem de embôlso.

CAPÍTULO IV

Arrecadação de taxas. Direitos de trânsito e de entreposto

Art. 69. — Arrecadação das taxas.
Art. 70. — Direitos de trânsito.
Art. 71. — Direitos de entreposto.
Art. 72. — Isenção de direitos de trânsito.
Art. 73. — Serviços extraordinários.
Art. 74. — Serviços aéreos.
Art. 75. — Pagamentos e descontos.
Art. 76. — Direitos de trânsito nas relações com os países estranhos à União.
Art. 77. — Permutação de malas fechadas com os navios de guerra.

Disposições diversas

Art. 78. — Inobservância da liberdade de trânsito.
Art. 79. — Compromissos.

Disposições finais

Art. 80. — Entrada em vigor e duração da Convenção.

Protocolo final da Convenção

Art. I. — Retirada de correspondências.
Art. II. — Equivalentes: limites máximos e mínimos.
Art. III. — Faculdade de estabelecer franquia obrigatória.
Art. IV. — Lançamento de correspondências no estrangeiro.
Art. V. — Onça *avoirdupois*.
Art. VI. — Cupões-resposta.
Art. VII. — Prémio de registo.
Art. VIII. — Direito de entreposto.
Art. IX. — Protocolo aberto aos países não representados.

Art. X. — Protocole laissé ouvert aux Pays représentés pour signatures et adhésions.
Art. XI. — Délai pour la notification des adhésions par les Pays de l'Union non représentés.
Art. XII. — Commission d'Études.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Convention Postale Universelle conclue entre

L'Union de l'Afrique du Sud, l'Albanie, l'Allemagne, les États-Unis d'Amérique, l'ensemble des possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, les Iles Philippines, la République Argentine, la Commonwealth de l'Australie, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Canada, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatémala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'État libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zélande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les États-Unis de Vénézuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Stockholm en vertu de l'article 27 de la Convention postale universelle conclue à Madrid le 30 novembre 1920, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, revisé ladite Convention conformément aux dispositions suivantes:

TITRE I

De l'Union postale universelle

CHAPITRE I

Organisation et ressort de l'Union

ARTICLE PREMIER

Constitution de l'Union

Les Pays entre lesquels est conclue la présente Convention forment, sous la dénomination d'Union postale universelle, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances.

L'Union postale a également pour objet d'assurer l'organisation et le perfectionnement des divers services postaux internationaux.

Art. X. — Protocolo aberto aos países representados para assinatura e adesões.
Art. XI. — Prazo para a notificação das adesões pelos países da União não representados.
Art. XII. — Comissão de Estudos.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Convenção Postal Universal celebrada entre os seguintes países

União da África do Sul, Albânia, Alemanha, Estados Unidos da América do Norte, conjunto das possessões insulares dos Estados Unidos da América (não incluindo as Ilhas Filipinas), Ilhas Filipinas, República Argentina, Commonwealth da Austrália, Áustria, Bélgica, Colónia do Congo Belga, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, República de Colômbia, República de Costa Rica, República de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre do Dantzig, República Dominicana, Egipto, Equador, Espanha, Colnias Espanholas, Estónia, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e Protectorados Franceses da Indo-China, conjunto das outras Colónias Francesas, Grã-Bretanha e diversas Colónias o Protectorados Britânicos, Grécia, Guatemala, República do Haiti, República de Honduras, Hungria, Índia Britânica, Estado Livre da Irlanda, Islândia, Itália (conjunto das Colónias Italianas), Japão, Chosen, conjunto das outras dependências Japonesas, Letónia, República de Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com excepção da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, República do Panamá, Paraguai, Países-Baixos, Índias Neerlandesas, Colónias Neerlandezas na América, Peru, Pérsia, Polónia, Portugal, Colónias Portuguesas da Africa, Colónias Portuguesas da Asia e da Oceânia, Roménia, República do S. Marino, Salvador, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, União das Repúblicas Sovietistas Socialistas, Uruguai, Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos países acima indicados, reünidos no Congresso de Estocolmo em virtude do artigo 27.º da Convenção Postal Universal celebrada em Madrid a 30 de Novembro de 1920, modificaram de comum acôrdo, e sob reserva de ratificação, a sobredita Convenção, conforme as disposições seguintes:

TÍTULO I

Da União Postal Universal

CAPÍTULO I

Organização e atribuições da União

ARTIGO 1

Constituição da União

Os países entre os quais é celebrada a presente Convenção formam, sob a denominação de União Postal Universal, um só território postal para a permutação recíproca das correspondências.

A União postal tem igualmente por fim assegurar a organização e o aperfeiçoamento dos diversos serviços postais internacionais.

ARTICLE 2

Adhésions nouvelles. Procédure

Les Pays qui ne font pas partie de l'Union sont admis en tout temps à adhérer à la Convention.

Leur demande d'adhésion doit être notifiée par voie diplomatique au Gouvernement de la Confédération suisse et par celui-ci aux Gouvernements de tous les Pays de l'Union.

ARTICLE 3

Convention et Arrangements de l'Union

Le service de la poste aux lettres est réglé par les dispositions de la Convention.

D'autres services tels que ceux, notamment, des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, des colis postaux, des mandats de poste, des virements postaux, des valeurs à recouvrer et des abonnements aux journaux et écrits périodiques, font l'objet d'Arrangements entre Pays de l'Union.

Ces Arrangements sont obligatoires seulement pour les Pays qui y ont adhéré.

L'adhésion à un ou plusieurs de ces Arrangements est soumise aux dispositions de l'article précédent.

ARTICLE 4

Règlements d'exécution

Les Administrations de l'Union arrêtent d'un commun accord, dans des Règlements d'exécution, les mesures d'ordre et de détail nécessaires à l'exécution de la Convention et des Arrangements.

ARTICLE 5

Traités spéciaux et Unions restreintes. Rayon limitrophe

1.— Les Pays de L'Union ont le droit de maintenir et de conclure des traités ainsi que de maintenir et d'établir des unions restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

2.— De leur côté, les Administrations sont autorisées à prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui n'intéressent pas l'ensemble de l'Union, sous réserve de ne pas y introduire des dispositions moins favorables que celles prévues par les Actes de l'Union. Elles peuvent, notamment, en ce qui concerne les objets de correspondance, s'entendre entre elles pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

ARTICLE 6

Législation intérieure

Les stipulations de la Convention et des Arrangements de l'Union ne portent pas atteinte à la législation de chaque Pays dans tout ce qui n'est pas expressément prévu par ces Actes.

ARTICLE 7

Relations avec les Pays étrangers à l'Union

Les Administrations de l'Union qui entretiennent des relations avec des Pays étrangers à celle-ci sont tenues de mettre ces relations à la disposition des autres Administrations pour l'échange des correspondances.

Les dispositions de la Convention s'appliquent à l'échange des objets de correspondance entre les Pays de l'Union et des Pays étrangers à cette dernière, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes au moins.

ARTIGO 2

Adesões novas. Seu processo

Têm a faculdade de aderir à presente Convenção, quando o pedirem, todos os países que não façam parte da União.

Esta adesão é notificada, por via diplomática, ao Govêrno da Confederação Suíça, e por êste Govêrno a todos os países da União.

ARTIGO 3

Convenção e acordos da União

O serviço das correspondências é regulado pelas disposições da Convenção.

Outros serviços, como o das cartas e caixas com valor declarado, das encomendas postais, dos vales postais, das transferências postais, dos valores a cobrar, e das assinaturas de jornais e publicações periódicas, constituem assunto de acordos entre países da União.

Estes acordos são obrigatórios sòmente para os países que a êles tenham aderido.

A adesão a um ou a diversos dêstes acordos fica sujeita às disposições do artigo precedente.

ARTIGO 4

Regulamentos de execução

As administrações da União fixam de comum acordo, em regulamentos de execução, as disposições necessárias à execução da Convenção e dos acordos.

ARTIGO 5

Tratados especiais e uniões restritas. Raio limítrofe

1.— Os países da União têm o direito de manter e concluir tratados assim como manter ou estabelecer uniões restritas referentes à redução de taxas ou de qualquer outro melhoramento nas relações postais.

2.— Por sua parte as administrações são autorizadas a estabelecer entre elas os acordos necessários sôbre questões que não interessem o conjunto da União, com a restrição de não lhes introduzirem disposições menos favoráveis que as previstas pelos actos da União. É comtudo permitido às Administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de taxas reduzidas num raio de 30 quilómetros.

ARTIGO 6

Legislação interna

As estipulações da Convenção e dos Acordos da União não prejudicam a legislação de cada País em tudo que não estiver expressamente previsto nas mesmas estipulações.

ARTIGO 7

Relações com os países estranhos à União

As Administrações da União que mantêm relações com Países a ela estranhos devem prestar o seu concurso às outras Administrações para a permutação de correspondências com êsses países.

As disposições da Convenção aplicam-se à permutação das correspondências entre os Países da União e os Países a ela estranhos todas as vezes que esta permutação utilize o serviço de, pelo menos, dois dos países aderentes.

ARTICLE 8

Colonies, protectorats, etc.

Sont considérés comme formant un seul Pays ou une seule Administration de l'Union, suivant le cas, au sens de la Convention et des Arrangements en ce qui concerne, notamment, leur droit de vote aux Congrès, aux Conférences et dans l'intervalle entre les réunions, ainsi que leur contribution aux dépenses du Bureau international de l'Union postale universelle:

1° la colonie du Congo belge;
2° l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique, autres que les îles Philippines et comprenant Hawaï, Porto-Rico, Guam, et les îles Vierges des Etats-Unis d'Amérique;
3° les îles Philippines;
4° l'ensemble des Colonies espagnoles;
5° l'Algérie;
6° les Colonies et Protectorats français de l'Indochine;
7° l'ensemble des autres Colonies françaises;
8° l'ensemble des Colonies italiennes;
9° le Chosen;
10° l'ensemble des autres Dépendances japonaises;
11° les Indes néerlandaises;
12° les Colonies néerlandaises en Amérique;
13° les Colonies portugaises de l'Afrique;
14° les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie.

ARTICLE 9

Ressort de l'Union

Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

a) les bureaux de poste établis par des Pays de l'Union dans les Pays étrangers à l'Union;

b) la principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'Administration des postes de Suisse;

c) les îles Féroë et le Groenland, comme faisant partie du Danemark;

d) les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val d'Andorre, comme relevant de l'Administration des postes espagnoles;

e) la principauté de Monaco, comme relevant de l'Administration des postes de France;

f) Walfish-Bay, comme faisant partie de l'Union de l'Afrique du Sud; Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de l'Union de l'Afrique du Sud;

g) les bureaux de poste norvégiens établis aux îles de Spitzberg comme relevant de l'Administration des postes de Norvège.

ARTICLE 10

Arbitrages

1. — En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union relativement à l'interprétation de la Convention et des Arrangements ou de la responsabilité dérivant, pour une Administration, de l'application de ces Actes, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

Au cas où l'un des Offices en désaccord ne donnerait pas suite à une proposition d'arbitrage dans le délai de six mois, ou de neuf mois pour les pays d'outre-mer, le Bureau international pourra, sur la demande qui lui en sera faite, provoquer à son tour la désignation d'un arbitre par l'Office défaillant ou en désigner un lui-même, d'office.

ARTIGO 8

Colónias, protectorados, etc.

São considerados como formando um só País ou uma só Administração da União, conforme o caso, perante a Convenção e os Acordos no que respeita, principalmente, ao seu direito de voto nos Congressos, nas Conferências e no intervalo entre as reüniões, assim como a sua contribuição para as despesas da Secretaria Internacional da União postal universal:

1.° A colónia do Congo belga;
2.° O conjunto das possessões insulanas dos Estados Unidos da América exceptuando as ilhas Filipinas e compreendendo Hawaï, Pôrto Rico, Guan e as ilhas Virgens dos Estados Unidos da América;
3.° As ilhas Filipinas;
4.° O conjunto das colónias espanholas;
5.° A Argélia;
6.° As colónias e protectorados franceses da Indo-China;
7.° O conjunto das outras colónias francesas;
8.° O conjunto das colónias italianas;
9.° O Chosen;
10.° O conjunto das outras dependências japonesas;
11.° As Índias neerlandesas;
12.° As colónias neerlandesas na América;
13.° As colónias portuguesas da África;
14.° As colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia.

ARTIGO 9

Área da União

São considerados como pertencendo à União postal universal:

a) As estações postais estabelecidas por Países da União em Países a ela estranhos;

b) O principado de Liechtenstein, como dependente da Administração dos correios da Suíça.

c) As ilhas de Féroe e a Groenlândia, como fazendo parte da Dinamarca;

d) As possessões espanholas da costa setentrional de África, como fazendo parte da Espanha; a República do Vale de Andorra, como dependente da Administração dos correios espanhóis;

e) O principado de Monaco, como dependente da Administração dos correios de França;

f) Walfish-Bay como fazendo parte da União da África do Sul; Basutolândia como dependente da Administração dos correios da União da África do Sul;

g) As estações do correio norueguesas estabelecidas nas ilhas de Spitzberg como dependentes da Administração dos correios da Noruega.

ARTIGO 10

Arbitragens

1. — Quando houver desacôrdo entre dois ou mais Países da União, relativamente à interpretação da Convenção e dos Acordos ou à responsabilidade que derive para uma administração da aplicação dos seus Actos, é regulada a questão pendente por um juízo arbitral. Para êsse fim cada uma das Administrações discordantes escolhe um País da União que não esteja directamente interessado no assunto.

No caso dalguma das Administrações discordantes não dar qualquer solução a uma proposta de arbitragem no prazo de seis meses, ou de nove meses para os Países de além-mar, poderá a Secretaria Internacional, se lho pedirem, promover por sua vez a designação de um árbitro pela Administração em falta ou nomear, ela própria, um *ex officio*.

2. — La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

A défaut d'une entente sur le choix, cette Administration est désignée par le Bureau international parmi les membres de l'Union non proposés par les arbitres.

4. — Les arbitres ne peuvent être désignés en dehors des Offices exécutant l'Arrangement qui donne lieu au litige.

ARTICLE 11

Sortie de l'Union. Cessation de participacion aux Arrangements

Chaque Partie contractante a la faculté de se retirer de l'Union ou de cesser sa participation aux Arrangements moyennant avertissement donné un an à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

CHAPITRE II

Congrès. Conférences. Commissions

ARTICLE 12

Congrès

1. — Les délégués des Pays de l'Union se réunissent en Congrès au plus tard cinq ans après la date de mise à exécution des Actes du Congrès précédent en vue de les soumettre à revision ou de les compléter, s'il y a lieu.

Chaque Pays se fait représenter au Congrès par un ou plusieurs délégués plénipotentiaires, munis par leur Gouvernement, des pouvoirs nécessaires. Il peut, au besoin, se faire représenter par la délégation d'un autre Pays. Toutefois, il est entendu qu'une délégation ne peut être chargée que de la représentation de deux Pays, y compris celui qui la primitivement accréditée.

Dans les délibérations, chaque Pays dispose d'une seule voix.

2. — Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du Congrès suivant. Celui-ci est convoqué par les soins du Gouvernement du Pays dans lequel il doit avoir lieu, après entente avec le Bureau international. Ce Gouvernement est également chargé de la notification à tous les Gouvernements et Pays de l'Union des décisions prises par le Congrès.

ARTICLE 13

Ratifications. Mise à exécution et durée des Actes du Congrès

Les Actes des Congrès sont ratifiés aussitôt que possible et les ratifications sont communiquées au Gouvernement du Pays, siège du Congrés.

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes ne ratifieraient pas l'un ou l'autre des Actes signés par elles, ceux-ci n'en seraient pas moins valables pour les Etats qui les auront ratifiés.

Ces Actes sont mis à exécution simultanément et ont la même durée.

Dès le jour fixé pour la mise à exécution des Actes adoptés par un Congrès, tous les Actes du Congrès précédent sont abrogés, sauf disposition contraire.

ARTICLE 14

Congrès extraordinaires

Lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers au moins des Pays contractants, un Congrès extraordinaire est réuni après entente avec le Bureau international.

2. — A decisão dos árbitros é tomada por maioria absoluta de votos.

3. — No caso de empate de votos, devem os árbitros escolher, para decisão final da questão, qualquer outro País também desinteressado no litígio.

Na falta de acôrdo na escolha, esta Administração é designada pela Secretaria Internacional entre os Países da União não propostos pelos árbitros.

4. — Os árbitros não podem ser escolhidos fora das Administrações que executam o Acôrdo que dá lugar ao litígio.

ARTIGO 11

Saída da União. Cessação de participação nos Acordos

Cada parte contratante tem a faculdade de se retirar da União ou de cessar a sua participação nos Acordos mediante aviso dado com um ano de antecedência pelo seu Govêrno ao Govêrno da Confederação Suíça.

CAPÍTULO II

Congressos. Conferências. Comissões

ARTIGO 12

Congressos

1. — Os delegados dos Países da União reünir-se hão em Congresso pelo menos cinco anos depois da data da entrada em vigor dos actos do Congresso precedente, a fim de os submeter a revisão ou de os completar, se fôr necessário.

Cada País faz-se representar no Congresso por um ou mais delegados plenipotenciários, munidos dos poderes necessários pelo seu Govêrno. Pode, se necessário fôr, fazer-se representar pela delegação de um outro País. Contudo fica entendido que uma delegação não pode encarregar-se de representar mais de dois Países, entrando nesse número o que primitivamente a acreditou.

Nas resoluções a tomar cada País dispõe de um único voto.

2. — Cada Congresso fixa o lugar de reünião do Congresso seguinte. Êste será convocado pelo Govêrno do País em que terá lugar, com prévio entendimento com a Secretaria Internacional. Êste Govêrno é também encarregado de notificar as decisões tomadas no Congresso a todos os Governos e Países da União.

ARTIGO 13

Ratificações. Entrada em vigor e duração dos actos do Congresso

Os actos dos Congressos são ratificados com a brevidade possível e as ratificações são comunicadas ao Govêrno do País sede do Congresso.

No caso de uma ou mais das partes contratantes não ratificarem um ou outro dos actos por elas assinados, não serão estes de menos valor para os Estados que os tenham ratificado.

Estes actos são postos em vigor simultâneamente e têm a mesma duração.

Desde o dia fixado para a entrada em vigor dos actos de um Congresso, ficam derrogados todos os do Congresso precedente, salvo disposição em contrário.

ARTIGO 14

Congressos extraordinários

Poderá, a pedido feito ou aprovado por dois terços, pelo menos, dos Países contratantes, reünir-se um Congresso extraordinário depois de entendimento com a Secretaria Internacional.

Les règles édictées aux articles 12 et 13 sont applicables aux délégations, aux délibérations et aux Actes des Congrès extraordinaires.

ARTICLE 15

Règlement des Congrès

Chaque Congrès arrête le règlement nécessaire à ses travaux et à ses délibérations.

ARTICLE 16

Conférences

Des Conférences chargées de l'examen de questions purement administratives peuvent être réunies à la demande des deux tiers au moins des Administrations de l'Union.

Elles sont convoquées après entente avec le Bureau international.

Les Conférences arrêtent leur règlement.

ARTICLE 17

Commissions

Les Commissions chargées par un Congrès ou une Conférence de l'étude d'une ou de plusieurs questions déterminées sont convoquées par le Bureau international après entente, le cas échéant, avec l'Administration du Pays où ces Commissions doivent se réunir.

CHAPITRE III

Propositions dans l'intervalle des réunions

ARTICLE 18

Introdution des propositions

Dans l'intervalle des réunions, toute Administration a le droit d'adresser aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant la Convention et son Règlement.

Le même droit est accordé aux Administrations des Pays participant aux Arrangements en ce qui concerne ces Arrangements et leurs Règlements.

Pour être mises en délibération, toutes les propositions introduites dans l'intervalle des réunions doivent être appuyées par au moins deux Administrations, sans compter celle dont elles émanent.

Ces propositions restent sans suite lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps, le nombre nécessaire de déclarations d'appui.

ARTICLE 19

Examen des propositions

Toute proposition est soumise à la procédure suivante:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations pour examiner la proposition et pour faire parvenir au Bureau international, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations avec invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau international leur notifiant les observations présentées, sont considérées comme s'abstenant.

Si la proposition concerne un Arrangement ou le Règlement y relatif, seules les Administrations ayant adhéré à cet Arrangement peuvent prendre part aux opérations indiquées ci-dessus.

As regras estabelecidas nos artigos 12 e 13 são aplicáveis às delegações, às deliberações e aos actos dos Congressos extraordinários.

ARTIGO 15

Regulamento dos congressos

Cada congresso estabelece o regulamento necessário aos seus trabalhos e às suas deliberações.

ARTIGO 16

Conferências

Podem reünir-se conferências encarregadas do exame de questões puramente administrativas, a pedido de dois terços, pelo menos, das Administrações da União.

São convocadas depois de entendimento com a Secretaria Internacional.

As conferências estabelecem o seu regulamento.

ARTIGO 17

Comissões

As Comissões encarregadas por um congresso ou uma conferência do estudo de uma ou mais questões são convocadas pela Secretaria Internacional depois de se ter entendido com a Administração do país onde estas comissões devem reünir-se.

CAPÍTULO III

Propostas no intervalo das reuniões

ARTIGO 18

Apresentação de propostas

No intervalo das reüniões qualquer Administração tem o direito de dirigir às outras Administrações por intermédio da Secretaria Internacional propostas relativas ao regime da Convenção e seu regulamento.

O mesmo direito é concedido às Administrações dos países participantes nos acordos no que diz respeito a êsses acordos e seus regulamentos.

Para que possam entrar em discussão, todas as propostas introduzidas no intervalo das reüniões devem ser apoiadas por, pelo menos, duas Administrações, sem contar aquela donde procedem.

Estas propostas ficam sem seguimento logo que a Secretaria Internacional não receba ao mesmo tempo o número necessário de declarações de apoio.

ARTIGO 19

Exame das propostas

As propostas ficam sujeitas ao seguinte processo:

É concedido às Administrações um prazo de seis meses para examinarem as propostas e enviarem à Secretaria Internacional as observações que tiverem de apresentar, não se aceitando emendas a essas propostas. A mesma Secretaria Internacional colige e comunica às Administrações as respostas recebidas, convidando-as a pronunciarem-se a favor ou contra elas. As Administrações que não emitirem voto num prazo de seis meses, a contar da data da segunda circular da Secretaria internacional notificando os observações feitas, consideram-se como abstendo-se de votar.

Se a proposta diz respeito a um Acôrdo ou ao respectivo regulamento só as Administrações que aderiram a êsse Acôrdo podem tomar parte nas operações acima indicadas.

ARTICLE 20

Conditions d'approbation

1.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des titres I, II et des articles 33 à 36, 38, 48 à 53, 55, 56, 58, 60 à 63, 65 à 75, 77 à 80 de la Convention, ainsi que des articles 1, 4, 17, 53, 66 et 86 de son Règlement;

b) les deux tiers des suffrages s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent;

c) la majorité absolue s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention et de son Règlement, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10.

2.—Les Arrangements fixent les conditions auxquelles est subordonnée l'approbation des propositions qui les concernent.

ARTICLE 21

Notification des résolutions

Les additions et les modifications apportées à la Convention et aux Arrangements sont consacrées par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre à la demande du Bureau international aux Gouvernements des Pays contractants.

Les additions et les modifications apportées aux Règlements sont constatées et notifiées aux Administrations par le Bureau international. Il en est de même des interprétations visées sous la lettre *c*) de l'article précédent.

ARTICLE 22

Exécution des résolutions

Toute addition ou modification adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

CHAPITRE IV

Du Bureau international

ARTICLE 23

Attributions générales

1.—Un Office centrale, fonctionnant à Berne sous la dénomination de Bureau internationale de l'Union postale universelle, et placé sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, sert d'organe de liaison, d'information et de consultation aux Pays de l'Union.

Ce Bureau est chargé, notamment, de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions litigieuses; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès; de notifier les changements adoptés et, en général, de procéder aux études et aux travaux de rédaction ou de documentation que la Convention, les Arrangements et leurs Règlements lui attribuent ou dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union.

2.—Il intervient, à titre d'office de compensation, dans la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service internationale des postes, entre les Administrations qui réclament cette intervention.

ARTIGO 20

Condições de aprovação

1.—Para se tornarem executivas as propostas devem reünir:

a) A unanimidade de votos se se tratar do aditamento de novas disposições ou da modificação das disposições dos títulos I, II e dos artigos 33 a 36, 38, 48 a 53, 55, 56, 58, 60 a 63, 65 a 75, 77 a 80 da Convenção, assim como dos artigos 1, 4, 17, 53, 66 e 86 do seu regulamento;

b) De dois terços dos votos se se tratar da modificação doutras disposições que não sejam as mencionadas na alínea antecedente;

c) A maioria absoluta se se tratar da interpretação das disposições da Convenção e do seu regulamento, excluindo o caso de litígio a submeter à arbitragem, previsto no artigo 10.

2.—Os Acordos fixam as condições a que deve subordinar-se a aprovação das propostas que lhes digam respeito.

ARTIGO 21

Notificação das resoluções

Os aditamentos e as modificações introduzidos na Convenção e nos Acordos são sancionados por uma declaração diplomática que o Govêrno da Confederação Suíça é encarregado de redigir e transmitir, a pedido da Secretaria Internacional, aos Governos dos Países contratantes.

Os aditamentos e modificações introduzidos nos regulamentos são constatados e notificados às Administrações pela Secretaria Internacional. Do mesmo modo se procede com respeito às interpretações visadas na alínea *c*) do artigo antecedente.

ARTIGO 22

Execução das resoluções

Qualquer aditamento ou modificação aprovada não entra em vigor senão três meses, pelo menos, depois de haver sido notificado.

CAPÍTULO IV

Secretaria Internacional

ARTIGO 23

Atribuições gerais

1.—É mantida sob a denominação de Secretaria Internacional da União Postal Universal uma Repartição Central, funcionando em Berna, que fica sujeita à inspecção superior da administração dos correios suíços, e serve de órgão de ligação, informação e consulta aos países da União.

Esta Secretaria fica especialmente encarregada de reünir, coordenar, publicar e distribuir os esclarecimentos de qualquer natureza que possam interessar o serviço internacional dos correios; de emitir, a pedido das partes interessadas, a sua opinião sôbre quaisquer questões litigiosas; de instruir os pedidos para modificações dos Actos do Congresso; de notificar as alterações adoptadas, e, em geral, de proceder aos estudos e aos trabalhos de redacção ou documentação que a Convenção, os Acordos e seus Regulamentos lhe atribuam desde que a encarreguem no interêsse da União.

2.—Também intervém, a título de compensação, na liquidação de contas de qualquer espécie relativas ao serviço internacional dos correios, entre as Administrações que peçam essa intervenção.

ARTICE 24

Dépenses du Bureau international

1.— Chaque Congrès arrête le chiffre maximum que peuvent atteindre annuellement les dépenses ordinaires du Bureau international.

Ces dépenses, ainsi que les frais extraordinaires auxquels donne lieu la réunion d'un Congrés, d'une Conférence ou d'une Commission, et les frais que pourraient entraîner des travaux spéciaux confiés à ce Bureau, sont supportés en commun par tous les Pays de l'Union.

2.— Ceux-ci sont divisés, à cet effet, en sept classes dont chacune contribue au payement des dépenses dans la proportion ci-après:

1re classe — 25 unités.
2e classe — 20 unités.
3e classe — 15 unités.
4e classe — 10 unités.
5e classe — 5 unités.
6e classe — 3 unités.
7e classe — 1 unité.

3.— En cas d'adhésion nouvelle, le Gouvernement de la Confédération Suisse détermine, d'un commun accord avec le Gouvernement du Pays intéressé, la classe dans laquelle celui-ci doit être rangé au point de vue de la répartition des frais du Bureau international.

ARTIGO 24

Despesas da Secretaria Internacional

1.— Cada congresso fixa a quantia máxima que podem atingir anualmente as despesas ordinárias da Secretaria Internacional.

Estas despesas, assim como a despesa extraordinária a que dá lugar a reünião dum congresso, duma conferência ou duma comissão, ainda a que possa provir de trabalhos especiais confiados a esta Secretaria, são divididos em comum por todos os países da União.

2.— Estes países são divididos, para êste fim, em sete classes, das quais cada uma contribui para o pagamento das despesas, na proporção a seguir:

1.ª classe — 25 unidades;
2.ª classe — 20 unidades;
3.ª classe — 15 unidades;
4.ª classe — 10 unidades;
5.ª classe — 5 unidades;
6.ª classe — 3 unidades;
7.ª classe — 1 unidade.

3.— No caso duma nova adesão, o Govêrno da Confederação Suíça determina, de acôrdo com o Govêrno do país interessado, a classe em que êste deve ser incluído para o efeito da divisão das despesas da Secretaria Internacional.

TITRE II

Règles d'ordre général

CHAPITRE UNIQUE

ARTICLE 25

Liberté de transit

1.— La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2.— La liberté du transit des colis postaux est limitée au territoire des Pays participant à ce service. Les envois avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des Pays non adhérents à l'Arrangement concernant les envois de l'espèce, mais la responsabilité de ces Pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés.

ARTICLE 26

Droit d'utiliser les services de l'Union

Les Pays de l'Union reconnaissent à toutes personnes le droit d'utiliser les services faisant l'objet de la Convention et des Arrangements.

ARTICLE 27

Interdiction de taxes non prévues

Il est interdit de percevoir des taxes postales, de quelque nature que ce soit, autres que celles prévues par la Convention et les Arrangements.

ARTICLE 28

Suspension temporaire de service

Lorsque, par suite de circonstances extraordinaires, une Administration se voit obligée de suspendre temporairement et d'une manière générale ou partielle, soit l'expédition des objets de correspondance qui lui sont livrés par une autre Administration, soit l'exécution d'un ou de plusieurs services spéciaux, elle est tenue d'en donner immédiatement avis, au besoin par télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

TÍTULO II

Regras de ordem geral

CAPÍTULO ÚNICO

ARTIGO 25

Liberdade de trânsito

1.— A liberdade de trânsito é garantida em todo o território da União.

2.— A liberdade de trânsito das encomendas postais é limitada ao território dos Países que participam dêsse serviço. As correspondências com valor declarado podem transitar em malas fechadas pelo território dos Países não aderentes ao Acôrdo dessa espécie de correspondências, mas a responsabilidade dêsses Países é limitada à que está prevista para as correspondências registadas.

ARTIGO 26

Direito de utilizar os serviços da União

Os Países da União reconhecem a toda a gente o direito de utilizar os serviços compreendidos pela Convenção e pelos Acordos.

ARTIGO 27

Interdição de taxas não previstas

E proïbido cobrar taxas postais, de qualquer natureza que sejam, diferentes das previstas pela Convenção e pelos Acordos.

ARTIGO 28

Suspensão temporária de serviços

Logo que, em virtude de circunstâncias extraordinárias, essa Administração se veja obrigada a suspender temporàriamente e duma maneira geral ou parcial, tanto a expedição de correspondências que lhe sejam entregues por uma outra Administração, como a execução de um ou de mais serviços especiais, deve avisar imediatamente, pelo telégrafo sendo necessário, a Administração ou Administrações interessadas.

ARTICLE 29

Monnaie-type

Le franc pris comme unité monétaire dans les dispositions de la Convention et des Arrangements est le franc-or à 100 centimes d'un poids de 10/31e de gramme et d'un titre de 0,900.

ARTICLE 30

Equivalents

Dans chaque Pays de l'Union, les taxes sont établies d'après une équivalence correspondant, aussi exactement que possible, dans la monnaie actuelle de ce Pays, à la valeur du franc.

ARTICLE 31

Formules — Langue

1.—Les formules à l'usage des Administrations pour leurs relations réciproques doivent être rédigées en langue française, avec ou sans traduction interlinéaire dans une autre langue, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2.—Les formules à l'usage du public qui ne sont pas imprimées en langue française doivent comporter une traduction interlinéaire en cette langue.

3.—Les formules dont il est question aux §§ 1 et 2 doivent avoir des dimensions se rapprochant, autant que possible, de celles prescrites par les Règlements de la Convention et des Arrangements.

4.—Les Administrations peuvent s'entendre au sujet de la langue à employer pour la correspondance de service dans leurs relations réciproques.

ARTICLE 32

Cartes d'identité

1.—Chaque Administration peut délivrer, aux personnes qui en font la demande, des cartes d'identité valables comme pièces justificatives pour toutes les transactions effectuées par les bureaux de poste des Pays qui n'auraient pas notifié leur refus de les admettre.

2.—L'Administration qui fait délivrer une carte d'identité est autorisée à percevoir, de ce chef, une taxe qui ne peut être supérieure à un franc.

3.—Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité lorsqu'il est établi que la livraison d'un envoi postal ou le payement d'un mandat a eu lieu sur la présentation d'une carte d'identité régulière.

Elles ne sont pas, non plus, responsables des conséquences que peuvent entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux d'une carte d'identité régulière.

4.—La carte d'identité est valable pendant trois ans à partir du jour de son émission.

TITRE III

Dispositions concernant les correspondances postales.

CHAPITRE I

Dispositions générales

ARTICLE 33

Objets de correspondance

La dénomination d'objets de correspondance s'applique aux lettres, aux cartes postales simples et avec ré-

ARTIGO 29

Moeda-tipo

O franco tomado como unidade monetária nas disposições da Convenção e dos Acordos deve entender-se que é o franco-ouro de 100 centimos, dum pêso de 10/31e de grama e do título de 0,900.

ARTIGO 30

Equivalentes

As taxas são estabelecidas em cada País da União segundo uma equivalência, tam aproximada quanto possível na moeda actual dêsse País, ao valor do franco.

ARTIGO 31

Modelos. Língua

1.—As fórmulas que as Administrações usem nas suas relações recíprocas devem ser redigidas em língua francesa, com ou sem tradução interlinear em outra língua, a não ser que as Administrações interessadas disponham doutro modo por combinação directa.

2.—As fórmulas para uso do público que não sejam impressas em língua francesa, devem ter tradução interlinear nesta língua.

3.—As fórmulas de que tratam os §§ 1 e 2 devem aproximar-se, tanto quanto possível, das dimensões prescritas pelos Regulamentos da Convenção e dos Acordos.

4.—As Administrações podem entender-se a respeito da língua a empregar para a correspondência de serviço nas suas relações recíprocas.

ARTIGO 32

Bilhetes de identidade

1.—Cada Administração pode fornecer, às pessoas que lho pedirem, bilhetes de identidade destinados a servir de documento justificativo para todas as transacções efectuadas pelas estações postais dos Países que não tenham notificado que se recusam a admiti-los.

2.—A Administração que fornecer um bilhete de identidade é autorizada a cobrar por êste serviço uma taxa que não pode ser superior a 1 franco.

3.—A responsabilidade das Administrações cessa por completo desde que se prove que a entrega de um objecto postal ou o pagamento de um vale se realizou mediante a apresentação de um bilhete de identidade regular.

Também as Administrações não são responsáveis pelas conseqüências que podem causar a perda e subtracção ou o emprêgo fraudulento de um bilhete de identidade regular.

4.—O bilhete de identidade é válido durante três anos, a partir do dia da sua emissão.

TÍTULO III

Disposições respeitantes às correspondências postais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 33

Classes de correspondência

A denominação de correspondência aplica-se às cartas, aos bilhetes postais simples e de resposta paga, aos

ponse payée, aux papiers d'affaires, aux échantillons de marchandises et aux imprimés de toute nature, y compris les impressions en relief à l'usage des aveugles.

ARTICLE 34

Taxes et conditions générales

1. — Les taxes d'affranchissement pour le transport des objets de correspondance dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires dans les Pays où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées conformément aux indications du tableau ci-après :

Objets	Unités de poids	Taxes	Limites	
			De poids	De dimensions
Lettres . . { 1er échelon de poids	Gr. 20	c. 25	2 kilos	45 cm. dans chaque sens.
{ par échelon supplémentaire	—	15		En rouleaux . . . { 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre.
Cartes postales. { simples	—	15	—	Maxima . . . . . { 15 cm. en longueur. 10,5 cm. en largeur.
{ avec réponse	—	30	—	Minima . . . . . { 10 cm. en longueur. 7 cm. en largeur.
Imprimés	50	5	2 kilos [1]	[1] Ce poid est porté à 3 kilos pour les volumes expédiés isolément.
Impressions en relief pour les aveugles . .	1000	5	3 kilos	45 cm. de chaque côté.
Papiers d'affaires	50	5	2 kilos	
Papiers d'affaires minimum de taxe	—	25	—	En rouleaux . . . { 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre.
Echantillons de marchandises	50	5	500 gr.	45 cm. en longueur. 20 cm. en largeur. 10 cm. en épaisseur.
Echantillons, minimum de taxe	—	10	—	En rouleaux . . . { 45 cm. de longueur et 15 cm. de diamètre.

manuscritos, às amostras de mercadorias e aos impressos de toda a espécie, compreendendo as impressões em relêvo para uso dos cegos.

ARTIGO 34

Taxas e condições gerais

1. — As taxas de franquia para o transporte de correspondências em toda a União, compreendendo a entrega no domicílio dos destinatários nos países onde o serviço de distribuïção está ou venha a estar organizado, são fixadas conforme as indicações do quadro seguinte :

Correspondência	Unidades de pêso	Taxas	Limites	
			De pêso	De dimensões
Cartas . . . . { 1.º porte	Gramas 20	c. 25	2 Quilogramas	45 centímetros em qualquer sentido.
{ por porte suplementar .	—	15		Em rolos . . . . . { 75 centímetros de comprimento e 10 centímetros de diâmetro.
Bilhetes postais { simples	—	15	—	Máxima . . . . . { 15 centímetros no comprimento. 10,5 centímetros na largura.
{ de resposta paga . . .	—	30	—	Mínima. . . . . { 10 centímetros no comprimento. 7 centímetros na largura.
Impressos.	50	5	2 Quilogramas [1]	[1] Êste pêso é elevado a 3 quilogramas para os objectos expedidos isoladamente.
Impressões em relêvo para os cegos . . .	1:000	5	3 Quilogramas	45 centímetros em cada dimensão.
Manuscritos.	50	5	2 Quilogramas	Em rolos. . . . . { 75 centímetros de comprimento e 10 centímetros de diâmetro.
Manuscritos, taxa mínima.	—	25	—	
				45 centímetros de comprimento.
				20 centímetros de largura.
Amostras de mercadorias	50	5	500 gramas . .	10 centímetros de espessura.
Amostras, taxa mínima.	—	10	—	Em rolos. . . . . { 45 centímetros de comprimento e 15 centímetros de diâmetro.

Les Administrations ont la faculté de concéder, dans leurs relations réciproques, aux jornaux et écrits périodiques expédiés directement par les éditeurs, une reduction de 50 % sur le tarif général des imprimés.

La même faculté leur est acordée en ce qui concerne les livres brochés ou reliés, à l'exclusion de toute publicité ou réclame.

Il en est de même des éditions littéraires et scientifiques échangées entre les institutions savantes.

2.— Chaque Pays de l'Union fixe, selon les indications du tableau ci-dessus, les taxes à percevoir pour les objets de correspondance.

3.— Les lettres ne doivent contenir aucune lettre, note ou document adressé à des personnes autres que le destinataire ou des personnes habitant avec ce dernier.

4.— Les papiers d'affaires, les échantillons de marchandises et les imprimés de toute nature ne doivent contenir aucune lettre ou note ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle; ils doivent être conditionnés de manière à pouvoir être facilement vérifiés, sauf les exceptions prévues au Règlement.

5.— Les limites de poids et de dimensions fixées au § 1 do présent article ne s'appliquent pas aux correspondances relatives au service postal, dont il est question au § 1 de l'article 43.

6.— Les paquets d'échantillons de marchandise ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande.

7.— La réunion en un seul envoi d'objets de correspondance de catégories différentes (objets groupés) est autorisée dans les conditions fixées par le Règlement.

8.— Sauf les exceptions prévues par la Convention et son Règlement, il n'est pas donné cours aux envois qui ne remplissent pas les conditions requises.

Les objets qui auraient été admis à tort peuvent être renvoyés à l'Office d'origine. Si l'Office de destination les remet au destinataire, il doit éventuellement leur appliquer les taxes et surtaxes prévues pour la catégorie de correspondances à laquelle ils appartiennent réellement.

9.— Les envois affranchis au tarif des lettres peuvent renfermer des objets passibles de droit de douane, lorsque l'importation de ces objets, sous forme de lettres, est admise dans le Pays de destination.

Ces envois doivent être revêtus, du côté de la suscription, d'une étiquette conforme aux prescriptions du Règlement.

L'Administration du Pays destinataire est autorisée à soumettre ces envois au contrôle douanier, à les ouvrir d'office et à percevoir les droits d'entrée, dans la forme prévue par sa législation.

ARTICLE 35

Affranchissement

Les envois autres que les lettres et les cartes postales simples doivent être intièrement affranchis.

Il n'est pas donné cours aux cartes postales avec réponse payée dont les deux parties ne sont pas intièrement affranchies au momet du dépôt.

ARTICLE 36

Taxe en cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement

En cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement et sauf les exceptions prévues par l'article 39 du Règlement pour certaines catégories d'envois réexpédiés, les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'affranchissement manquant ou de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse être inférieure à 10 centimes.

As Administrações têm a faculdade de conceder, nas suas relações recíprocas, aos jornais e publicações periódicas, expedidos directamente pelos editores, uma redução de 50 por cento sôbre a tarifa geral dos impressos.

A mesma faculdade lhes é concedida a respeito dos livros brochados ou encadernados, com exclusão de todos os anúncios ou reclamos.

O mesmo se aplica às edições literárias e scientificas trocadas entre instituïções eruditas.

2.— Cada País da União fixa, segundo as indicações do quadro acima, as taxas a cobrar pelas correspondências.

3.— As cartas não devem conter nenhuma carta, nota ou documento dirigido a alguém que não seja o destinatário ou pessoas com êle residindo.

4.— Os manuscritos, as amostras e os impressos de qualquer natureza não devem conter nenhuma carta ou nota que tenha o carácter de correspondência actual e pessoal, e devem ser acondicionados de modo a poderem ser fàcilmente verificados, salvo as excepções previstas no Regulamento.

5.— Os limites de pêso e dimensões fixados no § 1.º dêste artigo não se aplicam às correspondências relativas ao serviço postal de que trata o § 1 do artigo 43.

6.— As amostras não podem conter nenhum objecto com valor comercial.

7.— A reünião num só volume de correspondências de diferentes categorias (objectos agrupados) é autorizada nas condições fixadas pelo Regulamento.

8.— Salvo as excepções previstas pela Convenção e seu Regulamento, não serão expedidas as correspondências que não satisfaçam às condições estipuladas.

As correspondências que tenham sido admitidas indevidamente podem ser devolvidas ao País de origem. Se a estação de destino as entrega ao destinatário, deve eventualmente aplicar-lhes as taxas e sobretaxas previstas para a categoria de correspondências a que realmente pertencem.

9.— Os volumes franqueados como cartas podem conter objectos sujeitos a direitos alfandegários, logo que a importação dêstes objectos, em forma de cartas, seja admitida pelo País de destino.

Êsses volumes devem levar, do lado do endereço, uma etiqueta conforme as prescrições do Regulamento.

A Administração do País destinatário é autorizada a submeter estes volumes à fiscalização alfandegária, a abril-os oficiosamente e a cobrar os direitos de entrada pela forma prevista pela sua legislação.

ARTIGO 35

Franquia

As correspondências que não sejam cartas ou bilhetes postais simples devem ser completamente franqueadas.

Não serão expedidos os bilhetes postais de resposta paga sem que as suas duas partes estejam completamente franqueadas.

ARTIGO 36

Taxa no caso de ausência ou insuficiência de franquia

No caso de falta ou insuficiência de franquia e salvo as excepções previstas pelo artigo 39 do Regulamento para certas categorias de objectos reexpedidos, as correspondências de qualquer natureza estão sujeitas a uma taxa, a cargo dos destinatários, que será o dôbro da franquia que faltar, com o mínimo de 10 centimos.

ARTICLE 37

Correspondances en dehors de l'Union

1.— Les taxes pour les correspondances à destination des Pays en dehors de l'Union ne doivent pas être inférieures au tarif normal de l'Union.

2.— Les correspondances originaires de Pays en dehors de l'Union qui sont livrées à un Pays de l'Union non affranchies ou insuffisamment affranchies sont taxées par l'Office distributeur selon les règles applicables dans son propre service aux envois similaires à destination des Pays d'où proviennent lesdites correspondances.

ARTICLE 38

Surtaxes

Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par les articles 34 e 37 pour tout object transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend la surtaxe autorisée par l'alinéa précédent, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

ARTICLE 39

Taxes spéciales

1.— Les Administrations sont autorisées à frapper d'une taxe additionnelle, selon les dispositions de leur législation, les objets remis à leurs services d'expédition en dernière limite d'heure.

2.— Les Pays de destination qui sont autorisés par leur législation à délivrer les envois contenant des objets passibles de droits de douane peuvent percevoir, pour le dédouanement de ces envois, un droit de 50 centimes au maximum par envoi.

3.— Le Pays de destination est autorisé à percevoir, pour les objets adressés poste restante, une taxe spéciale d'après sa législation.

ARTICLE 40

Envois exprès

1.— Les objets de correspondance sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les Pays dont les Administrations consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

2.— Ces envois, qualifiés «exprès», sont soumis, en sus du port ordinaire, à une taxe spéciale s'élevant au minimum au double de l'affranchissement d'une lettre simple ordinaire et au maximum à un franc. Cette taxe doit être acquittée complètement et à l'avance par l'expéditeur.

3.— Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau de destination, la remise par exprès peut donner lieu à la perception d'une taxe complémentaire jusqu'à concurrence de celle qui est fixée dans le service interne.

La remise par exprès n'est toutefois pas obligatoire dans ce cas.

4.— Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires, à moins qu'ils n'aient été traités comme exprès par le bureau d'origine.

ARTIGO 37

Correspondências fora da União

1.— As taxas para as correspondências destinadas a países fora da União não devem ser inferiores às taxas normais da União.

2.— As correspondências originárias de países fora da União que entrem num país da União não franqueadas ou insuficientemente franqueadas são porteadas pela estação de destino segundo as regras aplicáveis no seu próprio serviço às correspondências da mesma classe destinadas aos países de onde tais correspondências procedem.

ARTIGO 38

Sobretaxas

Além das taxas fixadas nos artigos 34 e 37, pode ser cobrada uma sobretaxa pelas correspondências transportadas por serviços dependentes de administrações estranhas à União, ou por serviços extraordinários dentro da União, quando dêem lugar a direitos de trânsito especiais, devendo tal sobretaxa ser em relação aos referidos direitos.

Desde que a taxa da franquia do bilhete postal simples compreenda a sobretaxa autorizada pela alínea precedente, esta mesma taxa é aplicável a cada uma das partes do bilhete postal com resposta paga.

ARTIGO 39

Taxas especiais

1.— As Administrações são autorizadas a aplicar uma taxa adicional, segundo as disposições da sua legislação, às correspondências entregues em «última hora» aos seus serviços de expedição.

2.— Os países de destino que são autorizados pela sua legislação a entregar as correspondências contendo objectos sujeitos a direitos aduaneiros podem cobrar, pelo despacho dessas correspondências, um direito que não exceda 50 centimos por cada volume.

3.— O País de destino é autorizado a cobrar, pelas correspondências dirigidas à posta restante, uma taxa especial conforme a sua legislação.

ARTIGO 40

Correspondência a entregar por próprio

1.— As correspondências logo que chegarem ao correio de destino, são, a pedido dos remetentes, entregues por um próprio nos domicílios dos destinatários em todos os países cujas Administrações resolverem encarregar-se dêste serviço nas suas relações recíprocas.

2.— Estas correspondências, qualificadas de «próprio» (*exprès*), são sujeitas, além da taxa ordinária, a uma taxa especial, que será, pelo menos, o dôbro da franquia duma carta simples ordinária, podendo elevar-se até um franco. Esta taxa deve ser paga adiantadamente, e pòr inteiro, pelo remetente.

3.— Quando o domicílio do destinatário fôr situado fora da área da distribuïção gratuita da estação destinatária, a entrega por próprio pode dar lugar à cobrança duma taxa complementar até a importância do preço fixado para a entrega por próprio no serviço interno.

A entrega por próprio não é, contudo, obrigatória neste caso.

4.— As correspondências a entregar por próprio, que não estiverem completamente franqueadas pela importância total das taxas a pagar adiantadamente, são distribuïdas pelos meios ordinários, salvo se forem consideradas pela estação de procedência como correspondências a entregar por próprio.

ARTICLE 41

Interdictions

1.—Il est interdit d'expédier:

a) des objets qui, par leur nature ou leur emballage, peuvent présenter du danger pour les agents, salir ou détériorer les correspondances;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses;

c) des animaux vivants, à l'exception des abeilles et des vers à soie;

d) des objets passibles de droits de douane, sauf les exceptions prévues à l'article 34, § 9, ainsi que des échantillons expédiés en nombre dans le but d'éviter la perception de ces droits;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants;

f) des objets obscènes ou immoraux;

g) des objets quelconques dont l'entrée ou la circulation sont interdites dans le pays d'origine ou dans le pays de destination.

Il est, en outre, interdit d'expédier, dans les envois non recommandés, des pièces de monnaie, des billets de banque et des billets de monnaie, des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

2.—Les envois qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois, les matières explosibles, inflammables ou dangereuses et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine; ils sont détruits sur place par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne seraient ni renvoyés à l'origine, ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit en être informé pour qu'il puisse prendre éventuellement les mesures qui s'imposeraient.

3.—Est d'ailleurs réservé le droit de tout Pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport en transit à découvert ou la distribution des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui règlent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce Pays.

Ces objets doivent être renvoyés à l'Office d'origine.

ARTICLE 42

Modalités d'affranchissement

1.—L'affranchissement est opéré, soit au moyen de timbres-poste valables dans le Pays d'origine pour la correspondance des particuliers, soit au moyen d'empreintes de machines à affranchir, officiellement adoptées et fonctionnant sous le contrôle immédiat de l'Administration.

2.—Sont considérés comme dûment affranchis: les cartes-réponse portant, imprimés ou collés, des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes, les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe a été acquitté avant leur réexpédition, ainsi que les journaux ou paquets de journaux et écrits périodiques dont la suscription porte la mention «Abonnement-poste» ou une mention équivalente et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement sur les abonnements aux journaux et écrits périodiques.

3.—Les correspondances déposées en pleine mer dans

ARTIGO 41

Proïbições

1.—É proïbido expedir:

a) Objectos que, por sua natureza ou pelo seu empacotamento, possam apresentar perigo para os empregados, sujar ou deteriorar as correspondências;

b) Matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas;

c) Animais vivos, com excepção das abelhas e dos bichos da sêda;

d) Objectos sujeitos a direitos alfandegários, salvo as excepções previstas no artigo 34, § 9, assim como amostras expedidas em quantidade com o fim de evitar o pagamento dêsses direitos;

e) O ópio, a morfina, a cocaína e outros estupefacientes;

f) Objectos obscenos ou imorais;

g) Quaisquer objectos cuja entrada ou circulação nos países de procedência ou destino seja proïbida.

É igualmente proïbido expedir em correspondências não registadas moedas, notas do Banco e papel moeda, objectos de ouro ou prata, pedrarias, jóias e outros objectos preciosos.

2.—As correspondências que tiverem sido indevidamente expedidas devem ser devolvidas ao país de origem, salvo o caso de a Administração do país de destino ser autorizada pela sua legislação ou pelos seus regulamentos internos a proceder doutra forma.

Contudo, as matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas e os objectos obscenos ou imorais não se devolvem ao país de procedência e devem, sem demora, ser mandados destruir pela Administração em cujo serviço forem encontrados.

No caso em que as correspondências expedidas indevidamente não forem devolvidas à origem nem entregues ao destinatário, a Administração expedidora deve ser informada do procedimento havido, para que possa eventualmente tomar as medidas que julgar convenientes.

3.—Fica, todavia, reservado a qualquer País da União o direito de não efectuar no seu território o transporte em trânsito a descoberto ou a distribuïção das correspondências a que é aplicável a redução de taxa a respeito dos quais não tenham sido satisfeitas as leis, decretos ou ordens que regulem as condições da sua publicação ou da sua circulação nesse País.

Estas correspondências devem ser devolvidas ao País de origem.

ARTIGO 42

Modos de franquear

1.—A franquia de qualquer correspondência pode ser feita por meio de selos postais em uso no País de procedência para as correspondências do público ou por meio de impressões de máquinas de franquear, oficialmente adoptadas e funcionando sob a fiscalização imediata da Administração.

2.—Consideram-se como devidamente franqueados: a parte dos bilhetes postais de resposta paga que apresentar, impressos ou colados, selos postais do país em que êsses bilhetes tenham sido emitidos, as correspondências regularmente franqueadas para o seu primeiro percurso e cujo complemento de taxa foi pago antes da sua reexpedição, assim como os jornais ou maços de jornais e publicações periódicas em cujos endereços se veja a indicação *abonnement-poste* ou outra equivalente e que sejam expedidos em virtude do Acôrdo relativo às assinaturas dos jornais e publicações periódicas.

3.—As correspondências depositadas no alto mar na

la boîte d'un paquebot ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants de navires peuvent être affranchies, sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du Pays auquel appartient ou dont dépend ledit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du Pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

ARTICLE 43

Franchise de port

1.— Sont admises à la franchise de port les correspondances relatives au service postal échangées entre les Administrations des postes, entre ces Administrations et le Bureau international, entre les bureaux de poste des Pays de l'Union, et entre ces bureaux et les Administrations ainsi que celles dont le transport en franchise est expressément prévu par les dispositions de la Convention, des Arrangements et des leurs Règlements.

2.— Les correspondances, à l'exception des envois grevés de remboursement, destinées aux prisonniers de guerre ou expédiées par eux sont également affranchies de toutes taxes postales, aussi bien dans les Pays d'origine et de destination que dans les Pays intermédiaires.

Il en est de même des correspondances concernant les prisonniers de guerre, expédiées ou reçues, soit directement, soit à titre d'intermédiaire, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes dans des Pays belligérants ou dans les Pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un Pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des dispositions ci-dessus.

ARTICLE 44

Coupons-réponse

Des coupons-réponse sont mis en vente dans les Pays de l'Union. Les prix de vente en est déterminé par les Administrations intéressées, mais ne peut être inférieur à 40 centimes ou à l'équivalent de cette somme dans la monnaie du Pays de débit.

Chaque coupon est échangeable dans tout Pays de l'Union contre un timbre ou des timbres représentant l'affranchissement d'une lettre simple originaire de ce Pays à destination de l'étranger. Toutefois, l'échange doit se faire avant l'expiration du sixième mois qui suit celui de l'émission.

Est, en outre, réservée à chaque Pays, la faculté d'exiger le dépôt simultané des coupons-réponse et des envois de correspondance à affranchir en échange de ces coupons.

ARTICLE 45

Retrait. Modification d'adresse

1.— L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2.— La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée, et pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme augmentée de la taxe postale, s'il s'agit d'une modification d'adresse.

caixa dum paquete ou entregues aos agentes postais embarcados ou aos comandantes dos navios podem ser franqueadas, salvo combinação contrária entre as Administrações interessadas, por meio de selos postais e segundo a tarifa do País a que pertence ou donde depende o dito navio. Se o depósito a bordo tem lugar durante a permanência nalgum dos dois pontos extremos do percurso ou em uma das escalas intermediárias, a franquia só é válida quando efectuada por meio de selos postais e segundo a tarifa do País em cujas águas o paquete se encontrar.

ARTIGO 43

Isenção de franquia

1.—São isentas de franquia as correspondências relativas ao serviço postal trocadas entre as Administrações dos correios, entre estas Administrações e a Secretaria Internacional, entre as estações postais dos Países da União, e entre estas estações e as Administrações assim como aquelas cujo transporte com isenção de franquia é expressamente previsto nas disposições da Convenção, dos Acordos e seus Regulamentos.

2.—As correspondências, com excepção das sujeitas a embôlso, destinadas a prisioneiros de guerra ou por êles expedidas são igualmente isentas de taxas postais, tanto nos Países de procedência e destino, como nos Países intermediários.

Igualmente são admitidas nas mesmas condições as correspondências relativas a prisioneiros de guerra, expedidas ou recebidas, quer directamente quer por intermédio de agências de informações, estabelecidas eventualmente para êsse fim em países beligerantes ou em países neutros que tenham recolhido beligerantes no seu território.

Os beligerantes recolhidos e internados num país neutro são assimilados aos prisioneiros de guerra, pròpriamente ditos, pelo que respeita à aplicação das disposições acima indicadas.

ARTIGO 44

Cupões-resposta

Os países da União venderão ao público cupões-resposta. O preço da venda do cupão-resposta é fixado pelas Administrações interessadas mas não pode ser inferior a 40 centimos ou o equivalente desta importância na moeda do país que o vende.

Êste cupão pode trocar-se em qualquer dos países da União por um sêlo ou selos representativos da franquia de uma carta de porte simples procedente dêsse país e com destino ao estrangeiro. Todavia a troca deve ser feita antes de findar o sexto mês a seguir ao da emissão.

Qualquer país tem também o direito de exigir a apresentação simultânea dos cupões-resposta e das correspondências a franquear em troca dêsses cupões.

ARTIGO 45

Retirada de correspondências; modificação de endereço

1.— O remetente de qualquer correspondência pode fazer retirar das repartições postais ou exigir a modificação de endereço emquanto essa correspondência não fôr entregue ao destinatário.

2.— A reclamação, feita para êsse fim, transmite-se por via postal ou telegráfica a expensas do remetente, que tem a pagar pela reclamação feita por via postal a taxa aplicável a uma carta simples registada e pela reclamação por via telegráfica a taxa do telegrama, acrescida da taxa postal, se se tratar de uma modificação de endereço.

ARTICLE 46

Réexpédition. Rebuts

1.—La réexpédition d'objets de correspondance dans l'intérieur de l'Union ne donne lieu à la perception d'aucun supplément de taxe, sauf les exceptions prévues au Règlement.

Il en est de même du retour à l'expéditeur des objets tombés en rebut.

2.—Les objets de correspondance qui sont réexpédiés ou tombent en rebut son livrés aux destinataires ou aux expéditeurs contre payement des taxes dont ils ont été grevés au départ, à l'arrivée, ou en cours de route par suite de réexpédition au delà du premier parcours.

3.—Les correspondances tombées en rebut pour quelque cause que ce soit doivent être renvoyées immédiatement au Pays d'origine.

Le délai de conservation de correspondances gardées en instance à la disposition des destinataires ou adressées «poste restante» est réglé par les dispositions du Pays de destination. Toutefois, ce délai ne peut dépasser six mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer et deux mois dans les autres relations.

Le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court, si l'expéditeur l'a demandé par une annotation sur la suscription en une langue connue dans le Pays de destination.

4.—Les imprimés dénués de valeur ne sont pas renvoyés, à moins que l'envoyeur, par une annotation à l'extérieur de l'envoi, n'en ait demandé le retour.

5.—La taxe de «poste restante» prévue à l'article 39 ne suit pas l'objet en cas de réexpédition ou de mise en rebut.

6.—La taxe complémentaire stipulée à l'article 40, § 3, reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut d'un envoi exprès.

ALTICLE 47

Réclamations

1.—La réclamation de tout envoi peut donner lieu à la perception d'un droit fixe d'un franc au maximum.

En ce qui concerne les envois recommandés, aucun droit n'est perçu si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2.—Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du dépôt.

CHAPITRE II

Envois récommandés

ARTICLE 48

Taxes

1.—Les objets de correspondance désignés dans l'article 33 peuvent être expédiés sous recommandation.

Toutefois, les parties «Réponse» adhérentes aux cartes postales ne peuvent être recommandées par les expéditeurs primitifs de ces envois.

2.—La taxe de tout envoi recommandé doit être acquittée à l'avance. Elle se compose:

a) du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature;

b) d'un droit fixe de recommandation de 40 centimes au maximum.

3.—Un récépissé doit etre délivré gratuitement à l'expéditeur d'un envoi recommandé, au moment du dépôt.

ARTIGO 46

Reexpedição. Refugo

1.—Pela reexpedição de correspondências no interior da União não se recebe nenhum suplemento de taxa, salvo as excepções previstas no Regulamento.

O mesmo acontece com a devolução ao remetente das correspondências caídas em refugo.

2.—As correspondências que voltarem ao país de procedência por motivo de reexpedição ou por terem caído em refugo, são entregues aos destinatários ou aos remetentes mediante o pagamento das taxas com que tenham sido oneradas à partida, à chegada ou em trânsito, por motivo de reexpedição além do primeiro percurso.

3.—As correspondências caídas em refugo por qualquer motivo devem ser imediatamente devolvidas ao País de origem.

O período de conservação das correspondências nas estações à disposição dos destinatários ou dirigidas à «posta restante» é regulado pelas disposições do País de destino. Contudo êsse período não pode ir além de seis meses nas relações com Países de ultramar e dois meses nas outras relações.

A devolução ao País de origem deve fazer-se com menos demora, se o remetente a pediu em anotação sôbre o enderêço em língua conhecida no País de destino.

4.—Os impressos sem valor não são devolvidos a não ser que o remetente o tenha pedido em anotação feita na sua parte exterior.

5.—A taxa de «posta restante», prevista no artigo 39, não subsiste no caso de reexpedição ou de entrada em refugo.

6.—A taxa complementar estipulada no artigo 40, § 3.º, continua exigível no caso de reexpedição ou entrada em refugo de correspondência «por próprio».

ARTIGO 47

Reclamações

1.—A reclamação sôbre qualquer correspondência dá lugar à cobrança de uma taxa fixa não superior a um franco.

Quanto à correspondência registada, nenhuma taxa se cobra se o remetente tiver pago a taxa especial de aviso de recepção.

2.—As reclamações só se admitem dentro do prazo de um ano, a contar do dia imediato ao da entrada do objecto no correio.

CAPÍTULO II

Correspondências registadas

ARTIGO 48

Taxas

1.—As correspondências designadas no artigo 33 podem ser expedidas com as formalidades de registo.

Contudo, as partes «Resposta» aderentes aos bilhetes postais não podem ser registadas pelos remetentes primitivos.

2.—A taxa de todos os objectos registados deve ser paga adiantadamente e compõe-se:

a) Da taxa da franquia ordinária, segundo a classe a que pertence;

b) De um prémio fixo de registo que não excederá 40 centimos.

3.—Será entregue um recibo gratuitamente ao remetente de qualquer objecto destinado a registo na ocasião de o apresentar àquela formalidade.

4.— Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir une taxe spécial de 40 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

ARTICLE 49

Avis de réception

L'expéditeur d'un envoi recommandé peut obtenir un avis réception en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 40 centimes au maximum.

L'avis de réception peut être demandé postérieurement au dépôt de l'envoi dans le délai fixé par l'article 47 pour les réclamations et moyennant payement d'un droit que ne doit pas dépasser le double de celui prévu à l'alinéa précédent.

ARTICLE 50

Entendue de la responsabilité

Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte de envois recommandés.

L'expéditeur a droit, de ce chef, à une indemnité dont le montant est fixé à 50 francs par objet.

S'il a acquitté les droits d'une réclamation et si celle-ci est motivée par une faute de service, ces droits sont également restitués.

ARTICLE 51

Exceptions au principe de la responsabilité

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité pour la perte d'envois recommandés:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 48, § 4);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destruction des documents de service résultant d'un cas de force majeure;

c) lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 41, § 1;

d) lorsque l'expéditeur n'a formulé aucune réclamation dans le délai prévu à l'article 47.

ARTICLE 52

Cessation de la responsabilité

Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont elles ont effectué la remise dans les conditions prévues par leur règlement intérieur.

Pour les envois adressés poste restante, ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le Pays de destination, et dont les noms et qualités sont conformes aux indications de l'adresse.

ARTICLE 53

Payement de l'indemnité

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi, sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

ARTICLE 54

Délai de payement

1.— Le payement de l'indemnité doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois

4.— Os Países que assumem a responsabilidade dos casos de fôrça maior podem cobrar uma taxa especial não excedendo 40 centimos por cada objecto registado.

ARTIGO 49

Avisos de recepção

O remetente de qualquer objecto registado pode exigir, um aviso de recepção dêsse objecto, pagando, na ocasião do registo, uma taxa que não pode exceder 40 centimos.

O aviso de recepção pode ser pedido posteriormente ao registo do objecto, mas dentro do prazo fixado pelo artigo 47 para as reclamações e mediante pagamento duma taxa que não exceda o dôbro da prevista na alínea precedente.

ARTIGO 50

Limite da responsabilidade

Salvo os casos previstos no artigo seguinte, as Administrações responsabilizam-se pela perda dos objectos registados.

O remetente tem direito a uma indemnização de 50 francos por cada objecto.

Se houve reclamação e esta foi motivada por deficiência de serviço, a taxa satisfeita por essa reclamação é igualmente restituída.

ARTIGO 51

Excepções ao princípio da responsabilidade

As Administrações são isentas de toda a responsabilidade pela perda de correspondências registadas:

a) Em caso de fôrça maior; todavia a responsabilidade subsiste a respeito dos Países expedidores que aceitem o risco dos casos de fôrça maior (artigo 48, § 4);

b) Logo que não possam comprovar o destino dado às correspondências em conseqüência da destruïção dos documentos de serviço resultante de caso de fôrça maior;

c) Quando se trate de objectos cujo conteúdo seja atingido pelas proïbições previstas no artigo 41, § 1;

d) Quando o remetente não tenha reclamado no prazo previsto pelo artigo 47.

ARTIGO 52

Cessação da responsabilidade

As Administrações deixam de ser responsáveis pelos objectos registados de que fizeram entrega, nas condições estabelecidas no seu regulamento interno.

Quanto às correspondências dirigidas à posta restante ou conservadas nas estações à disposição dos destinatários, a responsabilidade cessa pela entrega a pessoa que tenha justificado a sua identidade segundo as regras em vigor no País de destino e cujos nomes e qualidades sejam conformes às indicações do endereço.

ARTIGO 53

Pagamento de indemnização

O pagamento de indemnização compete à Administração de que depende a estação expedidora da correspondência, sob reserva do seu direito de recurso contra a Administração responsável.

ARTIGO 54

Prazo de pagamento

1.— O pagamento da indemnização deve ser efectuado no mais curto prazo possível, e, o mais tardar, dentro

à compter du lendemain du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer.

2. — L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer.

L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai prévu au paragraphe précédent lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas tranchée.

ARTICLE 55

Détermination de la responsabilité

1. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité pour la perte d'un envoi recommandé incombe à l'Office qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Office suivant.

Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, l'intégralité de l'indemnité due doit être versée à l'Office d'origine par la première Administration qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé au service correspondant. Il appartient à cette Administration de récupérer sur les autres Offices responsables la quote-part de chacun d'eux dans le dédommagement de l'ayant droit.

2. — Lorsqu'un objet recommandé a été perdu dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte a eu lieu n'en est responsable en vers l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques dérivant du cas de force majeure.

3. — Par le fait du payement de l'indemnité, l'Administration responsable est subrogée jusqu'à concurrence du montant de cette indemnité dans les droits de la personne qui l'a reçue, pour tout recours éventuel soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre des tiers.

ARTICLE 56

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué en conformité de l'article 54 est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité dans un délai de trois mois après notification du payement.

Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration dudit délai.

L'Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre pour liquider périodiquement les indemnités qu'elles ont payées aux expéditeurs et dont elles ont reconnu le bien-fondé.

de seis meses, a contar do dia seguinte ao da data da reclamação. Êste prazo será elevado a nove meses nas relações com os Países do ultramar.

2. — A Administração de origem é autorizada a indemnizar o remetente por conta da Administração intermediária ou destinatária que, tendo sido regularmente informada sôbre o assunto, deixou decorrer seis meses (nove nas relações com os países do ultramar), sem lhe dar solução.

A Administração expedidora pode excepcionalmente adiar o pagamento da indemnização além do prazo previsto no parágrafo precedente, se nessa data não estiver ainda averiguado se a perda do objecto foi devida a caso de fôrça maior.

ARTIGO 55

Determinação de responsabilidade

1. — Até prova em contrário, a responsabilidade pela perda de um objecto registado pertence à Administração que, tendo recebido êsse objecto sem observação e dispondo de todos os meios regulamentares de investigação, não puder provar nem a sua entrega ao destinatário nem a regular transmissão, quando a houver, à Administração seguinte.

Se a perda teve lugar durante o seu transporte, sem que se possa estabelecer qual o país em cujo território ou serviço o caso se deu, as Administrações que tomaram parte no transporte suportam o prejuízo em partes iguais. Contudo, a indemnização total devida deve ser paga à Administração de origem pela primeira Administração que não possa estabelecer a transmissão regular do objecto reclamado ao serviço correspondente. Esta Administração recuperará de cada uma das Administrações responsáveis a sua cota parte da indemnização que foi paga ao interessado.

2. — Quando um objecto registado fôr perdido em circunstâncias de fôrça maior, a Administração sôbre o território ou no serviço da qual a perda teve lugar não fica responsável para com a Administração expedidora, a não ser que os dois países tomem a responsabilidade dos prejuízos provenientes dos casos de fôrça maior.

3. — Pelo facto do pagamento da indemnização, a Administração responsável é sub-rogada até à concorrência da importância dessa indemnização nos direitos da pessoa que a recebeu para todos os recursos eventuais, seja contra o destinatário, o remetente ou terceiros.

ARTIGO 56

Reembôlso da indemnização à Repartição expedidora

A Administração responsável ou por conta da qual o pagamento é efectuado em conformidade do artigo 54 é obrigada a reembolsar a Administração expedidora da importância da indemnização num período de três meses, a contar do aviso do pagamento.

Êste reembôlso efectua-se sem despesa para a Administração credora, quer seja em vale postal ou cheque, quer em valores com curso no país credor. Decorrido o prazo de três meses, a importância devida à Administração expedidora vence juros, à razão de 7 por cento ao ano, a contar do dia em que finda o dito prazo.

A Administração, cuja responsabilidade se encontre devidamente constatada e que desde o princípio tenha declinado o pagamento da indemnização, deve tomar a seu cargo todas as despesas acessórias resultantes da demora não justificada do pagamento.

Contudo as Administrações podem entender-se para liquidar periòdicamente as indemnizações que tenham pago aos remetentes e que reconheçam como bem fundamentadas.

ARTICLE 57

Responsabilité pour les envois recommandés en dehors des limites de l'Union

La responsabilité en matière d'envois recommandés à destination ou en provenance de Pays étrangers à l'Union ou en transit par ces Pays est réglée selon les dispositions suivantes:

a) pour le transport dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la Convention;

b) pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

CHAPITRE III

Envois contre remboursement

ARTICLE 58

Taxes et conditions. Liquidation

1.— Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les Pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du Pays d'origine de l'envoi.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du Pays d'origine de l'envoi.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

L'expéditeur paie, en outre, une taxe fixe qui ne peut être inférieure à 20 centimes, ni supérieure à 50 centimes, et un droit proportionnel de ½ pour cent du montant du remboursement.

L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir ces taxes, d'après les convenances de son sistème monétaire.

2.— Le montant encaissé sur le destinataire est transmis à l'expéditeur au moyen d'un mandat de remboursement qui est émis gratuitement.

Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent, notamment, se charger, dans des conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

ARTICLE 59

Annulation du montant du remboursement

L'expéditeur d'un envoi recommandé grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45).

ARTICLE 60

Responsabilité en cas de perte de l'envoi

La perte d'un envoi recommandé grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par les articles 50 et 51.

ARTICLE 61

Garantie des sommes encaissées régulièrement

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, qu'elles aient été ou non converties en mandats de poste

ARTIGO 57

Responsabilidade pelos objectos registados fora dos limites da União

A responsabilidade quanto a correspondências registadas destinadas a países estranhos à União, ou dêles procedentes, ou em trânsito por êsses países, é regulada pelas disposições seguintes:

a) Para o transporte dentro da área da União, segundo as estipulações da Convenção;

b) Para o transporte fora do limite da União, segundo as condições notificadas pela Administração da União, que serve de intermediária.

CAPÍTULO III

Correspondências sujeitas a embôlso

ARTIGO 58

Taxas e condições. Liquidação

1. — As correspondências registadas podem expedir-se sujeitas a embôlso para os países cujas administrações resolverem adoptar êsse serviço.

Salvo acôrdo em contrário, a importância do embôlso será expressa em moeda do país de origem das correspondências.

A importância máxima do embôlso é igual à fixada para os vales do correio destinados ao país de procedência dos objectos.

Aos objectos sujeitos a embôlso aplicam-se as mesmas formalidades e taxas das correspondências registadas.

O remetente paga, além disso, uma taxa fixa que não pode ser inferior a 20 centimos nem superior a 50, e um prémio proporcional de ½ por cento da importância do embôlso.

A Administração expedidora tem a faculdade de arredondar estas taxas de acôrdo com as conveniências do seu sistema monetário.

2. — A importância cobrada do destinatário será enviada ao remetente por meio de um vale de embôlso que é emitido gratuitamente.

As Administrações podem entender-se sôbre outro procedimento para a liquidação das importâncias cobradas. Podem, principalmente, nas condições que combinarem, lançá-las em conta corrente postal no país de destino da correspondência.

ARTIGO 59

Anulação da importância do embôlso

O remetente de correspondência registada sujeita a embôlso pode pedir que seja anulada total ou parcialmente a importância do embôlso.

Os pedidos dêste género são submetidos às mesmas disposições adoptadas para os pedidos para retirar correspondência ou alterar-lhe o endereço (artigo 45).

ARTIGO 60

Responsabilidade no caso de perda de correspondência

A perda de um objecto registado sujeito a embôlso fica, no que diz respeito à responsabilidade postal, nas condições determinadas nos artigos 50 e 51.

ARTIGO 61

Garantia das quantias regularmente cobradas

As importâncias realizadas regularmente do destinatário, convertidas ou não em vales do correio ou lança-

ou versées en compte courant postal, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées en faveur du déposant par l'Arrangement concernant les mandats de poste ou par les prescriptions régissant le service des chèques et virements postaux.

ARTICLE 62

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux

1.— Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 47, § 2, et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 41.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montante du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, en aucun cas, le montant du remboursement.

2. — Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

ARTICLE 63

Sommes encaissées régulièrement. Indemnités. Payement et recours

L'obligation de payer les sommes encaissées régulièrement ainsi que l'indemnité dont il est question à l'article précédent, incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi, sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

ARTICLE 64

Delai de payement

Les dispositions de l'article 54 concernant les délais de payement de l'indemnité pour la perte d'un envoi recommandé s'appliquent au payement des sommes encaissées ou de l'indemnité pour les envois contre remboursement.

ARTICLE 65

Détermination de la responsabilité

Le payement, par l'Office expéditeur, des sommes encaissées régulièrement, ainsi que celui de l'indemnité prévue à l'article 62, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition règlementaire par l'Office expéditeur.

Dans les cas d'encaissement frauduleux à la suite de la disparition dans le service d'un envoi contre remboursement, la responsabilité des Offices en cause est déterminée selon les règles prévues à l'article 55 pour la perte d'un envoi recommandé ordinaire.

ARTICLE 66

Remboursement des sommes avancées

L'Office destinataire est tenu de rembourser à l'Office expéditeur, dans les conditions prévues à l'article 56, les sommes qui ont été avancées pour son compte.

das em conta corrente postal, são garantidas ao remetente nas condições determinadas a favor dos depositantes pelo Acôrdo respeitante aos vales de correio ou pelas prescrições que regem o serviço dos cheques e transferências postais.

ARTIGO 62

Indemnização no caso de falta de cobrança, cobrança insuficiente ou fraudulenta

1.— Se a correspondência fôr entregue ao destinatário sem que dêle se tenha cobrado a importância do embôlso, o remetente tem direito a uma indemnização, contanto que tenha havido reclamação formulada no prazo previsto no artigo 47, § 2, e a menos que a falta de cobrança não seja por culpa ou negligência da sua parte ou que o conteúdo da correspondência não entre no número das proïbições previstas no artigo 41.

Nas mesmas circunstâncias se encontra a cobrança de quantia inferior à importância do embôlso indicado ou o caso da cobrança feita fraudulentamente.

A indemnização não poderá ser, em nenhum caso, superior à importância do embôlso.

2.— Em conseqüência do pagamento da indemnização e até à concorrência da sua importância, a Administração responsável é sub-rogada nos direitos do remetente para qualquer recurso eventual contra o destinatário ou terceiros.

ARTIGO 63

Importâncias cobradas regularmente. Indemnizações. Pagamento e recursos

A obrigação de pagar as importâncias cobradas regularmente assim como a indemnização de que se trata no artigo precedente compete à Administração de que depende a estação expedidora da correspondência, sob reserva do seu direito de recurso contra a Administração responsável.

ARTIGO 64

Prazo de pagamento

As disposições do artigo 54 concernentes aos prazos de pagamento da indemnização pela perda de um objecto registado aplicam-se ao pagamento das quantias cobradas e à indemnização pelas correspondências sujeitas a embôlso.

ARTIGO 65

Determinação da responsabilidade

O pagamento, pela Administração expedidora, das quantias cobradas regularmente, assim como da indemnização prevista no artigo 62, faz-se por conta da Administração destinatária. Esta é responsável, a não ser que prove que a culpa proveio da falta de observação de uma disposição regulamentar por parte da Administração expedidora.

No caso de cobrança fraudulenta em seguida ao desaparecimento de um objecto sujeito a embôlso, a responsabilidade da Administração é determinada pelas regras estabelecidas no artigo 55 para a perda de um objecto registado.

ARTIGO 66

Reembôlso das quantias adiantadas

A Administração destinatária deve reembolsar a Administração expedidora, nas condições previstas no artigo 56, das quantias que foram adiantadas por sua conta.

ARTICLE 67

Mandats de remboursement

Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'as pas été payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur de l'envoi grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office, après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards, et sous les réserves prévues au Règlement, les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

ARTICLE 68

Partage de la taxe et du droit de remboursement

Les taxes prévues au dernier alinéa du § 1 de l'article 58 sont partagées par moitié entre l'Administration d'origine et celle du pays de destination dans les conditions prescrites par le Règlement.

Dans le cas où deux Offices ne perçoivent pas une taxe fixe de remboursement d'égal montant, la quote-part à bonifier à l'Office correspondant est calculée sur la base de la taxe la plus faible.

CHAPITRE IV

Attribution des taxes. Frais de transit et d'entrepôt

ARTICLE 69

Attribution des taxes

Sauf les cas expressément prévus par la Convention, chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues.

ARTICLE 70

Frais de transit

1.— Les correspondances échangées en dépêches closes entre deux Administrations de l'Union, au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations (services tiers), sont soumises au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport, aux frais de transit indiqués dans le tableau suivant:

	Par Kilogramme	
	De lettres et de cartes postales	D'autres objets
1°. Parcours territoriaux:	*Fr. c.*	*Fr. c.*
jusqu'à 1000 km	—.75	—.10
au delà de 1000 jusqu'à 2000 km	1.—	—.15
» 2000 » 3000 »	1.50	—.20
» 3000 » 6000 »	2.50	—.30
» 6000 » 9000 »	3.50	—.40
» 9000 km	4.50	—.50
2°. Parcours maritimes:		
Jusqu'à 300 milles marins	—.75	—.10
Au delà de 300 jusqu'à 1500 milles marins	2.—	—.25
Entre l'Europe et l'Amérique du Nord	3.—	—.40
Au delà de 1500 jusqu'à 6000 milles marins	4.—	—.50
» » 6000 milles marins	6.—	—.75

ARTIGO 67

Vales de embôlso

A importância de um vale de embôlso que, por qualquer motivo, não foi paga ao interessado, não é reembolsada à Administração emissora. Fica à disposição do interessado na Administração expedidora da correspondência sujeita a embôlso e reverte definitivamente a favor desta, depois de findar o prazo legal de prescrição.

A todos os outros respeitos, e sob as reservas previstas no regulamento, os vales de embôlso estão sujeitos às disposições fixadas pelo Acôrdo respeitante aos vales do correio.

ARTIGO 68

Partilha da taxa e da percentagem de embôlso

As taxas previstas na última alínea do § 1 do artigo 58 são divididas ao meio entre a Administração de origem e a do país de destino nas condições estabelecidas pelo regulamento.

No caso em que duas Administrações não cobrem uma taxa fixa de embôlso de igual importância, a cota-parte a abonar à Administração correspondente é calculada sôbre a base da taxa menos elevada.

CAPÍTULO IV

Arrecadação das taxas. Direitos de trânsito e de entreposto

ARTIGO 69

Arrecadação das taxas

Salvo os casos previstos pela Convenção, cada Administração guarda por inteiro as importâncias que cobra.

ARTIGO 70

Direitos de trânsito

1.— As correspondências permutadas em malas fechadas entre duas Administrações da União, por meio dos serviços de uma ou mais Administrações da mesma União (serviços terceiros), ficam sujeitas em proveito de cada um dos países percorridos ou daqueles cujos serviços tomam parte no transporte aos direitos de trânsito indicados no quadro seguinte:

	Por quilograma	
	De cartas e bilhetes postais	De outros objectos
1.° — Percursos terrestres:	Fr. C.	Fr. C.
Até 1:000 quilometros	0,75	0,10
De mais de 1:000 até 2:000 quilometros	1,00	0,15
De mais de 2:000 até 3:000 quilometros	1,50	0,20
De mais de 3:000 até 6:000 quilometros	2,50	0,30
De mais de 6:000 até 9:000 quilometros	3,50	0,40
De mais de 9:000 quilometros	4,50	0,50
2.° — Percursos marítimos:		
Até 300 milhas marítimas	0,75	0,10
De mais de 300 até 1:500 milhas marítimas	2,00	0,25
Entre a Europa e a América do Norte	3,00	0,40
De mais de 1:500 até 6:000 milhas marítimas	4,00	0,50
De mais de 6:000 milhas marítimas	6,00	0,75

2.—Les frais de transit pour le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles marins sont fixés au tiers des sommes prévues au paragraphe précédent, si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches transportées, la rémunération afférente au transit territorial.

3.—En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 6 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 0,75 franc par kilogramme d'autres objets.

Lorsque les totaux de ces frais dé passent respectivement 6 francs et 0,75 franc, ils sont répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4.—Sont considérés comme services tiers, à moins d'arrangement contraire, les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de navires dépendant de l'un d'eux, ainsi que les transports effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services dépendant d'un autre pays.

5.—Les correspondances échangées à découvert entre deux Administrations de l'Union sont soumises, sans égard au poids ou à la destination, aux frais de transit suivants, savoir:

Lettres	6	centimes	pièce
Cartes postales	2 ½	»	»
Autres objets.	2 ½	»	»

Toutefois, les Administrations sont autorisées à considérer comme des dépêches closes les envois expédiés à découvert qui dépassent le poids de 250 grammes.

6.—Sont considérés comme autres objets, en ce qui concerne les frais de transit, les journaux ou paquets de journaux et écrits périodiques expédiés en vertu de l'Arrangement concernant les abonnements aux journaux et écrits périodiques, ainsi que les boîtes avec valeur déclarée expédiées en vertu de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

7.—Un Office est autorisé à soumettre à l'appréciation d'une Commission d'arbitres les résultats d'une statistique qui, selon lui, différerait trop de la réalité. Cet arbitrage est constitué ainsi qu'il est prévu à l'article 10.

ARTICLE 71

Frais d'entrepôt

L'entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot donne lieu au payement d'une rémunération fixée à 50 centimes par sac au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt, pourvu que cet Office ne reçoive pas de payement pour un service de transit territorial ou maritime.

ARTICLE 72

Exemption de frais de transit

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime les correspondances en franchise de port mentionnées à l'article 43; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine; les envois réexpédiés; les rebuts; les avis de réception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal, notamment les plis concernant les virements postaux. Les dépêches mal dirigées sont considérées, en ce qui concerne le payement des frais de transit et d'entrepôt, comme si elles avaient suivi leur voie normale.

2. — Os direitos de trânsito pelo transporte marítimo por um trajecto não excedente a 300 milhas marítimas são fixados num têrço das quantias indicadas no parágrafo precedente, se a Administração interessada recebe já, pelas malas transportadas, a remuneração referente ao trânsito terrestre.

3. — Sendo o transporte marítimo feito por duas ou mais Administrações os direitos do percurso total não podem exceder 6 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais e 75 centimos por quilograma de outros objectos.

Desde que os totais dêsses direitos excedam, respectivamente, 6 francos e 75 centimos são repartidos entre as administrações que tomaram parte no transporte *pro rata* das distâncias percorridas, sem prejuízo dos acordos que se efectuarem entre as partes interessadas.

4. — São considerados serviços terceiros, salvo acôrdo em contrário, os transportes marítimos efectuados directamente entre dois Países, por meio de navios dependentes de um dêles, assim como os transportes efectuados entre duas estações dum mesmo País, por intermédio de serviços dependentes de um outro País.

5. — As correspondências permutadas a descoberto entre duas Administrações da União ficam sujeitas, seja qual fôr o séu pêso ou destino, aos direitos de trânsito seguintes:

Cartas — 6 centímos cada uma.
Bilhetes postais — 2 ½ centimos cada um.
Outros objectos — 2 ½ centimos cada um.

Todavia, as Administrações são autorizadas a considerar como malas fechadas os objectos expedidos a descoberto que excedam o pêso de 250 gramas.

6. — São considerados como «outros objectos», no que diz respeito aos direitos de trânsito, os jornais ou maços de jornais e publicações periódicas expedidos em virtude do Acôrdo relativo às assinaturas de jornais e publicações periódicas, assim como as caixas com valor declarado, expedidas em virtude do Acôrdo relativo às cartas e caixas com valor declarado.

7. — Qualquer Administração fica autorizada a submeter à apreciação de uma comissão de árbitros os resultados de uma estatística que, a seu ver, difira muito da realidade. Esta arbitragem é constituída como indica o artigo 10.

ARTIGO 71

Direitos de entreposto

O entreposto, num pôrto, de malas fechadas desembarcadas dum paquete e destinadas a serem reembarcadas noutro paquete, dá lugar ao pagamento de uma remuneração fixada em 50 centimos por cada saco, a qual reverte a favor do correio a que pertence o entreposto, desde que êste correio não receba qualquer pagamento por um serviço de trânsito territorial ou marítimo.

ARTIGO 72

Isenção de direitos de trânsito

São isentos de quaisquer direitos de trânsito terrestre ou marítimo as correspondências isentas de franquia mencionadas no artigo 43; a parte dos bilhetes postais de resposta paga que se reenvia ao País de procedência; as correspondências reexpedidas; os refugos; os avisos de recepção; os vales de correio e todos os outros documentos relativos ao serviço postal especialmente os sobrescritos concernentes às transferências postais. As malas mal dirigidas são consideradas, no que respeita ao pagamento dos direitos de trânsito e de entreposto, como se tivessem seguido a sua via normal.

ARTICLE 73

Services extraordinaires

Les prix de transit spécifiés à l'article 70 ne s'appliquent pas aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

ARTICLE 74

Services aériens

1.— Les prix de transit prévus à l'article 70 ne s'appliquent pas aux services aériens établis pour le transport des correspondances entre deux ou plusieurs pays.

2.— Les frais de transport afférents à chaque parcours effectué par voie aérienne sont uniformes pour toutes les Administrations qui font emploi du service sans participer aux frais d'exploitation.

3.— Les Administrations des postes des pays desservis directement par des services aériens déterminent, d'accord avec les Compagnies intéressées, les frais de transport afférents aux dépêches chargées dans les aéroports de leurs territoires respectifs pour les parcours effectués au moyen des appareils de ces compagnies. Toutefois est réservé à toute Administration dont dépend un service aérien, le droit de percevoir, pour la totalité du parcours, les frais de transport par ce service directement de chaque Administration qui en fait emploi.

4.— Le transbordement en cours de route des dépêches qui empruntent sucessivement plusieurs services aériens distincts se fait obligatoirement par l'intermédiaire de l'Administration des postes du pays où a lieu le transbordement. Cette règle ne s'applique pas lorsque ce transbordement a lieu entre des appareils assurant les sections successives d'un même service.

Si les dépêches doivent être entreposées avant leur réexpédition par un autre service aérien, l'Administration des postes intéressée a droit aux frais d'entrepôt aux conditions prévues par l'article 71.

En dehors de ces frais éventuels d'entrepôt, les Administrations des pays survolés n'ont droit à aucune rémunération pour les dépêches transportées par voie aérienne au dessus de leurs territoires.

ARTICLE 75

Payements et décomptes

1.— Les frais de transit et d'entrepôt sont à la charge de l'Administration du Pays d'origine.

2.— Le décompte général de ces frais a lieu d'après les données des relevés statistiques établis, une fois tous les cinq ans, pendant une période de vingt-huit jours à déterminer dans le Règlement.

3.— Lorsque le solde annuel des décomptes des frais de transit et d'entrepôt entre deux Offices ne dépasse pas 1.000 francs, l'Office débiteur est exonéré de tout payement de ce chef.

ARTICLE 76

Frais de transit dans les relations avec les Pays étrangers à l'Union

1.— Les Offices qui ont des relations avec les Pays situés en dehors de l'Union doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de celle-ci pour que les correspondances soient soumises en dehors de l'Union, comme

ARTIGO 73

Serviços extraordinários

Os direitos de trânsito especificados no artigo 70 não se aplicam aos transportes que se realizam dentro da União por meio de serviços extraordinários especialmente criados ou mantidos por uma Administração, a pedido de outra ou mais Administrações. As condições desta categoria de transportes regulam-se de comum acôrdo entre as Administrações interessadas.

ARTIGO 74

Serviços aéreos

1.— Os direitos de trânsito previstos no artigo 70 não se aplicam aos serviços aéreos estabelecidos para o transporte de correspondências entre dois ou mais países.

2.— Os direitos de trânsito correspondentes a cada percurso efectuado por via aérea são uniformes para todas as Administrações que se utilizarem dêste serviço sem concorrerem para as despesas de exploração.

3.— As Administrações dos correios dos países servidos directamente por carreiras aéreas determinam, de acôrdo com as companhias interessadas, os direitos de transporte relativos às malas carregadas nos aeroportos dos seus territórios para os percursos efectuados por meio dos aparelhos dessas companhias. Todavia é reservado a qualquer Administração de que depende um serviço aéreo o direito de receber, pela totalidade do percurso, os direitos de transporte por êsse serviço directamente de cada Administração que dêle se aproveitar.

4.— O trasbordo das malas que durante um percurso aproveitem sucessivamente muitos serviços aéreos distintos faz-se obrigatòriamente por intermédio da Administração dos correios do país em que tem lugar êsse trasbordo. Esta regra não se aplica desde que o trasbordo tenha lugar entre aparelhos revezando-se sucessivamente em secções dum mesmo serviço.

Se as malas forem depositadas em entreposto antes de serem reexpedidas por outro serviço aéreo, a Administração dos correios interessada cobrará os direitos de entreposto nas condições estabelecidas pelo artigo 71.

Salvo êste direito eventual de entreposto, as Administrações dos países sôbre os quais se voa não têm direito a nenhuma remuneração pelo transporte aéreo das malas por cima dos seus territórios.

ARTIGO 75

Pagamentos e contas

1.—Os direitos de trânsito e de entreposto são encargo da Administração do País de origem.

2. — A conta geral dêsses direitos tem lugar segundo os dados dos resumos estatísticos estabelecidos, uma vez cada cinco anos, durante um período de vinte e oito dias determinado pelo Regulamento.

3.— Desde que o saldo anual das contas dos direitos de trânsito e de entreposto entre duas Administrações não exceda 1:000 francos, a Administração devedora é dispensada de qualquer pagamento.

ARTIGO 76

Direitos de trânsito nas relações com os Países estranhos à União

1.— As Administrações que têm relações com Países estranhos à União devem prestar o seu concurso a todas as outras Administrações desta para que as correspondências sejam submetidas, fora da União, como den-

dans son ressort, aux frais de transit déterminés par l'article 70.

2.— Les frais totaux de transit maritime dans l'Union et en dehors de l'Union ne peuvent toutefois pas excéder 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets. Le cas échéant, ces frais sont répartis au prorata des distances, entre les Offices intervenant dans le transport.

3.— Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de celle-ci, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre Pays de l'Union au moyen des services d'autres Pays de l'Union.

ARTICLE 77

Echange de dépêches closes avec des bâtiments de guerre

1.— Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des Pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même Pays en station à l'étranger, ou entre le commandant d'une de ces divisions navales ou bâtiment de guerre et le commandant d'une autre division ou bâtiment du même Pays, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres Pays.

2.— Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du Pays auquel appartiennent les bâtiments.

3.— Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 70.

Dispositions diverses

ARTICLE 78

Inobservation de la liberté de transit

Lorsqu'un pays n'observe pas les dispositions de l'article 25 concernant la liberté de transit, les Administrations ont le droit de supprimer le service postal avec lui. Elles doivent donner préalablement avis de cette mesure par télégramme aux Administrations intéressées.

ARTICLE 79

Engagements

Les Pays contractants s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs respectifs, les mesures nécessaires:

a) Pour punir tant la contrefaçon et l'usage frauduleux des coupons réponse internationaux que l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement d'envois postaux, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi, ainsi que d'empreintes contrefaites, ou ayant déjà servi, de machines à affranchir;

b) Pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des Pays adhérents;

c) Pour punir les opérations frauduleuses de fabrica-

tro dela, aos direitos de trânsito determinados pelo artigo 70.

2.— A totalidade dos direitos de trânsito marítimo na União e fora dela não podem exceder 15 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais e 1 franco por quilograma doutros objectos. Estes direitos são divididos *pro rata* das distâncias entre as Administrações que tomaram parte no transporte.

3.— Os direitos de trânsito, territorial ou marítimo, fora dos limites da União como dentro da área desta, das correspondências de que trata êste artigo, são constatadas da mesma forma que os direitos de trânsito relativos às correspondências trocadas entre Países da União por meio dos serviços doutros Países da União.

ARTIGO 77

Permutação de malas fechadas com navios de guerra

1.— Podem ser permutadas malas fechadas entre as estações postais de um dos Países aderentes e os comandantes de divisões navais ou navios de guerra dêsse País, estacionados no estrangeiro, ou entre o comandante duma dessas divisões navais ou navios de guerra e o comandante doutra divisão ou navio de guerra do mesmo País, por intermédio dos serviços terrestres ou marítimos dependentes doutros Países;

2.— As correspondências de qualquer natureza contidas nessas malas devem ser dirigidas ou provenientes dos estados maiores e das tripulações dos navios destinatários ou remetentes das mesmas malas; as taxas e condições de expedição aplicáveis a estas correspondências são determinadas, segundo os seus regulamentos internos, pela Administração postal do País a que pertencerem os navios.

3.— Salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, a Administração postal remetente ou destinatária das malas de que se trata é devedora às Administrações intermediárias de direitos de trânsito, calculados em conformidade com as disposições do artigo 70.

Disposições diversas

ARTIGO 78

Inobservância da liberdade de trânsito

Logo que um País não observe as disposições do artigo 25, concernentes à liberdade de trânsito, as Administrações têm o direito de suprimir as relações postais com êle, comunicando prèviamente essa medida, por telegrama, às Administrações interessadas.

ARTIGO 79

Compromissos

Os Países Contratantes comprometem-se a tomar, ou propor aos seus respectivos poderes legislativos, as medidas necessárias:

a) Para punir tanto a imitação e uso fraudulento dos cupões-resposta internacionais como o emprêgo fraudulento, para franquia de correspondências, de selos falsos ou tendo já servido, assim como impressões falsas, ou tendo já servido, de máquinas de franquear;

b) Para proïbir e reprimir as operações fraudulentas de fabricação, venda e distribuïção de vinhetas e selos em uso no serviço dos correios, falsos ou imitados de tal maneira que possam confundir-se com as vinhetas e selos emitidos pela Administração de um dos Países aderentes;

c) Para punir as operações fraudulentas de fabrica-

tion et de mise en circulation de cartes d'identité postales, ainsi que l'emploi frauduleux de ces cartes;

d) Pour empêcher et, les cas échéant, punir l'insertion d'opium, de morphine, de cocaïne et autres stupéfiants dans les envois postaux en faveur desquels cette insertion ne serait pas expressément autorisée par la Convention et les Arrangements de l'Union.

Dispositions finales

ARTICLE 80

Mise à exécution et durée de la Convention

La présente Convention sera mise à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman:

D. J. O'Kelly.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk.
K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmarck.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

ção e venda de bilhetes de identidade postais, assim como o emprêgo fraudulento dêsses bilhetes;

d) Para impedir e, conforme o caso, punir a inclusão de ópio, morfina, cocaína e outros estupefacientes nas correspondências postais, desde que essa inclusão não seja expressamente autorizada pela Convenção e os Acordos da União.

Disposições finais

ARTIGO 80

Entrada em vigor e duração da Convenção

A presente Convenção entrará em vigor a 1 de Outubro de 1925 e durará por um tempo indeterminado.

Em firmeza do que os Plenipotenciários dos Países acima mencionados assinaram a presente Convenção em um exemplar que ficará depositado nos Arquivos do Govêrno da Suécia e de que uma cópia será enviada a cada Parte.

Feito em Estocolmo, aos 28 de Agosto de 1924.

Pela União da Africa do Sul:

Por *E. A. Sturman:*

D. J. O'Kelly.
D. J. O'Kelly.

Pela Albânia:

David Bjurström.

Pela Alemanha:

W. Schenk.
K. Orth.

Pelos Estados Unidos da América:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pelo conjunto das possessões insulares dos Estados Unidos da América, não incluindo as Ilhas Filipinas:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pelas Ilhas Filipinas:

Juan Ruiz.

Pela República Argentina:

M. Rodriguez Ocampo.

Pela Commonwealth da Austrália:

Pela Austria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Weenqvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:
M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie:
Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:
A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:
N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Canada:
Peter T. Coolican.

Pour le Chili:
Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la Chine:
Tai Tch'Enne Linne.

Pour la République de Colombie:
Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:
V. Andersson.

Pour la République de Cuba:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:
C. F. G. Hagstrom.

Pour l'Egypte:
H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:
Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:
Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:
B. Marcos.
A. Bousson.

Pela colónia do Congo Belga:
M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia:
Mto. Urriolagoitia H.

Pelo Brasil:
A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pela Bulgária:
N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Canadá:
Peter T. Coolican.

Pelo Chile:
Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:
Tai Tch'Enne Linne.

Pela República de Colômbia:
Luis Serrano-Blanco.

Pela República de Costa Rica:
V. Andersson.

Pela República de Cuba:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade Livre de Dantzig:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pela República Dominicana:
C. F. G. Hagström.

Pelo Egipto:
H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pelo Equador:

Pela Espanha:
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas colónias espanholas:
Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:
Edward Wirgo.

Pela Etiópia:
B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias.
Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachniddkis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O'Héigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhaoil.
D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarrelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pela Finlândia:

G. E. F. Albrecht.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pelas Colónias e Protectorados Franceses da Indo China:

André Touzet.

Pelo conjunto das outras colónias francesas:

G. Pillias.
Ginestou.

Pelo Grã-Bretanha e diversas Colónias e Protectorados Britânicos:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Guatemala:

Pela República do Haiti:

Carl Schlyter.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Índia Britânica:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pelo Estado Livre da Irlanda:

Por P. S. O'Héigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhooil.
P. S. Mac Cathmhooil.
D. O'Hiarlatha.

Pela Islândia:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales.
César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelo Japão

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komari.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República da Libéria:

Gustaf W. de Hovn de Rantzien.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pelo Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com excepção da zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelo México:

José V. Chávez.

Pela Nicarágua:

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oscar Homme.

Pela Nova-Zelândia:

A. T. Markman.

Pela República de Panamá:

José D. Morales.
César Carvallo.

Pelo Paraguai:

Gunnar Langborg.

Pelos Países-Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder
J. M. Lamers.

Pelas Índias Neerlandesas:

I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique:
I. J. Milborn.

Pour M. W. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pour le Pérou:
Emil Hector.

Pour la Perse:
Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pour la Pologne:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho d'Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:
George Lecca.

Pour la République de Saint-Marin:
Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:
P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:
Phya Sanpakitch Preechit.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:
P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:
Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:
F. Gentil.
Barbarat.

Pelas Colónias Neerlandesas na América:
I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pelo Peru:
Emil Hector.

Pela Pérsia:
Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pela Polónia:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pelo Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias Portuguesas de África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:
George Lecca.

Pela República de S. Marino:
Percival Kalling.

Pela República do S. Salvador:

Pelo Território do Sarre:
P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos:
Dragutin Dimitrijevié.
Sava Tutundzié.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pelo Reino de Sião:
Phya Sanpakitch Preechá.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:
P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tchéco-Slováquia:
Judr. Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia:
F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiqne Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandre Aguilar.

II

Protocole final de la Convention

Au moment de procéder à la signature de la Convention postale universelle conclue à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

Retrait de correspondances

Les dispositions de l'article 45 de la Convention ne s'appliquent pas à la Grande-Bretagne, ni aux dominions, colonies et protectorats britanniques, dont la législation intérieure ne permet pas le retrait de correspondances à la demande de l'expéditeur.

II

Équivalents. Limites maxima et minima

1.—Chaque pays a la faculté de majorer jusqu'à 60 % ou de réduire jusqu'à 20 % les taxes prévues à l'article 34 § 1, conformément aux indications du tableau ci-après:

	Limites inférieures (valeur-or)	Limites supérieures (valeur-or)
	Centimes	Centimes
Lettres { 1er échelon	20	40
Lettres { par échelon supplémentaire	12	24
Cartes postales { simples	12	24
Cartes postales { avec réponse	24	48
Imprimés (par 50 grammes)	4	8
Impressions en relief pour les aveugles (par 1000 grammes)	4	8
Papiers d'affaires (par 50 grammes)	4	8
Papiers d'affaires (minimum de taxe)	20	—
Échantillons de marchandises (par 50 grammes)	4	8
Échantillons de marchandises (minimum de taxe)	8	—

Les taxes choisies doivent, autant que possible, être entre elles dans les mêmes proportions que les taxes de base, chaque Office ayant la faculté d'arrondir ses taxes suivant les convenances de son système monétaire.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pela União das Repúblicas Sovietistas Socialistas:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pelo Uruguai:

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

II

Protocolo final da Convenção

Por ocasião de se proceder à assinatura da Convenção postal universal concluída na data de hoje, os Plenipotenciários abaixo assinados concordam no seguinte:

I

Retirada de correspondências

As disposições do artigo 45 da Convenção não se aplicam à Grã-Bretanha nem aos domínios, colónias e protectorados britânicos, cuja legislação interna não permite a retirada de correspondências a pedido do remetente.

II

Equivalentes. Limites máximo e mínimo

1.—Cada país tem a faculdade de aumentar até 60 por cento ou de reduzir até 20 por cento as taxas previstas no artigo 34, § 1, conforme as indicações do seguinte quadro:

	Limites inferiores (ouro)	Limites superiores (ouro)
	Centimes	Centimos
Cartas:		
1.º porte	20	40
Por cada porte a mais	12	24
Bilhetes postais:		
Simples	12	24
De resposta paga	24	48
Impressos (por 50 gramas)	4	8
Impressões em relêvo para os cegos (por 1:000 gramas)	4	8
Manuscritos (por 50 gramas)	4	8
Manuscritos (mínimo da taxa)	20	—
Amostras (por 50 gramas)	4	8
Amostras (mínimo da taxa)	8	—

As taxas a fixar devem, quanto possível, manter entre si as mesmas proporções que as taxas-base, tendo cada Administração a faculdade de as arredondar, de acôrdo com as conveniências do seu sistema monetário.

2.—Il est loisible à chaque Pays de réduire à 10 centime la taxe de la carte postale simple et à 20 centimes celle de la carte postale avec réponse payée.

3.—La taxe des imprimés peut exceptionnellement être réduite à 3 centimes par échelon de 50 grammes.

4.—Il est loisible à chaque pays de fixer à son gré, pour ce qui concerne la somme à payer à ses ressortissants, l'indemnité prévue à la artiele 60.

Toutefois, les règlements de compte entre les Offices intéressés s'effectuent sur la base du montant de 50 francs.

5.—Le tarif adopté par un Pays s'applique aux taxes à percevoir à l'arrivée par suite d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.

III

Faculté de prescrire l'affranchissement obligatoire

Lorsqu'un Pays laisse descendre sa taxe en dessous de 20 centimes pour le premier échelon de poids des lettres et en dessous du montant proportionnel pour les cartes postales et les autres objets, les autres Pays sont autorisés à appliquer l'affranchissement obligatoire à son égard et peuvent distribuer sans les taxer les correspondances non ou insuffisamment affranchies en provenance de ce Pays. Il demeure entendu que ce Pays a, lui aussi, le droit de prescrire l'affranchissement obligatoire.

Est en outre réservée à chaque Pays la faculté de ne pas admettre les cartes postales avec réponse payée dans les relations avec un autre Pays, lorsque la différence entre les taxes des deux Pays est telle que l'emploi de ces cartes peut donner lieu à des abus de la part du public.

IV

Dépôt de correspondances à l'etranger

Chaque Pays est autorisé à prendre toutes les mesures jugées opportunes pour empêcher que les correspondances provenant de son territoire ne soient transportées à travers la frontière pour être déposées à la poste à l'étranger. Il a, en particulier, le droit de frapper de sa taxe interne ou de renvoyer à l'origine les envois que des personnes ou maisons de commerce domiciliées dans ce Pays déposent ou font déposer à l'étranger, pour bénéficier de taxes plus basses, à l'adresse de personnes ou maisons de commerce de l'intérieur de ce même Pays. Les modalités de la perception des taxes sont laissées au choix de ce Pays.

V

Once avoirdupois

Il est admis, par mesure d'exception, que les Pays qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoirdupois (28,3465 grammes) en assimilant une once à 20 grammes pour les lettres et 2 onces à 50 grammes pour les imprimés, papiers d'affaires et échantillons.

VI

Coupons-réponse

Les Administrations ont la faculté de ne pas se charger du débit des coupons-réponse.

Elles sont autorisées à restreindre le nombre des coupons-réponse à vendre ou à échanger à la même personne en un seul jour. Dans ce cas, elles font part de leur décision au Bureau international qui la communique aux Administrations de l'Union.

2.—É permitido a todos os Países reduzir a 10 centimos a taxa do bilhete postal simples e a 20 centimos a do bilhete de resposta paga.

3.—A taxa dos impressos pode excepcionalmente ser reduzida a 3 centimos por porte de 50 gramas.

4.—Os Países podem fixar como entenderem a indemnização prevista no artigo 50, no que diz respeito à quantia que devem pagar na sua alçada.

Contudo, os ajustes de contas entre as Administrações interessadas efectuam-se tomando por base a importância de 50 francos.

5.—A tarifa adoptada por um País aplica-se às taxas a cobrar do destinatário em virtude de falta absoluta ou insuficiência de franquia.

III

Faculdade de estabelecer franquia obrigatória

Desde que um País deixa descer a sua taxa abaixo de 20 centimos pelo primeiro porte de pêso das cartas e abaixo da quantia proporcional para os bilhetes postais e outros objectos, os outros Países ficam autorizados a aplicar a franquia obrigatória a seu respeito e podem distribuir sem as taxar as correspondências não ou insuficientemente franqueadas provenientes dêsse País. Entende-se que também êsse País tem o direito de estabelecer a franquia obrigatória.

Outrossim tem qualquer País a faculdade de não admitir os bilhetes postais com resposta paga nas relações com outro País desde que a diferença entre as taxas dos dois Países seja tal que o emprêgo dêsses bilhetes possa dar lugar a abuso por parte do público.

IV

Lançamento de correspondências no estrangeiro

Os países contratantes são autorizados a tomar as medidas que julguem convenientes para impedir que as correspondências originárias do seu território sejam transportadas através da fronteira para serem lançadas no correio no estrangeiro. Têm especialmente o direito de sujeitar à sua taxa interna ou devolver à procedência as correspondências que indivíduos ou casas comerciais domiciliados nesse País lancem ou façam lançar em correio estrangeiro, para aproveitar taxas mais favoráveis, dirigidas a indivíduos ou casas comerciais do interior dêsse mesmo País. As circunstâncias da cobrança das taxas são determinadas por êsse País.

V

Onça (avoir du poids)

Admite-se, excepcionalmente, que os Países que, por causa do seu regime interno, não possam adoptar o tipo do pêso métrico-decimal, o substituam pela onça (*avoir du poids*), 28,3465 gr., equivalendo uma onça a 20 gramas para as cartas e 2 onças a 50 gramas para os outros objectos.

VI

Cupões-resposta

As Administrações têm a faculdade de se não encarregarem da venda de cupões-resposta.

São autorizadas a restringir o número de cupões-resposta a vender ou trocar à mesma pessoa num mesmo dia. Neste caso comunicam a sua decisão à Secretaria Internacional, que por sua vez a comunicará às Administrações da União.

Les Administrations postales de la Perse et de l'Uruguay ont la faculté de ne pas se charger provisoirement du service et de l'échange des coupons-réponse.

VII

Droit de recommandation

Les pays qui ne peuvent pas fixer à 40 centimes le droit de recommandation prévu à l'article 48, § 2 de la Convention sont, toutefois, autorisés à percevoir un droit pouvant s'élever jusqu'à 50 centimes au maximum.

VIII

Frais d'entrepôt

Exceptionnellement, l'Administration portugaise est autorisée à percevoir pour toutes les dépêches transbordées au port de Lisbonne les frais d'entrepôt prévus à l'article 71.

IX

Protocole laissé ouvert aux Pays non représentés

L'Equateur, le Guatémala, la Républiqne du Honduras, le Nicaragua et le Salvador, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le Protocole leur reste ouvert pour adhérer à la Convention et aux Arrangements qui y ont été conclus, ou seulement à l'un ou à l'autre d'entre eux.

Le Protocole reste aussi ouvert dans le même but à la Commonwealth de l'Australie dont le délégué a dû s'absenter au moment de la signature des Actes.

X

Protocole laissé ouvert aux Pays représentés pour signatures et adhésions

Le Protocole demeure ouvert en faveur des Pays dont les représentants n'on signé aujourd'hui que la Convention ou un certain nombre seulement des Arrangements arrêtés par le Congrés, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Arrangements signés ce jour, ou à l'un ou à l'autre d'entre eux.

XI

Délai pour la notification des adhésions par les Pays de l'Union non représentés

Les adhésions prévues à l'article IX ci-dessus devront être notifiées au Gouvernement du Royaume de Suède par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique, et par lui aux Etats de l'Union. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1er septembre 1925.

XII

Commission d'Études

Une commission composée des représentants de quatorze Administrations est chargé d'étudier et de rechercher les voies et moyens de simplifier le travail des Congrès et d'en accélérer la marche.

Le résultat de ses études sera soumis aux Administrations pour décision, dans le délai que permettent de l'appliquer au prochain Congrès.

A cette effect, la dite Commission est autorisée à formuler toutes propositions qu'elle jugera utiles et cella-ci passeront en force, si elles réunissent la majorité des suffrages exprimés.

Le Bureau International assurrera les travaille de chancellerie de la comission ainsi formée et son directeur prendera part à ses délibérations.

As Administrações postais da Pérsia e do Uruguai têm a faculdade de, provisòriamente, se não encarregarem da venda e da troca de cupões-resposta.

VII

Prémio de registo

Os Países que não podem fixar em 40 centimos o prémio de registo previsto no artigo 48, § 2, da Convenção são autorizados a elevar êsse prémio a um máximo de 50 centimos.

VIII

Direitos de entreposto

Excepcionalmente, a Administração portuguesa é autorizada a cobrar por todas as malas trasbordadas no pôrto de Lisboa os direitos de entreposto previstos no artigo 71.

IX

Protocolo aberto aos Países não representados

O Equador, a Guatemala, a República de Honduras, a Nicarágua e o Salvador, que fazem parte da União postal, não se tendo feito representar no Congresso, têm o Protocolo aberto para aderir à Convenção e aos Acordos nele concluídos ou sòmente a um ou outro de entre êles.

O Protocolo fica também aberto com o mesmo fim ao Commonwealth da Austrália, cujo delegado se ausentou na ocasião da assinatura dos Actos.

X

Protocolo aberto aos Países representados para assinaturas e adesões

O Protocolo fica aberto em favor dos Países cujos representantes não assinaram hoje senão a Convenção ou alguns dos Acordos concluídos pelo Congresso, a fim de lhes permitir a adesão aos outros Acordos hoje assinados ou a alguns de entre êles.

XI

Prazo para a notificação das adesões pelos Países da União não representados

As adesões previstas no artigo IX acima deverão ser notificadas ao Govêrno do Reino da Suécia pelos Governos respectivos, em forma diplomática, e por êste aos Estados da União. O prazo que lhes é concedido para esta notificação findará em 1 de Setembro de 1925.

XII

Comissão de Estudos

Uma comissão composta de representantes de catorze Administrações fica encarregada de estudar e procurar a maneira e os meios de simplificar o trabalho dos Congressos e de lhes promover rápido andamento.

O resultado dêstes estudos será submetido às Administrações para decisão em tempo que permita aplicá-lo ao próximo Congresso.

Para êste efeito a dita Comissão fica autorizada a formular as propostas que julgue convenientes e estas considerar-se hão aprovadas se reünirem a maioria dos votos colhidos.

A Secretaria Internacional assegurará os trabalhos de chancelaria da comissão assim formada, e o seu director tomará parte nas suas deliberações.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même de la Convention à laquelle il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de la Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman:

D. J. O'Kelly.
D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk.
K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Em firmeza do que os Plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo, que terá tanta fôrça e validade como se as suas disposições fôssem insertas no próprio texto da Convenção, a que êle se refere, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Govêrno da Suécia e do qual será dada uma cópia a cada Parte.

Feito em Estocolmo, em 28 de Agosto de 1924.

Pela União da Africa do Sul:

Por E. A. Sturman:

D. J. O'Kelly.
D. J. O'Kelly.

Pela Albânia:

David Bjurstròm.

Pela Alemanha:

W. Schenk.
K. Orth.

Pelos Estados Unidos da América:

Joseph Stewart.
Eugène R. Withe.
Edwin Sands.

Pelo conjunto das possessões insulares dos Estados Unidos da América, não incluindo as Ilhas Filipinas:

Joseph Stewart.
Eugène R. White.
Edwin Sands.

Pelas Ilhas Filipinas:

Juan Ruiz.

Pela República Argentina:

M. Rodriguez Ocampo.

Pelo Commonwealth de Austrália:

Pela Áustria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Weenqvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Colónia do Congo Belga:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia.

Pelo Brasil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagstrom.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Bulgária:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Canadá:

Peter T. Coolican.

Pelo Chile:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:

Tai Tch' Enne Linne.

Pela República de Colômbia:

Luis Serrano-Blanco.

Pela Aepública de Costa Rica:

V. Andersson.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade Livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pela República Dominicana:

C. F. G. Hagström.

Pelo Egipto:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pelo Equador:

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:

Edward Wirgo.

Pela Etiópia:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pela Finlândia:

G. E. F. Albrecht.

Pela França:

M. Lebon.
Rorert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pilliás.
Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour le Guatémala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pour l'État libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Héigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhaoil.
D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pelas Colónias e Protectorados Franceses da Indo-China:

André Touzet.

Pelo conjunto das outras colónias francesas:

G. Pillias.
Ginestou.

Pela Grã-Bretanha e diversas Colónias e Protectorados Britânicos:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pola Guatemala:

Pela República do Haiti:

Carl Schlyter.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Índia Britânica:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pelo Estado Livre da Irlanda:

Por P. S. O' Héigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhaoil.
D. O'Hiarlatha.

Pela Islândia:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:

S. Komari.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komari.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:
K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:
Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:
Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:
I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:
Jaaques.

Pour le Maroc (à exclusion de la Zone espagnole):
F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Mexique:
José V. Chávez.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:
Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:
A. T. Markman.

Pour la République de Panama:
José D. Morales.
César Carvallo.

Pour le Paraguay:
Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:
Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:
I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:
I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pour le Pérou:
Emil Hector.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas:
K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:
Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República de Libéria:
Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pela Lituânia:
I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pelo Luxemburgo:
Jaaques.

Por Marrocos (com excepção da zona espanhola):
F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (zona espanhola):
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelo México:
José V. Chávez.

Pela Nicarágua:

Pela Noruega:
Klaus Helsing.
Oscar Homme.

Pela Nova-Zelândia:
A. T. Markman.

Pela República de Panamá:
José D. Morales.
César Carvallo.

Pelo Paraguai:
Gunnar Langborg.

Pelos Países-Baixos:
Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias Neerlandesas:
I. J. Milborn.

Por. M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pelas Colónias Neerlandesas na América:
I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Fosterbeek:
I. J. Milborn.

Pelo Peru:
Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

JUDr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pela Pérsia:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias Portuguesas de Africa:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias Portuguesas da Ásia e da Oceânia:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:

George Lecca.

Pela República de S. Marino:

Percival Kalling.

Pela República de S. Salvador:

Pelo Território do Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Sloyenos:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzié.
Millos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pelo Reino de Sião:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:

Judr. Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevithch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Pela União das Repúblicas Sovietistas Socialistas:

V. Ossinski.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pelo Uruguai:

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée

TABLE DES MATIÈRES

CHAPITRE I

Dispositions générales

Art. 1. — Objet de l'Arrangement.
Art. 2. — Maximum de déclaration de valeur.
Art. 3. — Taxes.
Art. 4 — Conditions générales.
Art. 5. — Récépissé.
Art. 6. — Droit de factage et de dédouanement. Taxe de poste restante.
Art. 7. — Droits de douane et autres droits non postaux. Droit de commission.
Art. 8. — Remise par exprès.
Art. 9. — Déclaration frauduleuse de valeur.
Art. 10. — Interdictions.
Art. 11. — Franchises.
Art. 12. — Retrait. Modification d'adresse.
Art. 13. — Avis de réception.
Art. 14. — Réexpédition. Rebuts.
Art. 15. — Réclamations.

CHAPITRE II

Responsabilité

Art. 16. — Entendue de la responsabilité.
Art. 17. — Exceptions au principe de responsabilité.
Art. 18. — Cessation de la responsabilité.
Art. 19. — Payement de l'indemnité. Délai de payement.
Art. 20. — Détermination de la responsabilité.
Art. 21. — Limitation de la responsabilité.
Art. 22. — Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur.

CHAPITRE III

Envois contre remboursement

Art. 23. — Taxes et conditions.
Art. 24. — Annulation ou modification du montant du remboursement.
Art. 25. — Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.
Art. 26. — Indemnité en cas de non-encaissement insuffisant ou frauduleux.
Art. 27 — Garantie des sommes encaissées. Obligation de payer. Délais et recours. Partage des taxes.

CHAPITRE IV

Attribution des taxes. Frais de transit

Art. 28. — Attribution des taxes.
Art. 29. — Frais de transit et d'entrepôt.

CHAPITRE V

Dispositions diverses

Art. 30. — Application des règles de la Convention.
Art. 31. — Bureaux participant au service.
Art. 32. — Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales

Art. 33 — Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Protocole final

Article unique. — Maximum de la déclaration de valeur.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo à permutação de cartas e de caixas com valor declarado

INDICE

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 1. — Objecto do acôrdo.
Art. 2. — Máximo de declaração de valor.
Art. 3. — Taxas.
Art. 4. — Condições gerais.
Art. 5. — Recibo.
Art. 6. — Taxa de distribuïção domiciliária e de formalidades aduaneiras. Taxa de posta restante.
Art. 7. — Direitos de alfândega e outros direitos não postais. Comissão.
Art. 8. — Distribuïção por próprio.
Art. 9. — Falsa declaração de valor.
Art. 10. — Proïbições.
Art. 11. — Isenções de franquia.
Art. 12. — Restituïção. Rectificação de endereço.
Art. 13. — Aviso de recepção.
Art. 14. — Reexpedição. Refugo.
Art. 15. — Reclamações.

CAPÍTULO II

Responsabilidade

Art. 16. — Limite da responsabilidade.
Art. 17. — Excepções às condições de responsabilidade.
Art. 18. — Cessação da responsabilidade.
Art. 19. — Pagamento da indemnização. Prazo do pagamento.
Art. 20. — Determinação da responsabilidade.
Art. 21. — Limite da responsabilidade.
Art. 22. — Reembôlso da indemnização à Administração expedidora.

CAPÍTULO III

Objectos contra reembôlso

Art. 23. — Taxas e condições.
Art. 24. — Anulação ou alteração da importância do reembôlso.
Art. 25. — Responsabilidade em caso de perda, de subtracção ou de avaria.
Art. 26. — Indemnização pela não cobrança do embôlso, cobrança insuficiente ou fraudulenta.
Art. 27. — Garantia das importâncias recebidas. Obrigação de pagar. Prazos e recursos. Divisão das taxas.

CAPÍTULO IV

Atribuïção das taxas — Direitos de trânsito

Art. 28. — Atribuïção das taxas.
Art. 29. — Direitos de trânsito e de entreposto.

CAPÍTULO V

Disposições diversas

Art. 30. — Aplicação das regras da Convenção.
Art. 31. — Repartições que executam o serviço.
Art. 32. — Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões.

Disposições finais

Art. 33. — Entrada em execução e duração do Acôrdo.

Protocolo final

Artigo único. — Máximo de declaração do valor.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée conclu entre

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, l'Égypte, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'État Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zelande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Perou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I

Dispositions générales

ARTICLE 1er

Objet de l'Arrangement

Il peut être échangé entre les pays contractants, sous le nom de lettres ou de boîtes avec valeur déclarée, des lettres contenant des valeurs-papiers et des documents de valeur, ainsi que des boîtes contenant des bijoux et objets précieux, avec assurance du contenu pour le montant de la déclaration.

Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, les lettres avec valeur déclarée peuvent aussi contenir des objets passibles de droits de douane.

La participation à l'échange des boîtes avec valeur déclarée est limitée à ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

ARTICLE 2

Maximum de déclaration de valeur

Les divers Offices, dans leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximun de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10.000 francs par envoi.

UNIAO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo à permutação de cartas e de caixas com valor declarado celebrado entre

Albânia, Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica, Colónia do Congo Belga, Bolívia, Brasil, Bulgária, Chile, China, República de Colômbia, República de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Egipto, Espanha, Colónias Espanholas, Estónia, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e Protectorados Franceses da Indochina, conjunto das outras Colónias Francesas, Grã-Bretanha e diversas Colónias e Protectorados Britânicos, Grécia, Guatemala, República do Haiti, República de Honduras, Hungria, Índia Britânica, Estado Livre da Irlanda, Islândia, Itália, conjunto das Colónias Italianas, Japão, Chosen, conjunto das outras dependências japonesas, Letonia, República da Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, República do Panamá, Paraguai, Países Baixos, Índias Neerlandesas, Colónias Neerlandesas na América, Peru, Pérsia, Polónia, Portugal, Colónias Portuguesas da África, Colónias Portuguesas da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Salvador, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénos, Reino de Siam, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, União das Repúblicas Sovietistas Socialistas, e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Países acima indicados, visto o artigo 3.º da Convenção, estipularam, de comum acôrdo e sob reserva de ratificação, o Acôrdo seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Objecto do acôrdo

Podem ser permutadas entre os países contratantes, sob a denominação de cartas ou de caixas com valor declarado, cartas contendo valores em papel e documentos de valor, bem como caixas contendo jóias e objectos preciosos, segurando-se o conteúdo pela importância da declaração.

Nas relações entre os países que concordarem, as cartas com valor declarado podem também conter objectos sujeitos a direitos aduaneiros.

A participação na permuta de caixas com valor declarado é limitada aos países aderentes cujas Administrações concordem em estabelecer êste serviço nas suas relações recíprocas.

ARTIGO 2.º

Máximo de declaração do valor

As diversas Administrações, nas suas relações respectivas, têm a faculdade de determinar um máximo de declaração de valor, que, em caso algum, poderá ser inferior a 10:000 francos por objecto.

ARTICLE 3

Taxes

La taxe des lettres et des boîtes avec valeur déclarée doit être acquittée à l'avance.

Cette taxe se compose:

a) Pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination;

b) Pour les boîtes, d'un port de 20 centimes par 50 grammes avec un minimum de 1 franc et, en outre, du droit fixe de recommandation;

c) Pour les lettres e les boîtes, d'un droit d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarés, quel que soit le pays de destination, même dans les pays qui se chargent des risques pouvant dériver du cas de force majeure.

ARTICLE 4

Conditions générales

1.—Les lettres et boîtes avec valeur déclarée ne doivent contenir aucune lettre, note ou document adressés à des personnes autres que le destinataire ou des personnes habitant avec ce dernier.

2.—Les boîtes avec valeur déclarée ne peuvent pas dépasser le poids de 1 kilogramme, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longuer, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur.

ARTICLE 5

Récépissé

L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit gratuitement au moment du dépôt un récépissé de son envoi.

ARTICLE 6

Droit de factage et de dedouanement. Taxe de poste restante

Le pays de destination peut percevoir, pour le factage et pour le dédouanement des boîts avec valeur déclarée, un droit de 50 centimes au maximum par envoi. Lorsqu'il est autorisé, par sa législation, à délivrer les lettres de valeur contenant des objets passibles de droits de douane, il peut percevoir, pour le dédouanement de ces lettres, un droit de 50 centimes au maximum par envoi.

Il est également autorisé à percevoir pour les envois avec valeur déclarée adressés poste restante une taxe spéciale d'après sa législation.

ARTICLE 7

Droits de douane et autres droits non postaux. Droit de commission

1.—Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou du pays de destination en ce qui concerne, à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2.—Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyée au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas

ARTIGO 3.º

Taxas

A taxa das cartas e das caixas com valor declarado deve ser paga antecipadamente.

Esta taxa compõe-se:

a) Para as cartas, da taxa e do prémio fixo aplicáveis a uma carta registada de igual pêso e para o mesmo destino;

b) Para as caixas, da taxa de 20 centimos por cada 50 gramas, com um mínimo de 1 franco, além do prémio fixo de registo;

c) Para as cartas e caixas, de um prémio de seguro, que não deve exceder 50 centimos por cada 300 francos ou fracção de 300 francos declarados, qualquer que seja o país de destino, incluindo os países que assumam a responsabilidade resultante dos casos de fôrça maior.

ARTIGO 4.º

Condições gerais

1.—As cartas e caixas com valor declarado não devem conter nenhuma carta, nota ou documento que não sejam endereçados ao destinatario ou a pessoas que com êle habitem.

2.—As caixas com valor declarado não podem exceder o pêso de 1 quilograma, nem apresentar dimensões superiores a 30 centímetros de comprimento, 10 centímetros de largura e 10 centímetros de altura.

ARTIGO 5

Recibo

O expedidor de um objecto contendo valores declarados recebe gratuitamente, no momento da entrega, um recibo do seu objecto.

ARTIGO 6

Taxa de distribuição domiciliária e de formalidades aduaneiras. Taxa de posta restante

O país de destino pode cobrar, pela entrega domiciliária e para cumprimento das formalidades aduaneiras das caixas com valor declarado, uma taxa não superior a 50 centimos por objecto. Caso êle seja autorizado, pela sua legislação interna, a entregar cartas com valor declarado contendo objectos sujeitos a direitos aduaneiros, poderá cobrar, para cumprimento das formalidades aduaneiras destas cartas, uma taxa não superior a 50 centimos por cada objecto.

É igualmente autorizado o país de destino a cobrar uma taxa especial segundo a sua legislação interna, pelos objectos com valor declarado destinados a posta restante.

ARTIGO 7

Direitos de alfândega e outros direitos não postais. Comissão

1.—As caixas com valor declarado ficam sujeitas à legislação do país de procedência ou de destino pelo que respeita à restituïção dos direitos de garantia na exportação e à fiscalização da garantia e da alfândega na importação.

2.—Os direitos fiscais e as despesas de contrastaria na importação das caixas com valores declarados são cobrados dos destinatários no acto da entrega. Se em conseqüência de mudança de residência do destinatário, de recusa ou de outra qualquer causa uma caixa com valor declarado fôr reexpedida para outro país que tomar parte neste serviço ou devolvida ao país de proce-

remboursables à la réexportation sont recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

3. — Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits de douane et autres droits non postaux dont l'envoi serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt. Dans ce cas, ils doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire.

L'Office qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisé à percevoir de ce chef un droit de commission qui ne peut dépasser 25 centimes par boîte. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article précédent pour le dédouanement.

ARTICLE 8

Remise par exprès

L'expéditeur d'un envoi peut en demander la remise à domicile par porteur spécial aussitôt après l'arrivée, aux conditions fixées par l'article 40 de la Convention.

Est, toutefois, réservée à l'Office de destination, la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même lorsque ses règlements le comportent.

ARTICLE 9

Déclaration de valeur

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser la valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur. Le montant de la déclaration des papiers représentant une valeur à raison de leurs frais d'établissement ne peut pas dépasser les frais de remplacement éventuels de ces documents en cas de perte,

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

ARTICLE 10

Interdictions

1. — Il est interdit d'insérer dans les lettres avec valeur déclarée:

a) les objets mentionnés à l'article 41, § 1, de la Convention, sous les lettres *a*), *b*), *e*), *f*) et *g*);

b) des animaux vivants;

c) des espèces monnayées;

d) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs-papier sous réserve des dispositions de l'article premier;

e) de l'or ou del'argent, manufacturés ou non, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

2. — Il est interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée:

a) les objets mentionnés à l'article 41, § 1, de la Convention sous les lettres *a*), *b*), *f*), *g*) et au § 1 ci-dessus, lettre *b*);

b) des lettres ou notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle; il est cependant permis d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives de même qu'une simple copie de l'adresse de la boîte avec mention de l'adresse de l'expéditeur;

dência, os direitos e despesas de que se trata que não forem reembolsáveis na ocasião da reexpedição são cobrados do destinatário ou do remetente.

3. — Nas relações entre as Administrações que assim o tenham combinado podem os remetentes de caixas com valor declarado tomar a seu cargo os direitos de alfândega e outras despesas não postais a que êsses objectos estejam sujeitos no país de destino, mediante prévia declaração na Repartição de procedência. Neste caso os remetentes devem obrigar-se a pagar as quantias que forem reclamadas pela Repartição destinatária.

A Administração que adianta os direitos de alfândega por conta do remetente é autorizada a cobrar por êste serviço uma taxa de comissão, que não pode ser superior a 25 centimos por cada caixa.

Esta taxa é independente da taxa prevista no artigo precedente para o cumprimento das formalidades aduaneiras.

ARTIGO 8

Distribuição por próprio

O remetente de uma carta ou caixa com valor declarado pode pedir a entrega no domicílio por um próprio logo depois da sua chegada, nas condições estabelecidas no artigo 40 da Convenção.

Fica, porém, reservada à Repartição destinatária, quando os seus regulamentos assim o permitirem, a faculdade de mandar entregar por um próprio, em vez dos sobreditos objectos, um aviso da sua chegada.

ARTIGO 9

Declaração de valor

A declaração de valor não pode exceder o valor real do conteúdo do objecto; contudo, é permitido declarar sòmente uma parte dêste valor. A importância da declaração de documentos que representem valor pelo seu custo não pode exceder a importância das despesas da sua substituïção eventual em caso de perda.

Qualquer falsa declaração de valor superior ao valor real do conteúdo de uma carta ou caixa fica sujeita à acção judicial que possa haver em conseqüência da legislação do país de procedência.

ARTIGO 10

Proibições

1. — É proïbido incluir nas cartas com valor declarado:

a) Objectos mencionados no artigo 41, § 1, da Convenção, sob as alíneas *a*), *b*), *e*), *f*) e *g*);

b) Animais vivos;

c) Dinheiro em metal;

d) Objectos sujeitos a direitos de alfândega, com excepção de valores em papel, salvo as disposições do artigo 1;

e) Objectos de ouro ou prata, manufacturados ou não, pedras preciosas, jóias e outros objectos preciosos.

2. — É proïbido incluir nas caixas com valor declarado:

a) Objectos mencionados no artigo 41, § 1, da Convenção, sob as alíneas *a*), *b*), *f*) e *g*) e no parágrafo anterior, alínea *b*);

b) Cartas ou notas com carácter de correspondência actual e pessoal; todavia é permitido incluir na caixa a factura aberta e reduzida às suas enunciações constitutivas, assim como uma simples cópia do endereço da caixa, com indicação da morada do remetente;

c) des monnaies ayant cours;
d) des billets de banque ou valeurs quelconques au porteur, des titres et des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires;
e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, l'interdiction ne s'applique pas aux envois de l'espèce effectués dans au but médical pour les pays qui les admettent à cette condition.

3. — Les dispositions prévues au 2e alinéa de l'article précédent sont applicables, lorsque les lettres ou boîtes avec valeur déclarée contiennent des objets dont l'insertion est interdite.

4. — Les dispositions de l'article 41, § 2, de la Convention sont applicables aux objets admis à tort à l'expédition qui tomberaient sous le coup des interdictions prévues au § 1 du même article, sous les lettres *a*), *b*), *e*), *f*), ainsi qu'au § 1, lettre *b*), ci-dessus.

Les autres objets doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation, à les remettre au destinataire.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne sont ni renvoyés à l'origine, ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit être informé d'une manière précise du traitement appliqué à ces envois.

ARTICLE 11

Franchises

1. — Les lettres avec valeur déclarée relatives au service postal échangées, soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont exemptes de toutes taxes postales.

2. — Il en est de même des lettres et des boîtes avec valeur déclarée non grevées de remboursement expédiées ou reçues par des prisonniers de guerre et par les bureaux de renseignements mentionnés à l'arlicle 43, § 2, de la Convention.

ARTICLE 12

Retrait — Modification d'adresse

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitive, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aux conditions fixées par l'article 45 de la Convention.

ARTICLE 13

Avis de réception

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions déterminées par l'article 49 de la Convention.

ARTICLE 14

Réexpédition — Rebuts

Les dispositions de l'article 46 de la Convention s'appliquent aux envois avec valeur déclarée réexpédiés ou tombés en rebut.

ARTICLE 15

Réclamations

En ce qui concerne les réclamations des lettres et boîtes avec veleur déclarée, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article 47 de la Convention.

c) Moedas em circulação;
d) Notas de banco ou quaisquer valores ao portador, títulos e objectos pertencentes à categoria de manuscritos;
e) Ópio, morfina, cocaína e outros estupefacientes. Todavia esta proïbição não se entende com as remessas desta natureza efectuadas com um fim medicinal, para os países que as admitam nestas condições;

3. — As disposições previstas na 2.ª alínea do artigo precedente são aplicáveis quando as cartas ou caixas com valor declarado contenham objectos cuja inclusão é proïbida;

4. — As disposições do artigo 41, § 2, da Convenção são aplicáveis aos objectos indevidamente expedidos, quando estejam sujeitos às proïbições estabelecidas nas alíneas *a*), *b*), *e*) e *f*) do § 1 do mesmo artigo e no § 1, alínea *b*) anterior.

Os outros objectos devem ser devolvidos à estação de procedência, excepto quando a Administração do país de destino estiver autorizada pela sua legislação a entregá-los aos destinatários.

No caso em que os objectos expedidos indevidamente não sejam devolvidos à procedência nem entregues aos destinatários, a Administração remetente deve ser convenientemente informada do procedimento adoptado para com êsses objectos.

ARTIGO 11

Isenção de franquia

1. — As cartas com valor declarado relativas ao serviço postal, permutadas entre as diferentes Administrações Postais e entre estas Administrações e a Secretaria Internacional são isentas de todas as taxas postais.

2. — São igualmente isentas de todas as taxas postais as cartas e caixas com valor declarado não sujeitas a embôlso, expedidas ou recebidas por prisioneiros de guerra e pelas Repartições informadoras designadas no artigo 43, § 2, da Convenção.

ARTIGO 12

Restituição. Rectificação de endereço

O remetente de uma carta ou caixa com valor declarado pode retirá-la do serviço ou pedir que lhe seja alterado o endereço a fim de ser reexpedida, quer para o interior do país do primitivo destino, quer para outro qualquer dos países aderentes, nas condições estabelecidas no artigo 45 da Convenção.

ARTIGO 13

Aviso de recepção

O remetente de uma carta ou caixa com valor declarado pode exigir aviso de recepção nas condições estabelecidas no artigo 49 da Convenção.

ARTIGO 14

Reexpedição. Refugo

São aplicáveis às cartas e caixas com valor declarado, reexpedidas ou caídas em refugo, as disposições do artigo 46 da Convenção.

ARTIGO 15

Reclamações

Relativamente a reclamações de cartas e caixas com valor declarado, as diferentes Administrações adoptam as disposições do artigo 47 da Convenção.

CHAPITRE II

Responsabilité

ARTICLE 16

Etendue de la responsabilité

I. Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spoliation ou de l'avarie des envois avec valeur déclarée.

Leur responsabilité est engagée tant pour les envois transportés à découvert que pour ceux acheminés en dépêches closes.

L'expéditeur a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas le montant de la déclaration de valeur.

L'indemnité est versée au destinataire lorsque celui-ci la réclame, soit après avoir formulé des réserves, en prenant livraison d'un envoi spolié ou avarié, soit en établissant que l'expéditeur s'est désisté de ses droits en sa faveur.

2. — Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

3. — En cas de perte de l'envoi ou de destruction complète de son contenu et si le remboursement est effectué au profit de l'expéditeur, celui-ci a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition.

Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, les droits de réclamation sont également restitués.

4. — Le droit d'assurance reste acquis dans tous les cas aux Administrations.

ARTICLE 17

Exceptions au principe de responsabilité

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité:

a) En cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 3, lettre c);

b) Lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure;

c) Lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou provient de la nature de l'objet;

d) Lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues à l'article 10;

e) Lorsqu'il s'agit d'envois qui ont fait l'object d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) Lorsqu'il s'agit d'envois qui n'ont donné lieu à aucune réclamation dans le délai d'un an prévu á l'article 47 de la Convention;

g) En matière de transport maritime, lorsque les Offices des pays adhérents ont fait connaître qu'ils n'étaient pas en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des navires dont ils font emploi.

ARTICLE 18

Cessation de la responsabilité

Les Administrotions cessent d'être responsables des envois avec valeur déclarée dont la remise a eu lieu dans les conditions prescrites par leur règlement intérieur et dont les ayants droit ont pris livraison sans formuler les réserves prévues à l'article 16 ci-dessus.

CAPÍTULO II

Responsabilidade

ARTIGO 16

Limite da responsabilidade

1. — Salvo os casos previstos no artigo seguinte as Administrações são responsáveis pela perda, subtracção ou avaria das cartas e caixas com valor declarado. Esta responsabilidade é assumida tanto para as expedições feitas a descoberto como em malas fechadas.

O remetente tem direito a uma indemnização correspondente à importância real da perda, da subtracção ou da avaria, sem que a referida indemnização possa exceder, em caso algum, a importância declarada.

A indemnização é paga ao destinatário quando êste a reclame e tenha formulado a competente declaração no acto de receber a carta ou caixa com valor declarado, com subtracção ou avaria ou quando o remetente tenha desistido dos seus direitos a favor dêle.

2. — Os prejuízos indirectos ou os lucros não realizados não são tomados em consideração.

3. — No caso de perda do objecto ou de destruïção completa do seu conteúdo, e sendo a indemnização paga ao remetente, tem êste igualmente direito à restituïção das despesas da expedição. Quando uma reclamação fôr motivada por uma falta de serviço, as taxas postais da reclamação são igualmente restituídas.

4. — O prémio de seguro fica, porém, pertencendo, em todos os casos, às Administrações.

ARTIGO 17

Excepção às condições de responsabilidade

As Administrações são isentas de qualquer responsabilidade:

a) Em caso de fôrça maior; todavia a responsabilidade subsiste para a Administração expedidora que se responsabilize por casos resultantes de fôrça maior (artigo 3, alínea *c*);

b) Quando não possam dar conta dos objectos em conseqüência de destruïção dos documentos por causa de fôrça maior;

c) Quando o prejuízo seja causado por falta ou negligência do remetente ou em conseqüência da natureza do objecto;

d) Quando se trate de objectos cujo conteúdo esteja sujeito a qualquer das proïbições estabelecidas no artigo 10;

e) Quando se trate de objectos com declaração fraudulenta de valor superior ao valor real do conteúdo;

f) Quando se trate de objectos que não tenham sido reclamados dentro do prazo de um ano, estabelecido no artigo 47 da Convenção;

g) No transporte marítimo, quando as Administrações dos países aderentes tenham participado não poderem responsabilizar-se pelos valores a bordo dos navios por elas utilizados.

ARTIGO 18

Cessação da responsabilidade

As Administrações deixam de ser responsáveis pelos objectos com valor declarado, cuja entrega tenha sido feita nas condições estabelecidas no regulamento para o seu serviço interno e os destinatários tenham recebido sem apresentarem as declarações indicadas no artigo 16.

Toutefois, la responsabilité est maintenue si le destinataire, non obstant la remise régulière, dépose immédiatement une réclamation.

ARTICLE 19

Payement de l'indemnité. Délai de payement

En ce qui concerne le payement de l'indemnité, et le délai de payement, les dispositions des articles 53 et 54 de la Convention s'appliquent au service des valeur déclarées.

ARTICLE 20

Détermination de la responsabilité

1. — La responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'object sans faire d'observation et étant mise en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration qui a transmis une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une autre Administration est déchargée de toute responsabilité à cet égard, si le bureau d'échange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier après la vérification, à l'Administration expéditrice, un procés-verbal constatant l'absence ou l'altération, soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

2. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite en cours de transport, sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, si la spoliation ou l'avarie a été constatée dans le pays de destination, il incombe à l'Administration de ce pays de prouver que ni l'emballage, ni la fermeture de l'objet n'ont montré aucune défectuosité apparente et que le poids n'a pas différé de celui établi lors du dépôt.

3. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire qui n'a pas adhéré au présent Arrangement, les autres Administrations supportent le dommage par parts égales. Dans ce cas, l'expéditeur doit prouver d'une manière authentique que le contenu de l'envoi était complet, intact et soigneusement emballé.

Il en est de même en cas de transport maritime, si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite dans le service d'un Office adhérent qui n'accepte pas la responsabilité (art. 17, lettre *g*).

4. — Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de la personne qui a reçu l'indemnité pour tout recours éventuel soit contre l'expéditeur ou contre les tiers.

Toutefois, si ultérieurement, un envoi considéré comme perdu est retrouvé entièrement ou partiellement, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'il lui est loisible d'en prendre possession, contre restitution du montant de l'ndemnité payée.

ARTICLE 21

Limitation de la responsabilité

1. — La responsabilité de chaque Administration n'est dans tous les cas engagée, à l'égard des autres Administrations, que jusqu'à concurrence du maximum de déclaration de valeur qu'elle a adopté.

2. — Lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée par suite

Todavia a responsabilidade subsiste se o destinatário, não obstante a entrega regular, apresentar imediatamente reclamação.

ARTIGO 19

Pagamento da indemnização. Prazo de pagamento

Relativamente ao pagamento da indemnização e ao prazo de pagamento, as disposições dos artigos 53 e 54 da Convenção são aplicáveis ao serviço de valores declarados.

ARTIGO 20

Determinação da responsabilidade

1. — A responsabilidade pertence à Administração que, tendo recebido o objecto sem contestação e dispondo de todos os meios regulamentares de investigação, não puder provar nem a sua entrega ao destinatário, nem a sua transmissão regular, quando a houver, à Administração imediata.

Até prova em contrário, a Administração que tiver expedido para outra Administração uma carta ou caixa contendo valores declarados, fica isenta de toda a responsabilidade se a repartição de permutação que tiver recebido essa carta ou caixa não expedir à Administração remetente, pelo primeiro correio e imediatamente à verificação, um têrmo consignando a falta ou alteração, tanto do maço de valores declarados, como da própria carta ou caixa.

2. — Se a perda, subtracção ou avaria teve lugar durante o percurso, sem que seja possível averiguar qual o país em cujo território ou serviço se deu o facto, as Administrações que tomaram parte no transporte pagam o prejuízo em partes iguais. Todavia, se a subtracção ou avaria foi verificada no país destinatário, compete à Administração dêste país provar que nem o involucro, nem o fecho do objecto apresentavam qualquer defeito aparente e que o seu pêso era igual ao indicado na ocasião da entrega ao correio.

3. — Se a perda, subtracção ou avaria tiver lugar no território ou serviço duma Administração intermediária que não tenha aderido ao presente Acôrdo, o prejuízo será pago em partes iguais pelas outras Administrações. Neste caso o remetente deve provar duma forma autêntica que o conteúdo do objecto estava completo, intacto e cuidadosamente empacotado.

Igual procedimento tem lugar em caso de transporte marítimo, se a perda, subtracção ou avaria se der no serviço duma Administração aderente que não aceite a responsabilidade (artigo 17, alínea *g*).

4. — Pelo facto do pagamento da indemnização e até o limite da sua importância, a Administração responsável fica sub-rogada em todos os direitos da pessoa que recebeu a indemnização, para toda a acção eventual, quer contra o destinatário, quer contra o expedidor ou terceiros.

Todavia, se posteriormente um objecto considerado perdido fôr encontrado, total ou parcialmente, a pessoa a quem foi paga a indemnização deve ser avisada de que lhe é facultado recebê-lo mediante restituïção da importância da indemnização paga.

ARTIGO 21

Limite da responsabilidade

1. — A responsabilidade de cada Administração não é assumida em todos os casos para com as outras Administrações senão até o limite máximo de declaração de valor por ela adoptado.

2. — Quando uma carta ou caixa com valor declarado fôr perdida ou sofrer subtracção ou avaria, por motivo

de force majeure, l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite n'en est responsable devant l'Administration expéditrice que si les deux pays se chargent des risques en cas de force majeure.

ARTICLE 22

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité payée par celui-ci dans un délai de trois mois après notification du payement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois susvisé, la somme due est productive d'interêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration du dit délai.

L'Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

CHAPITRE III

Envois contre remboursement

ARTICLE 23

Taxes et conditions

Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être grevées de remboursement aux conditions admises par l'article 58 de la Convention. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

ARTICLE 24

Annulation ou modification du montant du remboursement

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée, grevé de remboursement, peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (article 45 de la Convention).

ARTICLE 25

Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie

La perte, la spoliation ou l'avarie d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée, grevée de remboursement, engagent la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre précédent.

ARTICLE 26

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux

Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le delai prévu à l'article 47, § 2, de la Convention et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part ou que le contenu

de fôrça maior, a Administração, em cujo país ou serviço se deu a perda, subtracção ou avaria, não é responsável perante a Administração expedidora, a não ser que os dois países se responsabilizem pelos casos resultantes de fôrça maior.

ARTIGO 22

Reembôlso da indemnização à Administração expedidora

A Administração responsável ou aquela por conta da qual é efectuado o pagamento, é obrigada a reembolsar a Administração expedidora da importância da indemnização paga por ela, dentro do prazo de três meses, a contar do aviso de pagamento. Êste reembôlso deve efectuar-se livre de despesas para a Administração credora, por meio de um vale do correio, de um cheque pagável à vista sôbre a capital ou qualquer praça comercial do país credor, ou em valores com curso no país credor. Decorrido o prazo de três meses acima indicado a importância em dívida vence juros à razão de 7 por cento ao ano, a contar da data da expiração do dito prazo.

Se qualquer Administração declinar desde o princípio o pagamento de qualquer indemnização, desde que a sua responsabilidade esteja devidamente comprovada, ficam a seu cargo todas as despesas acessórias resultantes da demora injustificada na realização de tal pagamento.

CAPÍTULO III

Objectos contra reembôlso

ARTIGO 23

Taxas e condições

As cartas e caixas com valor declarado podem ser expedidas contra reembôlso nas condições indicadas no artigo 58 da Convenção. A estes objectos são aplicadas as formalidades e taxas relativas aos objectos de valor declarado da categoria respectiva.

ARTIGO 24

Anulação ou alteração da importância do reembôlso

O remetente duma carta ou caixa com valor declarado, sujeita a embôlso, pode pedir que a importância do embôlso seja anulada total ou parcialmente.

Estes pedidos são sujeitos às disposições estabelecidas para os pedidos de restituïção ou de rectificação de endereço (artigo 45 da Convenção).

ARTIGO 25

Responsabilidade em caso de perda, de subtracção ou de avaria

Pela perda, subtracção ou avaria duma carta ou caixa com valor declarado, sujeita a embôlso, é responsável o serviço postal nas condições determinadas no capítulo precedente.

ARTIGO 26

Indemnização pela não cobrança do embôlso, cobrança insuficiente ou fraudulenta

Se o objecto fôr entregue ao destinatário sem o recebimento da importância do embôlso, o remetente tem direito a uma indemnização desde que tenha apresentado reclamação nesse sentido dentro do prazo estabelecido no artigo 47, § 2, da Convenção e a não cobrança do embôlso não resulte de falta ou negligência da sua

de l'envoi ne tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues aux articles 9 et 10. Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement.

Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

ARTICLE 27

Garantie des sommes encaissées
Obligation de payer. Délais et recours. Partage des taxes

Les dipositions des articles 61, 63, 64, 65, 66, 67 et 68 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées grevées de remboursement.

CHAPITRE IV

Attribution des taxes. Frais de transit

ARTICLE 28

Attribution des taxes

Sauf ce qui est stipulé à l'article 68 de la Convention, les taxes et droits postaux prévus par l'Arrangement sont acquis en entier à l'Office qui les a perçus.

ARTICLE 29

Frais de transit e d'entrepôt

Les lettres et les boîtes avec valeur déclarée sont assujetties aux frais de transit et d'entrepôt prévus par la Convention.

CHAPITRE V

Dispositions diverses

ARTICLE 30

Application des règles de la Convention

Les dipositions de la Convention et de son Règlement s'appliquent aux envois avec valeur déclarée pour tout ce qui n'est pas expressément prévu dans le présent Arrangement et son Règlement.

Toutefois, les dispositions qui font l'objet du titre II de la Convention ne sont applicables que sous réserve des dispositions suivantes:

a) Les envois avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des pays non adhérents à l'Arrangement concernant les envois de l'espèce, ainsi que par les services maritimes de pays adhérents ou non pour lesquels la responsabilité des valeurs n'est pas acceptée; dans ce cas, la responsabilité de ces pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés;

b) Le droit d'assurance des lettres et des boîtes avec valeur déclarée est perçu aux taux que les pays ont fixés et notifiés au Bureau international par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

ARTICLE 31

Bureaux participant au service

Les Administrations prennent les mesures nécessaires pour assurer, autant que possible, le service des lettres

parte, ou o conteúdo do objecto não esteja compreendido nas proïbições estabelecidas nos artigos 9 e 10. Da mesma forma o remetente tem direito a indemnização no caso de a importância recebida do destinatário ser inferior ao embôlso indicado ou quando a cobrança dêste se fizer fraudulentamente.

A indemnização não poderá exceder, em caso algum, a importância do embôlso.

Pelo facto do pagamento da indemnização, e até o limite da sua importância, a Administração responsável fica sub-rogada nos direitos do remetente para toda a acção eventual contra o destinatário ou terceiros.

ARTIGO 27

Garantia das importâncias recebidas. Obrigação de pagar
Prazos e recursos. Divisão das taxas

As disposições dos artigos 61.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º e 68.º da Convenção são aplicáveis ao serviço de cartas e caixas com valor declarado sujeitos a embôlso.

CAPÍTULO IV

Atribuïção das taxas. Direitos de trânsito

ARTIGO 28

Atribuïção das taxas

Com excepção do disposto no artigo 68.º da Convenção as taxas e os direitos postais estabelecidos por êste Acôrdo, pertencem por inteiro à Administração que os cobra.

ARTIGO 29

Direitos de trânsito e de entreposto

As cartas e as caixas com valor declarado são sujeitas aos direitos de trânsito e de entreposto estabelecidos pela Convenção.

CAPÍTULO V

Disposições diversas

ARTIGO 30

Aplicação das regras da Convenção

As disposições da Convenção e do seu Regulamento são aplicáveis às cartas e caixas com valor declarado em tudo que não esteja expressamente previsto no presente Acôrdo e seu Regulamento.

Todavia, as disposições do título II da Convenção não são aplicáveis senão sob reserva das disposições seguintes:

a) Os objectos com valor declarado podem transitar em malas fechadas por território dos países não aderentes ao Acôrdo relativo a esta espécie de objectos, assim como pelos serviços marítimos dos países aderentes ou não para os quais a responsabilidade dos valores não é aceita; neste caso, a responsabilidade dêstes países é limitada ao que estiver previsto para os objectos registados;

b) O prémio de seguro das cartas e das caixas com valor declarado é cobrado conforme as taxas que os países tenham fixado e comunicado à Secretaria Internacional, por intermédio da Administração dos correios suíços.

ARTIGO 31

Repartições que executam o serviço

As Administrações dos diferentes países tomam as providências necessárias para assegurar, tanto quanto

et boîtes avec valeur déclarée dans tous les bureaux de leurs pays.

Toutefois, les Administrations des pays hors d'Europe et l'Office turc sont autorisés à restreindre à certains bureaux le service des envois avec valeur déclarée.

ARTICLE 32

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1 à 6, 8, 11, 12, 13, 15 à 30 et 33 ou de l'article 17 du Règlement;

b) Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autres que celles des articles précités ou des articles 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 et 16 du Règlement;

c) La simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles du Règlement ou de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement ou du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 10 de la Convention.

Dispositions finales

ARTICLE 33

Mise à exécution et durée de l'Arrangement

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1cr octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui sera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockolm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:
David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:
W. Schenk.
K. Orth.

Pour la République Argentine:
M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:
M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie:
Mto. Urriolagoitia H.

possível, o serviço de cartas e caixas com valor declarado em todas as Repartições dos seus territórios.

Todavia, as Administrações dos países fora da Europa e a Administração turca são autorizadas a restringir a certas Repartições o serviço de objectos com valor declarado.

ARTIGO 32

Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões

Para se tornarem executórias as propostas feitas nos intervalos das reuniões (artigos 18.° e 19.° da Convenção) devem reunir:

a) A unanimidade de votos, se se tratar da adição de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos 1 a 6, 8, 11, 12, 13, 15 a 30 e 33 ou do artigo 17 do Regulamento;

b) Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação das disposições do presente Acôrdo que não forem as dos artigos anteriormente citados ou dos artigos 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 e 16 do Regulamento;

c) A simples maioria absoluta, se se tratar da modificação dos outros artigos do Regulamento ou da interpretação das disposições do presente Acôrdo ou do Regulamento, salvo o caso de litígio, previsto no artigo 10 da Convenção.

Disposições finais

ARTIGO 33

Entrada em execução e duração do Acôrdo

O presente Acôrdo será pôsto em execução em 1 de Outubro de 1925 e durará em vigor por tempo indeterminado.

Em firmeza do que os Plenipotenciários dos Países atrás designados assinaram o presente Acôrdo num exemplar que será depositado nos Arquivos do Govêrno da Suécia e do qual será dada uma cópia a cada uma das Partes.

Feito em Estocolmo, aos 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:
David Bjurström.

Pela Alemanha:
W. Schenk.
K. Orth.

Pela República Argentina:
M. Rodriguez Ocampo.

Pela Austria:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Colónia do Congo Belga:
M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia:
Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pelo Brasil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pela Bulgária:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Chile:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:

Tai Tch' Enne Linne.

Pela República da Colômbia:

Luis Serrano-Blanco.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pelo Egipto:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:

Edward Wirgo.

Pela Etiopia:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pela Finlândia:

G. E. F. Albrecht.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias.
Ginestou.

Pour le Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haiti:

Carl Schlyter.

Pour la République de Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Heigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhaoil.
D. O'hiarlatha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pelas Colónias e Protectorados franceses da Indo-China:

André Touzet.

Pelo conjunto das outras colónias francesas:

G. Pillias.
Ginestou.

Pela Grã-Bretanha e diversas Colónias e Protectorados britânicos:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Guatemala:

Pela República do Haiti:

Carl Schlyter.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:

O. de Fejer.
G. Baron Szalay.

Pela Índia britânica:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pelo Estado livre da Irlanda:

Por *P. S. O'Heigeartaigh:*

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhaoil.
D. O'Hiarlatha.

Pela Islândia:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República da Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Por Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Nicarágua:

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pela Nova Zelândia:

A. T. Markman.

Pela República do Panamá:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pelo Paraguai:

Gunnar Langborg.

Pelos Países-Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias neerlandesas:

I. J. Milborn.

Por *M. W. F. Gerdes Oosterbeek:*

I. J. Milborn.

Pelas Colónias neerlandesas na América:

I. J. Milborn.

Por *M. W. F. Gerdes Oosterbeek:*

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zabrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pelo Peru:

Emil Hector.

Pela Pérsia:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas da África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:

George Lecca.

Pela República de S. Marino:

Percival Kalling.

Pelo Salvador:

Pelo Território do Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pelo Reino de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zabrodsky.

Pela Tunísia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia:

Por *Mehmed Sabry:*

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE UNIQUE

Maximum de la déclaration de valeur

En dérogation à la disposition de l'article 2 de l'Arrangement qui fixe à 10:000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que tout pays peut réduire ce maximum à 5:000 francs, ou au chiffre adopté dans son service intérieur, si ce chiffre est inférieur à 5:000 francs.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk.
K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub Krains.
O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitta H.

Pela União das Repúblicas Sovietistas Socialistas:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo à permutação de cartas e de caixas com valor declarado, realizado na data de hoje, os Plenipotenciários abaixo assinados concordam no seguinte:

ARTIGO ÚNICO

Máximo da declaração de valor

Em derrogação do disposto no artigo 2 do Acôrdo que fixa em 10:000 francos o limite abaixo do qual não pode, em caso algum, ser determinado o máximo da declaração de valor, fica estabelecido que qualquer país pode reduzir êste máximo a 5:000 francos ou à importância adoptada no seu serviço interno, caso esta importância seja inferior a 5:000 francos.

Em firmeza do que os Plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo final, que terá tanta fôrça e validade como se as disposições que êle contém fôssem insertas no Acôrdo, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Govêrno da Suécia e do qual será dada uma cópia a cada uma das Partes.

Feito em Estocolmo, aos 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:

David Bjurström.

Pela Alemanha:

W. Schenk.
K. Orth.

Pela República Argentina:

M. Rodriguez Ocampo.

Pela Áustria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Colónia do Congo Belga:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pelo Brasil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pela Bulgária:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Chile:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:

Tai Tch' Enne Linne.

Pela República da Colômbia:

Luis Serrano-Blanco.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvalho.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pelo Egipto:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Canongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:

Edward Wirgo.

Pela Etiópia:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pela Finlândia:

G. E. F. Albrecht.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias.
Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O'héigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhoil.
D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pelas Colónias e Protectorados franceses da Indo-China:

André Touzet.

Pelo conjunto das outras colónias francesas:

G. Pillias.
Ginestou.

Pela Grã-Bretanha e diversas Colónias e Protectorados britânicos:

F. H. Williamson.
E. L. Ashley Foakes.
W. G. Gilbert.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Guatemala:

Pela República do Haiti:

Carl Schlyter.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:

O. de Fejer.
G. Baron Szalay.

Pela Índia britânica:

Geoffrey Clarke.
Hermanta Kumar Raha

Pelo Estado livre da Irlanda:

Por P. S. O'Heigeartaigh:

P. S. Mac Cathmhaoil.
P. S. Mac Cathmhaoil.
D. O'Hiarlatha.

Pela Islândia:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espangole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Ktaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pelo Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República da Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Por Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Canongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Nicarágua:

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pela Nova Zelândia:

A. T. Markman.

Pela República do Panamá:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pelo Paraguai:

Gunnar Langborg.

Pelos Países-Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias neerlandesas:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelas Colónias neerlandesas na América:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pour le Pérou:
Emil Hector.

Pour la Perse:
Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pour la Pologne:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:
Junenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:
George Lecca.

Pour la République de St-Marin:
Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:
P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:
Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:
P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:
Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:
F. Gentil.
Barbarat.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pelo Peru:
Emil Hector.

Pela Pérsia:
Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pela Polónia:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas da África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Occânia:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:
George Lecca.

Pela República de S. Marino:
Percival Kalling.

Pelo Salvador:

Pelo Território do Sarre:
P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos:
Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krvavac.

Pelo Reino de Siam:
Phya Sampakitch Preecha.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:
P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:
Judr Otokar Ruzicka
Joseph Zabrodsky.

Pela Tunísia:
F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

N. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pela União das Repúblicas Sovietistas Socialistas:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les colis postaux

TABLE DES MATIÈRES

CHAPITRE I

Article 1° Objet de l'Arrangement.

CHAPITRE II

Dispositions applicables à tous les colis

Art. 2. — Affranchissement. Taxes.
Art. 3. — Droit territorial.
Art. 4. — Droit maritime.
Art. 5. — Réduction ou majoration du droit territorial.
Art. 6. — Réduction ou majoration du droit maritime.
Art. 7. — Colis encombrants. Taxe additionnelle.
Art. 8. — Surtaxes.
Art. 9. — Droit de factage et de dédouanement.

Art. 10. — Payement des droits de douane ou autres.
Art. 11. — Payement par l'expéditeur des droits de douane ou autres. Perception d'arrhes. Droit de commission.
Art. 12. — Droit de magasinage.
Art. 13. — Remise par exprès.
Art. 14. — Interdictions.
Art. 15. — Colis pour les prisonniers de guerre.
Art. 16. — Retrait. Modification d'adresse.
Art. 17. — Avis de réception.
Art. 18. — Réexpédition.
Art. 19. — Rebuts.
Art. 20. — Annulation des droits de douane.
Art. 21. — Vente. Destruction.
Art. 22. — Colis abandonnés.
Art. 23. — Récupération des frais sur l'expéditeur.
Art. 24. — Réclamations.

CHAPITRE III

Colis contre remboursement

Art. 25. — Taxes et conditions. Liquidation.
Art. 26. — Annulation ou modification du montant du remboursement.
Art. 27. — Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.
Art. 28. — Garantie des sommes encaissées régulièrement.
Art. 29. — Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.
Art. 30. — Détermination de la responsabilité.
Art. 31. — Application des dispositions de la Convention aux indemnités et sommes à payer. Délais de payement et remboursement des avances.
Art. 32. — Mandats de remboursement.

CHAPITRE IV

Colis avec valeur déclarée

Art. 33. — Taxes et conditions.
Art. 34. — Déclaration frauduleuse.

CHAPITRE V

Colis urgents

Art. 35. — Taxes et conditions.

CHAPITRE VI

Responsabilité

Art. 36. — Etendue de la responsabilité.
Art. 37. — Exceptions au principe de responsabilité.
Art. 38. — Cessation de la responsabilité.
Art. 39. — Payement de l'indemnité.
Art. 40. — Délai de payement.
Art. 41. — Office
Art. 42. — Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo à permutação de encomendas postais

INDICE

CAPÍTULO I

Artigo 1. — Objecto do Acôrdo.

CAPÍTULO II

Disposições aplicáveis a todas as encomendas

Art. 2. — Franquia. Taxas.
Art. 3. — Direito territorial.
Art. 4. — Direito marítimo.
Art. 5. — Redução ou aumento do direito territorial.
Art. 6. — Redução ou aumento do direito marítimo.
Art. 7. — Encomendas de difícil acomodação. Taxa adicional.
Art. 8. — Sobretaxa.
Art. 9. — Taxa de distribuïção domiciliária e para cumprimento de formalidades aduaneiras.
Art. 10. — Pagamento dos direitos da alfândega ou outros.
Art. 11. — Pagamento pelo remetente dos direitos da alfândega ou outros. Garantias. Direito de comissão.
Art. 12. — Taxa de armazenagem.
Art. 13. — Distribuïção por próprio.
Art. 14. — Proïbições.
Art. 15. — Encomendas para prisioneiros de guerra.
Art. 16. — Restituïção. Rectificação de endereço.
Art. 17. — Aviso de recepção.
Art. 18. — Reexpedição.
Art. 19. — Refugos.
Art. 20. — Anulação dos direitos da alfândega.
Art. 21. — Venda. Inutilização.
Art. 22. — Encomendas abandonadas.
Art. 23. — Reembôlso das taxas pelo remetente.
Art. 24. — Reclamações.

CAPÍTULO III

Encomendas sujeitas a embôlso

Art. 25. — Taxas e condições. Liquidação.
Art. 26. — Anulação ou alteração da importância do embôlso.

Art. 27. — Responsabilidade em caso de perda, de subtracção ou de avaria.
Art. 28. — Garantia das importâncias cobradas regularmente.
Art. 29. — Indemnização pela não cobrança, cobrança insuficiente ou fraudulenta.
Art. 30. — Determinação da responsabilidade.
Art. 31. — Aplicação das disposições da Convenção às indemnizações e importâncias a pagar. Prazos de pagamento e reembôlso das importâncias adiantadas.
Art. 32. — Vales de embôlso.

CAPÍTULO IV

Encomendas com valor declarado

Art. 33. — Taxas e condições.
Art. 34. — Falsa declaração de valor.

CAPÍTULO V

Encomendas urgentes

Art. 35. — Taxas e condições.

CAPÍTULO VI

Responsabilidade

Art. 36. — Limite da responsabilidade.
Art. 37. — Excepções às condições de responsabilidade.
Art. 38. — Cessação da responsabilidade.
Art. 39. — Pagamento da indemnisação.
Art. 40. — Prazo de pagamento.
Art. 41. — Administração responsável.
Art. 42. — Reembôlso da indemnização à Administração expedidora.

CHAPITRE VII

Attribution des taxes

Art. 43. — Bonifications de transport.
Art. 44. — Reprises en cas de réexpédition ou de renvoi.
Art. 45. — Taxes d'exprès, spéciale et complémentaire.

Art. 46. — Taxe pour la réexpédition dans le pays de destination.
Art. 47. — Droits divers.
Art. 48. — Taxe de remboursement.
Art. 49. — Droit d'assurance.

CHAPITRE VIII

Dispositions diverses

Art. 50. — Application des dispositions d'ordre général de la Convention.
Art. 51. — Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales

Art. 52. — Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Protocole final

Art. I. — Exploitation du service par les entreprises de transport.
Art. II. — Transit.
Art. III. — Surtaxe de transit.
Art. IV. — Surtaxes terminales.
Art. V. — Surtaxes spéciales.
Art. VI. — Tarifs spéciaux.
Art. VII. — Colis avec valeur déclarée.
Art. VIII. — Dimensions et volumes.
Art. IX. — Exceptions aux dispositions concernant la perception du droit de remboursement et l'établissement des décomptes.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les colis postaux conclu entre

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Équateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Vénézuela.

Les soussignés Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un com-

CAPITULO VII

Atribuïção das taxas

Art. 43. — Abonos de transporte.
Art. 44. — Novas taxas em caso de reexpedição ou devolução.
Art. 45. — Taxa de distribuïção por próprio, especial e complementar.
Art. 46. — Taxa pela reexpedição no país de destino.

Art. 47. — Taxas diversas.
Art. 48. — Taxa de reembôlso.
Art. 49. — Direitos de seguro.

CAPÍTULO VIII

Disposições diversas

Art. 50. — Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção.
Art. 51. — Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões.

Disposições finais

Art. 52. — Entrada em execução e duração do Acôrdo.

Protocolo final

Art. I. — Exploração do serviço por emprêsas de transporte
Art. II. — Trânsito.
Art. III. — Sobretaxa de trânsito.
Art. IV. — Sobretaxas terminais.
Art. V. — Sobretaxas especiais.
Art. VI. — Tarifas especiais.
Art. VII. — Encomendas com valor declarado.
Art. VIII. — Dimensões e volume.
Art. IX. — Excepções às disposições relativas à cobrança da taxa de embôlso e à organização das contas.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo à permutação de encomendas postais celebrado entre

Albânia, Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica, Colónia do Congo Belga, Bolívia, Brasil, Bulgária, Chile, China, República de Colômbia, República de Costa Rica, República de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, República Dominicana, Egipto, Equador, Espanha, Colónias Espanholas, Estónia, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e Protectorados Franceses da Indochina, conjunto das outras Colónias Francesas, Grécia, Guatemala, República do Haiti, República de Honduras, Hungria, Índia Britânica, Islândia, Itália, conjunto das Colónias Italianas, Japão, Chosen, conjunto das outras Dependências Japonesas, Letónia, República da Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da zona Espanhola), Marrocos (zona Espanhola), Nicarágua, Noruega, República do Panamá, Paraguai, Países Baixos, Índias Neerlandesas, Colónias Neerlandesas na América, Peru, Pérsia, Polónia, Portugal, Colónias Portuguesas da África, Colónias Portuguesas da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Salvador, Território do Sarro, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos, Reino do Siam, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, União das Repúblicas Sovietistas Socialistas, Uruguai e Estados Unidos da Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos países acima indicados, visto o artigo 3 da Convenção, estipula-

mun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I

ARTICLE 1er

Objet de l'Arrangement

1.— Il peut être échangé, sous la dénomination de «colis postaux», entre les pays contractants, soit directement, soit par l'intermédiaire de l'un ou de plusieurs d'entre eux, des colis jusqu'à concurrence de 10 kilogrammes, avec les coupures de poids suivantes:

1° jusqu'à 1 kilogramme;

2° de plus de 1 kilogramme jusqu'à 5 kilogrammes;

3° de plus de 5 kilogrammes jusqu'a 10 kilogrammes.

Par exception, chaque pays a la faculté de ne pas admettre les colis excédant 5 kilogrammes.

2.— Les Administrations peuvent convenir d'admettre les colis d'un poids de plus de 10 kilogrammes sur la base des dispositions de l'Arrangement, sauf augmentation de la taxe et de la responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

CHAPITRE II

Dispositions applicables à tous les colis

ARTICLE 2

Affranchissement. Taxes

1.—L'affranchissement des colis postaux est obligatoire.

2.—La taxe se compose des droits revenant à chaque Office participant au transport territorial ou maritime. Elle comprend également, s'il y a lieu, les droits et surtaxes prévus aux articles 5, 6, 7 et 8 ci-après.

ARTICLE 3

Droit territorial

Le droit de transport territorial est fixé, pour chaque pays, à:

30 centimes par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme;

50 centimes par colis de plus de 1 kilogramme jusqu'à 5 kilogrammes;

90 centimes par colis de plus de 5 kilogrammes jusqu'à 10 kilogrammes.

ARTICLE 4

Droit maritime

En cas de transport maritime, il est perçu pour chaque service participant à ce transport un droit dont le taux est fixé ainsi qu'il suit:

Échelons de distance	Colis jusqu'à 1 kg.	Colis de plus de 1 kg. jusqu'à 5 kg.	Colis de plus de 5 kg. jusqu'à 10 kg.
	Fr. c.	Fr. c.	Fr. c.
Jusqu'à 500 milles marins	0,15	0,25	0,45
De 501 à 1.000 milles marins	0,25	0,40	0,75
De 1.001 à 2 000 » »	0,40	0,60	1,10
De 2.001 à 3.000 » »	0,50	0,80	1,45
De 3.001 à 4.000 » »	0,60	1,00	1,80
De 4.001 à 5.000 » »	0,70	1,20	2,15
De 5.001 à 6 000 » »	0,80	1,40	2,50
De 6.001 à 7.000 » »	0,90	1,60	2,85
De 7.001 à 8.000 » »	1,00	1,80	3,20
De 8.001 à 9.000 » »	1,00	2,00	3,55
De 9.001 à 10 000 » »	1,00	2,20	3,90
Et ainsi de suite en ajoutant par 1.000 milles ou fraction de 1.000 milles	-	0,20	0,35

ram de comum acôrdo, e sob reserva de ratificação, o Acôrdo seguinte:

CAPÍTULO I

ARTIGO 1

Objecto do Acôrdo

1.— Podem ser permutados, com a denominação de «encomendas postais», entre os países contratantes, quer directamente, quer por intermédio de um dêles ou de mais, quaisquer volumes, cujo pêso não exceda 10 quilogramas, com as seguintes fracções de pêso:

1.° Até 1 quilograma;

2.° De mais de 1 quilograma até 5 quilogramas;

3.° De mais de 5 quilogramas até 10 quilogramas.

Excepcionalmente cada país tem a faculdade de não admitir encomendas com pêso excedente a 5 quilogramas.

2.— As Administrações podem concordar na aceitação de encomendas de pêso superior a 10 quilogramas, nas bases do presente Acôrdo, salvo a elevação da taxa e o aumento da responsabilidade no caso de perda, subtracção ou avaria.

CAPÍTULO II

Disposições aplicáveis a todas as encomendas

ARTIGO 2

Franquia. Taxas

1.—A franquia das encomendas postais é obrigatória.

2.—A taxa compõe-se dos direitos que pertencem às diferentes Administrações que participam no transporte territorial ou marítimo. Ela compreende também, quando aplicáveis, os direitos e sobretaxas previstos nos artigos 5, 6, 7 e 8 seguintes.

ARTIGO 3

Direito territorial

O direito de transporte territorial é fixado, para cada país, em:

30 centimos por encomenda até o pêso de 1 quilograma;

50 centimos por encomenda de mais de 1 quilograma até 5 quilogramas;

90 centimos por encomenda de mais de 5 quilogramas até 10 quilogramas.

ARTIGO 4

Direito marítimo

Em caso de transporte marítimo, será abonado a cada Administração que execute êste serviço de transporte um direito por encomenda, fixado pela forma seguinte:

Distâncias	Encomendas até 1 quilograma.	Encomendas de mais de 1 quilograma e até 5 quilogramas.	Encomendas de mais de 5 quilogramas e até 10 quilogramas.
	Fr. c.	Fr. c.	Fr. c.
Até 500 milhas marítimas	0,15	0,25	0,45
De 501 a 1:000 milhas marítimas	0,25	0,40	0,75
De 1:001 a 2:000 » »	0,40	0,60	1,10
De 2:001 a 3:000 » »	0,50	0,80	1,45
De 3:001 a 4:000 » »	0,60	1,00	1,80
De 4:001 a 5:000 » »	0,70	1,20	2,15
De 5:001 a 6:000 » »	0,80	1,40	2,50
De 6:001 a 7:000 » »	0,90	1,60	2,85
De 7:001 a 8:000 » »	1,00	1,80	3,20
De 8:001 a 9:000 » »	1,00	2,00	3,55
De 9:001 a 10:000 » »	1,00	2,20	3,90
E da mesma forma por 1:000 milhas ou fracção de 1:000 milhas a mais deve acrescentar se	-	0,20	0,35

Le cas échéant, les échelons sont établis d'après la distance moyenne entre les ports respectifs des deux pays correspondants.

Le transport maritime entre deux ports d'un même pays ne peut donner lieu à perception du droit prévu au premier alinéa lorsque l'Administration de ce pays reçoit déjà, du chef des colis transportés, la rémunération afférente au transport territorial.

Pour les colis jusqu'à 1 kilogramme, le droit ne doit pas excéder le taux de 1 franc par colis.

ARTICLE 5

Réduction ou majoration du droit territorial

Les pays signataires de l'Arrangement ont la faculté, sous réserve d'aviser trois mois au moins à l'avance l'Administration des postes suisses, de réduire ou de majorer simultanément leur droit territorial de départ et d'arrivée. Les modifications de ce droit entreront en vigueur aux dates suivantes: 1er janvier, 1er avril, 1er juillet, 1er octobre.

La réduction ou la majoration sera valable pendant une période de six mois au minimum.

La majoration ne pourra, en aucun cas, dépasser, pour chaque coupure de poids, le droit prévu à l'article 3 ci-dessus.

ARTICLE 6

Réduction ou majoration du droit maritime

La faculté de réduction ou de majoration de cent pour cent au maximum, prévue à l'article précédent, est également accordée aux pays contractants en ce qui concerne le droit applicable au transport maritime indiqué à l'article 4 ci-dessus.

Les modifications de ce droit devront être notifiées trois mois au moins à l'avance et entreront en vigueur aux dates suivantes: 1er janvier, 1er avril, 1er juillet, 1er octobre.

Toute majoration doit aussi être appliquée aux colis du pays dont dépendent les services qui effectuent le transport maritime, les relations entre ce pays et ses colonies étant exceptées.

ARTICLE 7

Colis encombrants. Taxe additionnelle

1.—Les colis considérés comme encombrants, soit en raison de leurs dimensions, de leur forme ou de leur volume, soit en raison de la nature de leur contenu, sont admis seulement dans les relations avec les pays qui acceptent d'en assurer le transport.

2.—Pour ces colis, la taxe d'affranchissement d'un colis ordinaire est majorée de cinquante pour cent. Elle est arrondie, s'il y a lieu, au demi-décime supérieur.

ARTICLE 8

Surtaxe

Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer aux colis postaux provenant ou à destination de ses bureaux une surtaxe de 25 centimes par colis.

ARTICLE 9

Droit de factage et de dédouanement

L'Office destinataire peut percevoir, pour le factage et pour le dédouanement, un droit de 50 centimes au

Neste caso os percursos são calculados segundo a distância média entre os portos respectivos dos dois países correspondentes.

O transporte marítimo entre dois portos dum mesmo país não dá lugar à percepção do direito estabelecido na primeira alínea quando a Administração dêste país haja recebido a remuneração correspondente ao transporte territorial.

Para as encomendas até 1 quilograma o direito não deve exceder 1 franco por encomenda.

ARTIGO 5

Redução ou aumento do direito territorial

Os países signatários do Acôrdo têm a faculdade de reduzir ou de aumentar simultâneamente o seu direito territorial de partida e de chegada, com a condição de avisarem do facto a Administração dos correios suíços, com três meses de antecedência, pelo menos. As modificações dêste direito entrarão em vigor nas datas seguintes: 1.º de Janeiro, 1.º de Abril, 1.º de Julho e 1.º de Outubro.

A redução ou aumento será válida durante um período de seis meses pelo menos.

O aumento não poderá, em nenhum caso, exceder, para cada composição de pêso, o direito estabelecido no artigo 3.

ARTIGO 6

Redução ou aumento do direito marítimo

A faculdade de redução ou de aumento até ao máximo de 100 por cento, previsto pelo artigo precedente, é igualmente concedida aos países contratantes com relação ao direito indicado no artigo 4.

As modificações dêste direito deverão ser participadas com três meses de antecedência, pelo menos, e entrarão em vigor nas datas seguintes: 1.º de Janeiro, 1.º de Abril, 1.º de Julho e 1.º de Outubro.

Todo o aumento deve também ser aplicado às encomendas postais do país de que dependem os serviços que efectuam o transporte marítimo, exceptuando as relações entre êste país e as suas colónias.

ARTIGO 7

Encomendas de difícil acomodação. Taxa adicional

1.—As encomendas consideradas como de difícil acomodação, quer pelas suas dimensões, forma ou volume, quer pela natureza do seu conteúdo, só são admitidas nas relações entre os países que declarem encarregar-se do seu transporte.

2.—Para esta espécie de volumes é aumentada de 50 por cento a taxa de cada encomenda ordinária. Esta taxa é arredondada, se fôr preciso, para o meio décimo superior.

ARTIGO 8

Sobretaxa

Como medida transitória, cada um dos países aderentes tem a faculdade de aplicar às encomendas postais, provenientes das suas Repartições ou com destino a elas, uma taxa adicional de 25 centimos por encomenda.

ARTIGO 9

Taxa de distribuição domiciliária e para cumprimento das formalidades da Alfândega

A Administração do país de destino pode cobrar, pela distribuïção domiciliária e para cumprimento das forma-

maximum par colis. Sauf arrangement contraire, ce droit est perçu au moment de la livraison. Le même droit peut être appliqué à toute présentation autre que la première faite au domicile du destinataire.

ARTICLE 10

Payement des droits de douane ou autres

Les droits de douane ou autres droits non postaux doivent être acquittés par les destinataires des colis.

ARTICLE 11

Payement par l'expéditeur des droits de douane ou autres. Perception d'arrhes. Droit de commission

Moyennant déclaration préalable au bureau de départ, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge, soit la totalité des droits dont les colis sont grevés à la livraison, soit les droits de douane seulement.

Dans ces deux cas, les expéditeurs doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire, et, le cas échéant, verser des arrhes suffisantes.

L'Administration qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisé à percevoir, de ce chef, un droit de commission qui ne peut dépasser 25 centimes par colis. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 9 précédent pour le dédouanement.

ARTICLE 12

Droit de magasinage

Le pays de destination est autorisé à percevoir le droit de magasinage fixé par sa législation, pour les colis adressés poste restante ou non retirés dans les délais prescrits.

Ce droit ne peut toutefois excéder 5 francs.

ARTICLE 13

Remise par exprès

1.—Les colis sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, pourvu que l'Office de destination ait déclaré être en mesure d'assurer ce service.

Ces envois, qualifiés «exprès», sont soumis en sus du port ordinaire à une taxe spéciale de 80 centimes qui doit être acquittée par l'expéditeur complètement et à l'avance, que le colis puisse ou non être remis au destinataire ou seulement signalé par exprès.

2.—Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination, ce bureau peut percevoir une taxe complémentaire jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit se complément.

La remise par exprès en dehors du rayon du bureau de destination est facultative.

3.—Lorsqu'un colis exprès est réexpédié ou tombé en rebut, la taxe complémentaire reste exigible suivant les dispositions de l'article 45, § 2.

4.—La remise ou l'envoi par exprès d'un avis d'arrivée au destinataire n'est essayé qu'une seule fois. Après

lidades da Alfândega, uma taxa cuja importância total não pode exceder 50 centimos por encomenda. Salvo acôrdo em contrário, esta taxa é cobrada na ocasião da entrega da encomenda. A mesma taxa pode ser aplicada todas as vezes que uma encomenda seja apresentada no domicílio do destinatário.

ARTIGO 10

Pagamento dos direitos da Alfândega ou outros

Os direitos da Alfândega ou outras taxas não postais devem ser pagos pelos destinatários das encomendas.

ARTIGO 11

Pagamento, pelo remetente, dos direitos da Alfândega ou outros. Garantias. Direito de comissão

Fazendo prèviamente a necessária declaração na Repartição expedidora, os remetentes podem encarregar-se do pagamento da totalidade dos direitos que onerem as encomendas até o acto da entrega ou sòmente dos direitos da Alfândega.

Nestes dois casos os remetentes devem responsabilizar-se pelo pagamento das importâncias que poderão ser reclamadas pela Repartição destinatária e, para êsse efeito, depositar as garantias suficientes.

A Administração que adianta os direitos por conta do remetente fica autorizada a cobrar por tal motivo uma taxa de comissão que não deve exceder 25 centimos por cada encomenda. Esta taxa é independente da prevista no artigo 9 precedente para as formalidades aduaneiras.

ARTIGO 12

Taxa de armazenagem

O país destinatário é autorizado a cobrar a taxa de armazenagem fixada pela sua legislação para as encomendas endereçadas à posta restante ou não retiradas dentro dos prazos prescritos.

Contudo esta taxa não pode exceder 5 francos.

ARTIGO 13

Distribuição por próprio

1.—As encomendas são, a pedido dos remetentes, entregues por um próprio nos domicílios dos destinatários imediatamente à chegada, contanto que a Administração destinatária tenha declarado estar em condições de executar êste serviço.

Estas encomendas, designadas com o nome de *exprès*, ficam sujeitas, além do porte ordinário, a uma taxa especial de 80 centimos, que deve ser paga adiantadamente e por inteiro pelo remetente além do porte ordinário, quer a encomenda possa ou não ser entregue ao destinatário ou êste seja simplesmente avisado.

2.—Quando o domicílio do destinatário se achar fora da área da distribuïção gratuita da Repartição destinatária, pode esta cobrar uma taxa adicional até à quantia estabelecida para a entrega por próprio no seu serviço interno, deduzindo-se a taxa fixa paga pelo remetente ou a sua equivalência na moeda do país que receber a taxa adicional.

A distribuïção por próprio fora da área da distribuïção da Repartição destinatária é facultativa.

3.—Quando uma encomenda *exprès* fôr reexpedida ou cair em refugo, a taxa complementar é exigível segundo as disposições do artigo 45, § 2.

4.—A entrega ou a remessa por próprio de um aviso ao destinatário não se faz mais do que uma vez. Não se

un essai infructueux, le colis cesse d'être considéré comme exprès et sa remise s'effectue dans les conditions requises pour les colis ordinaires.

ARTICLE 14

Interdictions

1.—Sauf arrangement contraire, il est interdit d'insérer dans les colis postaux:

a) Des matières explosibles, inflammables ou dangereuses.

Toutefois, les Offices ont la faculté de s'entendre pour le transport des capsules et des cartouches métalliques chargées pour les armes à feu portatives, des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles et des allumettes.

b) De l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, cette interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical, pour les pays qui les admettent à cette condition;

c) Des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlements de douane ou autres;

d) Des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle ainsi que des objets de correspondance de toute nature portant une autre adresse que celle du destinataire du colis.

Il est permis, cependant, d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives, de même qu'une simple copie de l'adresse du colis avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

2.— Les animaux vivants ne sont admis que si leur transport est autorisé par la législation des Pays intéressés et si les prescriptions du Règlement spéciales á cet object sont observées.

3.— Il est interdit d'expédier des pièces monnayées, de l'or ou de l'argent, manufacturé ou non, et d'autres objets précieux dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration de valeur.

4.— Les colis qui auraient été admis à tort à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas oú l'Administration du pays de destination serait autorisée par sa legislation à en disposer autrement. Dans cette dernière éventualité, l'Office expéditeur doit être informé, d'une manière précise, du traitement appliqué au colis.

Toutefois, le fait qu'un colis contient une lettre ou des notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle ne peut, en aucun cas, entraîner le renvoi à l'expéditeur.

5.— Les matières explosibles, inflammables ou dangereuses non admises en vertu de l'entente spéciale prévue au § 1, lettre *a*), 2ème alinéa, ci-dessus et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine; ils sont détruits sur place par l'Administration qui en constate la présence.

ARTICLE 15

Colis pour les prisonniers de guerre

Les colis postaux, à l'exception des colis grevés de remboursement, destinés aux prisioniers de guerre ou expédiés para eux, sont affranchis de toutes taxes prévues par le présent Arrangement, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires. Ces colis ne donnent lieu ni à bonification, ni à payement d'indemnité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

Il en est de même des colis postaux concernant les prisionniers de guerre, expédiées ou reçus, soit directe-

podendo realizar a entrega ou a remessa do aviso a encomenda deixa de considerar-se *exprès* e a sua entrega efectua-se nas condições estabelecidas para as encomendas ordinárias.

ARTIGO 14

Proibições

1. — Salvo acôrdo em contrário, é proïbido incluir nas encomendas postais:

a) Matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas. Contudo, as Administrações têm a faculdade de se entenderem para o transporte de cápsulas e cartuchos metálicos carregados para armas de fogo portáteis, de partes inexplosíveis de foguetes de artilharia e de fósforos;

b) Ópio, morfina, cocaína e outros estupefacientes. Todavia, esta proïbição não se aplica às remessas desta espécie que se destinem a fins medicinais e sejam endereçadas aos países que as admitem nestas condições;

c) Os objectos a cuja admissão se opuserem as leis ou regulamentos do alfândega ou outros;

d) Cartas ou notas com carácter de correspondência actual e pessoal, bem como quaisquer objectos de correspondência apresentando um endereço que não seja o do destinatário da encomenda. É, contudo, permitido incluir na encomenda a respectiva factura aberta, apresentando ùnicamente as indicações relativas à mesma factura, assim como uma simples cópia do endereço da encomenda com a indicação do endereço do respectivo remetente.

2. — Os animais vivos não são admitidos, a não ser que o seu transporte seja autorizado pela legislação das Administrações interessadas e que as disposições regulamentares especiais a êste respeito sejam observadas.

3. — É proïbido expedir dinheiro em metal, ouro ou prata, manufacturados ou não, e outros objectos preciosos, nas encomendas sem valor declarado com destino a países que admitem a declaração de valor.

4. — As encomendas que forem expedidas erradamente serão devolvidas à repartição de procedência, salvo no caso em que a Administração do país de destino estiver autorizada pela sua legislação a proceder de outro modo. Neste último caso a Administração expedidora deve ser informada, por uma forma precisá, do tratamento aplicado à encomenda. Todavia, o facto de uma encomenda conter uma carta ou notas com carácter de correspondência actual e pessoal não pode, em caso algum, motivar a devolução ao remetente.

5. — As matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas não admitidas em vista da disposição especial previsto no § 1, alínea *a*), 2.º período, e os objectos obscenos ou imorais não são devolvidos à Administração de procedência; êles são imediatamente destruídos pela repartição que verificar a sua presença.

ARTIGO 15

Encomendas para prisioneiros de guerra

Com excepção das encomendas sujeitas a embôlso, todas as encomendas postais destinadas a prisioneiros de guerra ou por êles expedidas são isentas das taxas previstas no presente Acôrdo, tanto nos países de procedência e de destino, como nos países intermediários. Estas encomendas não dão lugar nem a abonos, nem a pagamento de indemnização no caso de perda, espoliação ou avaria.

Igual procedimento é adoptado para as encomendas postais de prisioneiros de guerra, expedidas ou receb

ment, soit à titre d'intermédiaires, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes dans des pays belligérants ou dans des pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des dispositions ci-dessus.

ARTICLE 16

Retrait. Modification d'adresse

L'expéditeur d'un colis peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions déterminées pour les correspondances, par l'article 45 de la Convention avec cette addition que, si l'expéditeur demande le renvoi ou la réexpédition d'un colis, il est tenu de garantir d'avance le payment du port dû pour la nouvelle transmission.

ARTICLE 17

Avis de réception

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions fixées par l'article 49 de la Convention.

ARTICLE 18

Réexpédition

1.— La réexpédition d'un colis, par suite de changement de résidence du destinataire dans le territoire du pays de destination, peut être faite, soit sur la demande de l'expéditeur ou du destinataire, soit sans demande expresse, si les règlements du pays de destination le comportent.

La réexpédition d'un colis, d'un pays sur un autre, n'a lieu que sur la demande de l'expéditeur ou du destinataire, pourvu que le colis réponde aux conditions requises pour le nouveau transport.

L'expéditeur est autorisé à interdire toute réexpédition, au moyen d'une annotation appropriée sur le bulletin d'expedition et sur le colis.

2.— La réexpédition des colis sur un autre pays, par suite du changement de résidence des destinataires, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par les articles 3 à 8 et 33. Lorsqu'un colis a été réexpédié dans le territoire du pays de destination, l'Administration de ce pays peut percevoir une taxe de réexpédition sur la base de ses règlements internes. Ces taxes qui sont exigibles en cas de réexpédition ultérieure ou de renvoi à l'origine, sont perçues sur les destinataires ou, le cas échéant, sur les expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux dont le pays de destination n'accorde pas l'annulation.

La même procédure est suivie pour les colis frappés de l'une des interdictions prévues à l'article 14 de l'Arrangement.

3.— La réexpédition des colis parvenus en fausse direction, ou admis à tort à l'expédition, a lieu suivant les prescriptions de l article 33, §§ 1 et 2 du Règlement.

ARTICLE 19

Rebuts

1.— Les expéditeurs sont tenus d'indiquer, au verso du bulletin d'expédition et sur les colis, la manière dont il doit être disposé de leurs envois en cas de non livraison.

das, quer directamente, quer por intermédio de repartições de informações que por êles eventualmente forem estabelecidas nos países beligerantes ou nos países neutros que tenha recolhido beligerantes no seu território.

Os beligerantes recolhidos e internados em um país neutro são considerados como prisioneiros de guerra para efeito da aplicação das disposições anteriores.

ARTIGO 16

Restituição. Rectificação de endereço

O remetente de uma encomenda postal pode reclamar que ela seja retirada do serviço, ou que lhe seja alterado o endereço nas condições determinadas para as correspondências no artigo 45 da Convenção, com a diferença, porém, de que o mesmo remetente é obrigado a garantir adiantadamente o porte devido pela nova transmissão da encomenda, quando reclamar a sua devolução ou reexpedição.

ARTIGO 17

Aviso de recepção

O remetente de uma encomenda postal pode exigir um aviso de recepção nas condições estabelecidas no artigo 49 da Convenção.

ARTIGO 18

Reexpedição

1.— A reexpedição de uma encomenda, por mudança de residência do destinatário no território do país destinatário, pode ser feita, quer a pedido do remetente ou do destinatário, quer sem êsse pedido expresso, no caso de os regulamentos do país destinatário assim o determinarem.

A reexpedição de uma encomenda, de um país para outro, só se pode efectuar a pedido do remetente ou do destinatário, contanto que a encomenda satisfaça às condições exigidas para novo transporte.

O remetente pode impedir qualquer reexpedição, por meio de uma indicação nesse sentido feita no boletim de expedição e sôbre a própria encomenda.

2.— A reexpedição das encomendas postais para um outro país, por motivo de mudança de residência dos destinatários, dá lugar à cobrança suplementar das taxas fixadas nos artigos 3 a 8 e 33.

Quando uma encomenda fôr reexpedida no território do país de destino, a Administração dêste país pode cobrar uma taxa de reexpedição de harmonia com a sua legislação interna. Estas taxas que são obrigatórias no caso de reexpedição ulteriór ou de devolução à procedência, são cobradas dos destinatários ou dos remetentes, sem prejuízo do reembôlso dos direitos da alfândega ou de outras despesas especiais de que o país de destino não conceder a anulação.

O mesmo procedimento é adoptado para as encomendas que estejam em qualquer das condições de proïbição estabelecidas no artigo 14 do Acôrdo.

3.— A reexpedição das encomendas chegadas com errada direcção, ou indevidamente admitidas a expedição, faz-se segundo as disposições do artigo 33, §§ 1 e 2 do Regulamento.

ARTIGO 19

Refugos

1.— Os remetentes devem indicar, no verso do boletim de expedição e sôbre as próprias encomendas, qual o procedimento a adoptar no caso de não serem entregues.

Si cette prescription n'est pas observée, les colis tombés en rebut sont renvoyés au bureau d'origine à l'expiration d'un délai de 15 jours ou, au plus tard, après un mois à compter du lendemain de leur mise à la disposition des destinataires.

2.— Le renvoi d'un colis tombé en rebut doit avoir lieu immédiatement si la demande de l'expéditeur, formulée sur le bulletin d'expédition et sur le colis, n'a pas abouti à la livraison. Il en est de même lorsqu'il n'a pu être donné satisfaction au désir exprimé par l'expéditeur dans sa réponse à l'avis de non-remise prévu à l'article 34 du Règlement. Quand l'expéditeur a fait plusieurs demandes, le colis n'est renvoyé que si ces demandes sont toutes restées san résultat.

3.— Il peut être perçu sur l'expéditeur, au moment où il aura à remplir la formule de non-remise mentionné à l'article 34 du Règlement, un droit qui ne dépasse pas le double de la taxe applicable à une lettre de port simple.

Si, dans le délai d'un mois à compter de l'expédition de cet avis de non-remise, le bureau destinataire n'a pas reçu des instructions suffisantes, le colis est renvoyé au bureau d'origine. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

4.— Les colis gardés en instance à la disposition des destinataires ou adressés poste restante, sont considérés comme tombés en rebut après le délai de conservation prescrit par les règlements du pays de destination sans, toutefois, que ce délai puisse dépasser quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et un mois dans les autres relations.

Toutefois, le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court si l'expéditeur l'a demandé par une annotation appropriée sur le bulletin et sur le colis.

5.— Le renvoi des colis tombés en rebut donne lieu à la perception des taxes prévues au § 2 de l'article 18 précédent.

ARTICLE 20

Annulation des droits de douane

Les Administrations des pays contractants s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits de douane soient annulés sur les colis renvoyés au pays d'origine, abandonnés par l'expéditeur, détruits pour cause d'avarie complète du contenu ou réexpédiés sur tiers pays.

Elles devront agir de même en ce qui concerne les colis perdus, spoliés ou avariés dans leur service, sous la réserve prévue à l'article 41, § 4 ci-après.

ARTICLE 21

Vente. Destruction

Les articles sujets à détérioration ou à corruption peuvent seuls être vendus immédiatement, même en route, à l'aller ou au retour, sans avis préalable et sans formalité judiciaire au profit de qui de droit. Si, pour une cause quelconque, la vente est impossible, les objets détériorés ou corrompus sont détruits.

ARTICLE 22

Colis abandonnés

Les colis qui n'ont pu être délivrés aux destinataires et dont les expéditeurs ont fait abandon ne sont pas ren-

No caso de que esta indicação não seja feita, as encomendas caídas em refugo são devolvidas à Repartição de procedência logo que termine um prazo de quinze dias ou, o mais tardar, passado um mês a contar do dia imediato ao da sua apresentação aos destinatários.

2.— A devolução de uma encomenda caída em refugo deve fazer-se imediamente se a indicação do remetente, feita no boletim de expedição e sôbre a encomenda, não fôr possivel efectuar se. Do mesmo modo se procederá quando não seja possível dar satisfação ao desejo do remetente, expresso na sua resposta ao aviso da não entrega da encomenda, previsto pelo artigo 34 do Regulamento. Quando o remetente tenha indicado diferentes desejos em resposta àquele aviso, a encomenda só será devolvida quando não seja possível dar satisfação àqueles desejos.

3.— É facultativo cobrar do remetente, no momento em que êle responder ao aviso de que trata o artigo 34 do Regulamento, uma taxa que não exceda o duplo da taxa aplicável a uma carta de porte simples.

Se no prazo de um mês, a contar da expedição do aviso de não entrega, a Repartição de destino não tiver recebido as necessárias instruções, reenvia-se a encomenda à Repartição de procedência. Êste prazo é elevado a quatro meses nas relações com os países do ultramar.

4.— As encomendas retidas à disposição dos destinatários ou dirigidas à posta restante, consideram-se como caídas em refugo depois do prazo de retenção prescrito pelos regulamentos do país do destino, sem que, todavia, êste prazo possa exceder quatro meses nas relações com os países de ultramar e um mês nas relações com os outros países.

Todavia, a reexpedição para o país de procedência deve ter lugar num prazo mais curto, caso o remetente a tenha pedido por meio de indicação apropriada, feita no boletim de expedição e sôbre a encomenda.

5.— A reexpedição das encomendas caídas em refugo dá lugar à cobrança das taxas estabelecidas no § 2 do artigo 18 precedente.

ARTIGO 20

Anulação dos direitos de alfândega

As Administrações dos países contratantes comprometem-se a intervir junto das administrações das alfândegas respectivas, para que os direitos de alfândega sejam anulados sôbre as encomendas reexpedidas para o país de procedência, abandonadas pelo remetente, destruídas por causa de avaria completa do conteúdo, ou reexpedidas para um outro país.

Do mesmo modo deverão proceder as Administrações com respeito às encomendas perdidas, espoliadas ou avariadas no seu serviço salvo o disposto no artigo 41, § 4.

ARTIGO 21

Venda. Inutilização

Os artigos sujeitos a deteriorar-se ou a corromper-se podem ser imediatamente vendidos, mesmo em trânsito à ida ou à volta, em proveito de quem de direito fôr, independentemente de aviso prévio ou de formalidade judicial. Se por qualquer motivo não fôr possível realizar a venda, os objectos deteriorados ou corrompidos são inutilizados.

ARTIGO 22

Encomendas abandonadas

As encomendas que não possam ser entregues aos destinatários e tenham sido abandonadas pelos remetentes

voyés par l'Office de destination, qui les traite d'après sa législation.

ARTICLE 23

Récupération des frais sur l'expéditeur

Les expéditeurs sont tenus de payer les frais de transport ou autres dont les Offices se trouvent à découvert par suite de la non-livraison des colis, même si ces derniers ont été abandonnés, vendus ou détruits. Ces frais sont repris sur l'Office d'origine.

ARTICLE 24

Reclamations

1.—Toute réclamation concernant un colis ou un mandat de remboursement peut donner lieu à la perception d'un droit fixe de 1 franc ou maximum.

Aucun droit n'est perçu, si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2.—Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du jour du dépôt. Toutefois, chaque Office est tenu de donner suite aux réclamations dont il est saisi par un autre Office et qui visent des expéditions faites depuis moins de deux ans. A cet effet, les archives du service des colis postaux doivent être conservées pendant deux ans.

3.—Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, les droits de réclamation sont restitués.

CHAPITRE III

Colis contre remboursement

ARTICLE 25

Taxes et conditions. Liquidation

1.—Les colis peuvent être expédiés grevés de remboursement dans les relations avec les pays qui conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du pays d'origine du colis.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du pays d'origine du colis.

Chaque Office et tenu d'assurer le transit des colis contre remboursement, même s'il n'admet pas ces envois dans son service. Les pays intermédiaires doivent également assurer le transit des colis dont le montant du remboursement dépasse le maximum fixé pour leur propre trafic.

2.—Les colis contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des colis ordinaires ou, le cas échéant, des colis avec déclaration de valeur. L'expéditeur paye, en outre, une taxe fixe qui ne peut être inférieure à 20 centimes ni supérieure à 50 centimes et un droit proportionnel de ½ pour cent du montant du remboursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir ces taxes d'après les convenances de son système monétaire.

3.—La liquidation des montants des remboursements encaissés est effectuée au moyen de mandats de remboursement, qui sont émis gratuitement.

Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent notamment se charger, dans les conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

não são devolvidas pela Administração destinatária, a qual procederá com elas conforme a sua legislação.

ARTIGO 23

Reembôlso das taxas pelo remetente

Os remetentes de encomendas são obrigados a pagar as despesas de transporte ou outras que nas diferentes Administrações se encontrem a descoberto pela não entrega das encomendas, mesmo que elas tenham sido abandonadas, vendidas ou destruídas. Estas taxas são reembolsadas pela Administração de procedência.

ARTIGO 24

Reclamações

1.—Qualquer reclamação relativa a uma encomenda postal ou a um vale de reembôlso pode dar lugar à cobrança de uma taxa fixa que não exceda 1 franco.

Nenhuma taxa será cobrada caso o remetente já tenha pago a taxa especial para um aviso de recepção.

2.—As reclamações não são aceitas senão no prazo de um ano, a contar do dia imediato ao do depósito. Todavia, cada Administração é obrigada a dar seguimento às reclamações apresentadas por outras Administrações e que digam respeito a expedições feitas dentro de um prazo não excedente a dois anos.

Para êste efeito os arquivos do serviço de encomendas postais devem ser conservados durante dois anos.

3.—Quando uma reclamação tenha sido motivada por êrro de serviço, as taxas de reclamação são restituídas.

CAPÍTULO III

Encomendas sujeitas a embôlso

ARTIGO 25

Taxas e condições — Liquidação

1.—Podem permutar-se encomendas sujeitas a embôlso entre os países que resolvam encarregar-se dêste serviço.

Salvo acôrdo em contrário, a importância do embôlso é indicada na moeda do país de procedência da encomenda.

A importância máxima do embôlso é igual àquela que fôr fixada para os vales do correio destinados ao país de origem da encomenda.

Cada Administração é obrigada a dar trânsito a encomendas sujeitas a embôlso, mesmo no caso de não admitir estas remessas no seu serviço. Os países intermediários devem assegurar o trânsito destas encomendas ainda que a importância do embôlso exceda o máximo fixado para o seu serviço.

2.—As encomendas sujeitas a embôlso ficam obrigadas a todas as formalidades e taxas das encomendas ordinárias ou com valor declarado. Além disto o remetente paga uma taxa fixa que não pode ser inferior a 20 centimos nem superior a 50 centimos e uma taxa proporcional de ½ por cento sôbre a importância do embôlso. A Administração remetente tem a faculdade de arredondar estas taxas conforme as conveniências do seu sistema monetário.

3.—A liquidação das importâncias dos embôlsos cobrados faz-se por meio de vales de embôlso, que são emitidos gratuitamente.

As Administrações podem entender-se para um outro processo de liquidação das importâncias cobradas. Elas podem especialmente encarregar-se, sob acôrdo prévio, de lançar a importância dos embolsos na conta corrente postal do país destinatário da encomenda.

ARTICLE 26

Annulation ou modification du remboursement

L'expéditeur d'un colis grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45 de la Convention).

ARTICLE 27

Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie

La perte, la spoliation ou l'avarie d'un colis grevé de remboursent engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre VI ci-après.

ARTICLE 28

Garantie des sommes encaissées régulièrement

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant les mandats de poste pour les sommes converties en mandats.

ARTICLE 29

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux

Si le colis a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 24 et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou une négligence de sa part.

Il en est de même, si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement. L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement.

Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

ARTICLE 30

Détermination de la responsabilité

Le payement par l'Office expéditeur des sommes encaissées régulièrement ou celui de l'indemnité prévue à l'article 29 ci-dessus, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition règlementaire par l'Office expéditeur ou établir que, lors de la transmission à son service, le colis et le bulletin d'expédition y afférent ne portaient par les désignations prescrites par le Règlement pour les colis grevés de remboursement.

ARTICLE 31

Application des dispositions de la Convention aux indemnités et sommes à payer. Délais de payement et remboursement des avances

Les dispositions des articles 63 et 66 de la Convention s'appliquent aux colis grevés de remboursement.

ARTIGO 26

Anulação ou alteração da importância do embôlso

O remetente duma encomenda sujeita a embôlso pode pedir a anulação total ou parcial da importância do embôlso.

Estes pedidos ficam sujeitos às mesmas disposições estabelecidas para os pedidos de restituição ou de alteração de endereço (artigo 45 da Convenção).

ARTIGO 27

Responsabilidade em caso de perda, de subtracção ou de avaria

A perda, a subtracção ou a avaria duma encomenda sujeita a embôlso envolve a responsabilidade do serviço postal nas condições estabelecidas no capítulo VI.

ARTIGO 28

Garantia das quantias cobradas regularmente

As quantias regularmente cobradas do destinatário são garantidas ao remetente nas condições estabelecidas no Acôrdo relativo a vales de correio para as importâncias convertidas em vales.

ARTIGO 29

Indemnização pela não cobrança, cobrança insuficiente ou fraudulenta

Se a encomenda fôr entregue ao destinatário sem a cobrança total do embôlso, o remetente tem direito a uma indemnização logo que uma reclamação tenha sido formulada no prazo estabelecido no artigo 24, a não ser que a não cobrança seja devida a falta ou negligência da sua parte.

O mesmo sucede se a importância cobrada do destinatário fôr inferior ao total do embôlso indicado ou no caso de falsa cobrança. A indemnização não poderá exceder, em caso algum, o total do embôlso.

Pelo facto do pagamento da indemnização e até ao máximo da sua importância, a Administração responsável tem a prioridade nos direitos do remetente para todo o recurso eventual contra o destinatário ou terceiro.

ARTIGO 30

Determinação da responsabilidade

O pagamento pela Administração remetente das quantias cobradas regularmente ou da indemnização prevista pelo artigo 29 supra, faz-se por conta da Administração destinatária. Esta é responsável emquanto não possa provar que a falta é devida à não observância duma disposição regulamentar por parte da Administração remetente ou que, na ocasião da transmissão para o seu serviço, a encomenda e o boletim de expedição não levaram as designações estabelecidas no Regulamento para as encomendas sujeitas a embôlso.

ARTIGO 31

Aplicação das disposições da Convenção às indemnizações e importâncias a pagar. Prazos de pagamento e reembôlso das importâncias adiantadas

As disposições dos artigos 63 e 66 da Convenção são aplicáveis às encomendas sujeitas a embôlso.

ARTICLE 32

Mandats de remboursement

Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'a pas pu être payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur du colis grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards et sous les réserves prévues au Réglement, les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

CHAPITRE IV

Colis avec valeur déclarée

ARTICLE 33

Taxes et conditions

1. — Les colis peuvent comporter une déclaration de valeur dans les relations entre les pays dont les Administrations assurent ce service.

2. — Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de la déclaration de valeur, laquelle ne peut, en aucun cas, être inférieure à 1:000 francs.

Dans les relations entre deux ou plusieurs pays qui ont adopté des maxima différents, c'est la limite la plus basse qui doit être réciproquement observée.

3. — Il est perçu, à titre de droit d'assurance, par fraction indivisible de 300 francs de la déclaration de valeur et en sus des taxes applicables aux colis ordinaires:

a) 5 centimes par Office participant au transport territorial;

b) 10 centimes par service maritime emprunté.

4. — Comme mesure de transition, l'Office d'origine peut toutefois percevoir un droit global d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée.

5. — Les pays qui acceptent de couvrir, pour les colis avec valeur déclarée, les risques pouvant dériver du cas de force majeure, sont autorisés à parcevoir une taxe spéciale, sous réserve que cette taxe et le droit d'assurance réunis ne dépassent par le droit prévu au § 4 précédent.

6. — L'Office d'origine a la faculté de percevoir un droit d'expédition qui ne peut dépasser 50 centimes par colis.

7. — L'expéditeur d'un colis-valeur déclarée, reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé de son envoi.

ARTICLE 34

Déclaration frauduleuse de valeur

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser la valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur.

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle de l'envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du Pays d'origine.

CHAPITRE V

Colis urgents

ARTICLE 35

Taxes et conditions

1. — Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, l'expéditeur peut demander qu'un

ARTIGO 32

Vales de embôlso

A importância dum vale de embôlso que, por qualquer motivo, não pôde ser pago ao destinatário não é reembolsada à Administração emissora. E conservada à disposição do destinatário pela Administração remetente da encomenda sujeita a embôlso e reverte definitivamente para esta Administração depois de expirado o prazo legal de prescrição.

Para todos os outros efeitos e sob as reservas previstas pelo Regulamento, os vales de embôlso estão sujeitos às disposições estabelecidas no Acôrdo relativo a vales do correio.

CAPÍTULO IV

Encomendas com valor declarado

ARTIGO 33

Taxas e condições

1. — As encomendas postais podem comportar uma declaração de valor, nas relações entre os países cujas Administrações assegurem êste serviço.

2. — Cada país fixa, no que lhe diz respeito, o limite máximo da declaração de valor, a qual não pode, em caso algum, ser inferior a 1:000 francos.

Nas relações entre dois ou mais países que adoptarem máximos diferentes, é o limite mais baixo que deve ser reciprocamente observado.

3. — É cobrado, a título de prémio de seguro, por fracção indivisível de 300 francos de declaração de valor, e além das taxas aplicáveis às encomendas ordinárias:

a) 5 centimos por cada Administração participante do transporte territorial;

b) 10 centimos por cada serviço marítimo utilizado.

4. — Todavia, como medida de transição, a Administração de procedência pode cobrar um prémio global de seguro que não deve exceder 50 centimos por cada 300 francos da importância declarada.

5. — Os países que aceitam o encargo de cobrir os riscos derivados de casos de fôrça maior para as encomendas postais com valor declarado, são autorizados a cobrar uma taxa especial, sob a condição de que esta taxa e o prémio de seguro, reünidos, não excedam o prémio previsto no § 4 precedente.

6. — A Administração de procedência tem a faculdade de cobrar um prémio de expedição que não pode exceder 50 centimos por encomenda.

7. — Ao remetente duma encomenda com valor declarado é dado um recibo, gratuitamente, no momento do depósito.

ARTIGO 34

Falsa declaração

A declaração de valor não pode exceder o valor real do conteúdo da encomenda, mas é permitido declarar sòmente uma parte do seu valor.

Toda a falsa declaração de valor superior ao valor real da encomenda está sujeita a diligências judiciais compreendidas na legislação do país de procedência.

CAPÍTULO V

Encomendas urgentes

ARTIGO 35

Taxas e condições

1. — Nas relações entre os países que acordem sôbre êste serviço, o remetente pode pedir que uma encomenda

colis soit transporté autant que possible par les moyens rapides utilisés pour le transport de la poste aux lettres. Ces colis, qualifiées «urgents», son remis par exprès au domicile du destinataire, à moins qu'ils ne portent la mention «poste restante».

2.—Pour les colis urgents, les droits et majorations fixés par les articles 3 à 8 précédents sont triplés.

Les droits fixés par l'article 33, la taxe de remise par exprès et les autres taxes accessoires leur sont appliqués sans augmentation.

CHAPITRE VI

Responsabilité

ARTICLE 36

Etendue de la responsabilité

1.—Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spolation ou de l'avarie des colis postaux.

L'expéditeur a droit de ce chef à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie. Pour les colis ordinaires, cette indemnité ne peut dépasser: 10 francs par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, 25 francs par colis de 1 à 5 kilogrammes, 40 francs par colis de 5 à 10 kilogrammes. Pour les colis avec valeur déclarée, l'indemnité ne peut dépasser le montant de la déclaration de valeur.

L'indemnité est versée au destinataire, lorsque celui-ci la réclame, soit après avoir formulé des réserves en prenant livraison d'un colis spolié ou avarié, soit s'il établit que l'expéditeur s'est désisté de ses droits en sa faveur.

2.—Les dommages indirects où les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

3.—L'indemnité est calculée d'après le prix courant des marchandises de même nature, au lieu et à l'époque où la marchandise a été acceptée au transport. A défaut de prix courant, l'indemnité est calculée d'après la valeur ordinaire de la marchandise évaluée sur les mêmes bases.

4.—Dans le cas où une indemnité est due pour la perte, la destruction ou la spoliation complète d'un colis, l'expéditeur a droit, en outre, à la restitution des taxes de transport. Il en est de même quant aux envois refusés par les destinataires, à cause de leur mauvais état, pourvu que celui-ci soit imputable au service postal et engage sa responsabilité.

5.—Les droits d'assurance restent acquis, dans tous les cas, aux Administrations postales.

ARTICLE 37

Exceptions au principe de responsabilité

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 33, § 5);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des colis par suite de la destruction des documents de service, résultant d'un cas de force majeure;

c) lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur ou lorsqu'il provient de la nature de l'objet;

d) pour les colis dont le contenu tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues à l'article 14;

seja transportada, tanto quanto possível, pelos meios rápidos utilizados para o transporte de correspondência. Estas encomendas, classificadas *urgent* são remetidas por um próprio ao domicílio do destinatário, salvo se elas levam a menção *poste-restante*.

2.—Para as encomendas *urgent* os prémios e as melhorias fixados nos artigos 3 a 8 precedentes são triplicados.

As taxas fixadas no artigo 33, a taxa de entrega por próprio e as outras taxas acessórias são-lhes aplicáveis sem aumento.

CAPÍTULO VI

Responsabilidade

ARTIGO 36

Limite da responsabilidade

1.—Salvo os casos previstos no artigo seguinte, as Administrações respondem pela perda, pela espoliação ou pela avaria das encomendas postais.

O remetente tem direito, por êste motivo, a uma indemnização correspondente ao total real da perda, da espoliação ou da avaria.

Para as encomendas ordinárias esta indemnização não pode exceder: 10 francos por encomenda até o pêso de 1 quilograma; 25 francos por encomenda de 1 a 5 quilogramas; e 40 francos por encomenda de 5 a 10 quilogramas. Para as encomendas com valor declarado a indemnização não pode exceder o total da declaração do valor.

A indemnização é entregue ao destinatário quando êste a reclame depois de ter formulado reservas ao tomar posse duma encomenda espoliada ou avariada, ou quando êle prove que o remetente desistiu dos seus direitos a seu favor.

2.—Os prejuízos indirectos ou os lucros não realizados não são tomados em consideração.

3.—A indemnização é calculada pelo preço corrente das mercadorias da mesma natureza e qualidade no lugar e na época em que a mercadoria foi aceita para transporte. Na falta de preço corrente a indemnização é calculada pelo valor ordinário da mercadoria avaliado sôbre as mesmas bases.

4.—No caso em que uma indemnização é devida pela perda, destruïção ou espoliação completa duma encomenda, o remetente tem direito, também, à restituïção das taxas de transporte. O mesmo sucede quanto às encomendas recusadas pelos destinatários, por causa do seu mau estado, contanto que êle seja atribuído ao serviço postal e envolva a sua responsabilidade.

5.—O prémio de seguro fica, em todos os casos, pertencendo às Administrações postais.

ARTIGO 37

Excepções às condições de responsabilidade

As Administrações são isentas de toda a responsabilidade:

a) Em caso de fôrça maior; todavia, a responsabilidade subsiste para com a Administração remetente que aceitou cobrir os riscos de fôrça maior (artigo 33, § 5);

b) Quando elas não possam entregar as encomendas por causa de destruïção dos documentos de serviço, resultantes dum caso de fôrça maior;

c) Quando a avaria tenha sido causada por falta ou negligência do remetente ou quando provenha da natureza do objecto;

d) Para as encomendas cujo conteúdo esteja previsto por qualquer das proïbições designadas no artigo 14;

e) pour les colis qui ont fait l'objet d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) à l'égard des colis qui n'ont donné lieu à aucune réclamation dans le délai d'un an prévu à l'article 24.

ARTICLE 38

Cessation de la responsabilité

Les Administrations cessent d'être responsables des colis dont la remise a eu lieu dans les conditions prescrites par leurs règlements intérieurs et dont les ayants droit ont pris livraison sans formuler les réserves prévues à l'article 36 ci-dessus.

ARTICLE 39

Payement de l'indemnité

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office expéditeur, sauf dans les cas visés à l'article 36 § 1, où cette indemnité est payée par l'Office destinataire. L'Office payeur conserve un droit de recours contre l'Office responsable.

ARTICLE 40

Délai de payement

1.— Le payement de l'indemnité doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai dun an à compter du lendemain du jour de la réclamation.

2.— L'Office auquel l'article 39 impose le payement de l'indemnité est autorisé à désintéresser l'ayante droit pour le compte de l'Office qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

3.— L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai d'un an, lorsque la question de responsabilité n'a pu être tranchée pour des raisons étrangères au service postal (force majeure par exemple).

ARTICLE 41

Office responsable

1.— Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Office qui, ayant reçu le colis d'un autre Office sans formuler des réserves et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Office suivant.

2.— Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, ou si, en cas de transmission globale des colis ordinaires, il ne peut être établi sur le territoire ou dans le service de quel pays un colis a été perdu, spolié ou avarié, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales.

3.— Lorsqu'un colis avec valeur déclarée a été perdu, spolié ou avarié dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu n'en est responsable devant l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques en cas de force majeure.

4.— Les droits de douane et autres dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des transporteurs responsables de la perte, de la spoliation ou de l'avarie.

e) Para as encomendas com falsa declaração de valor superior ao valor real do conteúdo;

f) Com referência às encomendas que não sejam reclamadas no prazo de um ano, estabelecido no artigo 24.

ARTIGO 38

Cessação da responsabilidade

As Administrações deixam de ser responsáveis pelas encomendas cuja entrega teve lugar nas condições estabelecidas pelos seus regulamentos internos e que os interessados tenham recebido sem formular as reservas previstas no artigo 36 acima mencionado.

ARTIGO 39

Pagamento da indemnização

A obrigação de pagar a indemnização pertence à Administração remetente, salvo nos casos visados no artigo 36, § 1, em que esta indemnização é paga pela Administração destinatária. A Administração pagadora fica com o direito de recurso contra a Administração responsável.

ARTIGO 40

Prazo do pagamento

1.— O pagamento da indemnização deve ter lugar o mais cedo possível e, o mais tardar, no prazo de um ano a contar do dia seguinte ao da reclamação.

2.— A Administração à qual o artigo 39 impõe o pagamento da indemnização é autorizada a indemnizar o interessado por conta da Administração que, tendo sido regularmente provenida, deixou decorrer seis meses sem dar solução ao assunto; êste prazo é elevado a nove meses nas relações com os países do ultramar.

3.— A Administração remetente pode adiar, excepcionalmente, o pagamento da indemnização, além do prazo de um ano, quando a imputação da responsabilidade não tenha podido ser decidida por razões estranhas ao serviço postal (fôrça maior por exemplo).

ARTIGO 41

Administração responsável

1.— Até prova em contrário, a responsabilidade pertence à Administração que, tendo recebido a encomenda de uma outra Administração, sem formular reservas e dispondo de todos os meios regulamentares de investigação, não puder provar, nem a entrega ao destinatário, nem tendo lugar, a transmissão regular à Administração seguinte.

2.— Se a perda, subtracção ou avaria teve lugar durante o percurso, sem se poder averiguar em que território se deu êsse facto, ou se, tendo sido as encomendas ordinárias transmitidas em globo, não se poder também averiguar em que território se perdeu ou sofreu subtracção ou avaria alguma dessas encomendas, as respectivas Administrações são responsáveis em partes iguais pelos prejuízos.

3.— Pela perda, subtracção ou avaria de uma encomenda com valor declarado, em circunstâncias de fôrça maior, a Administração em cujo território ou serviço tiver lugar a perda, subtracção ou avaria, não é responsável para com a Administração remetente, a não ser que os dois países assumam a responsabilidade dos riscos em casos de fôrça maior.

4.— Os direitos aduaneiros e outros cuja anulação não puder ser obtida ficam a cargo dos serviços responsáveis pela perda, subtracção ou avaria.

5.— Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de la personne qui a reçu l'indemnité, pour tout recours éventuel, soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre les tiers.

Toutefois, si, ultérieurement, les colis considérés comme perdus sont retrouvés entièrement ou partiellement, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'il lui est loisible de prendre possession de l'envoi, contre restitution du montant de l'indemnité payée.

ARTICLE 42

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué, en conformité de l'article 40, est tenu de rembourser le montant de l'indemnité dans un délai de trois mois après notification du payement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Le montant de l'indemnité peut être aussi repris d'office par voie de décompte sur le pays responsable, soit directement, soit par l'intermédiaire du premier Office de transit, qui se crédite à son tour sur l'Office suivant, l'opération étant répétée jusqu'à ce que la somme payée ait été portée au débit de l'Office responsable. Passé le délai de trois mois susvisé, la somme due est productive d'intérêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration dudit délai.

L'Office dont la responsabilité est dûment établie, et qui a primitivement décliné le payement de l'indemnité, est tenu de prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

CHAPITRE VII

Attribution des taxes

ARTICLE 43

Bonification de transport

L'Office expéditeur bonifie pour chaque colis:

a) à l'Office destinataire, les droits qui lui reviennent en vertu des dispositions des articles 3 à 8 et 35;

b) éventuellement, à chaque Office intermédiaire, les droits fixés par les articles 3, 4, 6, 7 et 35.

ARTICLE 44

Reprises en cas de réexpédition ou de renvoi

En cas de réexpédition ou de renvoie d'un colis à l'origine, l'Office réexpéditeur reprend sur l'Office suivant la quote-part qui lui revient et, le cas échéant:

a) le droit de factage et de dédouanement prévu à l'article 9;

b) le montant du droit de magasinage prévu à l'article 12;

c) la taxe de réexpédition prévue à l'article 18, § 2;

d) les droits dont il se trouve à découvert.

5.— Pelo facto do pagamento da indemnização e até ao máximo da sua importância, a Administração responsável fica sub-rogada nos direitos da pessoa que recebeu a indemnização, para todos os recursos eventuais, quer contra o destinatário, quer contra o remetente ou terceiros.

Todavia, se posteriormente as encomendas consideradas como perdidas forem encontradas inteira ou parcialmente, a pessoa a quem a indemnização tiver sido paga deve ser avisada de que lhe é permitido recebê-las, mediante a restituïção do valor da indemnização paga.

ARTIGO 42

Reembolso da indemnização à Administração expedidora

A Administração responsável ou por conta da qual o pagamento da indemnização é efectuado, em conformidade com as disposições do artigo 40, é obrigada a reembolsar a importância da indemnização num prazo de três meses a contar do do aviso de pagamento.

Êste reembôlso efectua-se livre de despesas para a Administração credora, quer por meio de um vale do correio, ou de um cheque pagável à vista sôbre a capital ou uma praça comercial do país credor, quer em valores com curso legal no país credor. A importância da indemnização pode ser também liquidada por meio de desconto sôbre o país responsável, quer directamente, quer por intermédio da primeira Administração de trânsito, que se credita por sua vez sôbre a Administração seguinte, repetindo-se esta operação tantas vezes quantas forem necessárias até que a importância paga seja debitada à Administração responsável.

Decorrido o prazo de três meses acima indicado, a importância devida vence juros à razão de 7 por cento ao ano, a contar do dia da expiração do dito prazo.

A Administração cuja responsabilidade seja devidamente estabelecida e que primeiramente tenha declinado o pagamento da indemnização, é sobrecarregada com todas as despesas acessórias resultantes da demora não justificada do pagamento:

CAPÍTULO VII

Atribuição das taxas

ARTIGO 43

Abonos de transporte

A Administração remetente abona por cada encomenda:

a) A Administração destinatária, os direitos que lhe pertencem em virtude das disposições dos artigos 3 a 8 e 35;

b) Eventualmente, a cada Administração intermediária os direitos e taxas fixados pelos artigos 3, 4, 6, 7 e 35.

ARTIGO 44

Novas taxas em caso de reexpedição ou devolução

Em caso de reexpedição ou de devolução de uma encomenda à procedência, a Administração reexpedidora lança a débito da Administração seguinte a cota parte que lhe pertence e, conforme o caso:

a) A taxa de distribuïção domiciliária e a de formalidades aduaneiras previstas no artigo 9;

b) A importância da taxa de armazenagem estabelecida no artigo 12;

c) A taxa de reexpedição estabelecida no artigo 18, § 2:

d) Os direitos ou taxas de que ela se encontra a descoberto.

La même procédure est suivie par chaque Office intermédiaire, ainsi qu'il est dit à l'article 33 du Règlement.

ARTICLE 45

Taxes d'exprès, spéciale et complémentaire

1.— La taxe spéciale d'exprès prévue à l'article 13, § 1, fait partie des bonifications dévolues à l'Office de destination.

Lorsqu'un colis exprès est réexpédié sur un autre pays sans que la remise en ait été tentée, cette taxe est bonifiée au nouveau pays de destination. Si celui-ci ne se charge pas de la remise par exprès, la taxe reste acquise à l'Office du pays de la première destination; il en est de même quand un colis exprès est tombé en rebut.

2.— En cas de réexpédition ou de renvoi à l'origine d'un colis exprès, la taxe complémentaire prévue à l'article 13, §§ 2 et 3 est reprise sur l'Office correspondant par l'Office qui a tenté la remise, sauf le cas où cette taxe lui a été versée lors de la présentation au domicile du destinataire.

ARTICLE 46

Taxe pour la réexpedition dans le pays de destination

La taxe de réexpédition prévue à l'article 18, § 2, est acquise, en cas de réexpédition ultérieure ou de renvoi à l'origine, au pays qui a effectué la réexpédition dans les limites de son territoire.

ARTICLE 47

Droits divers

1.— Sont acquis en entier à l'Office qui les a perçus:

a) le droit fixe appliqué aux avis de réception (art. 17);

b) le droit prévu pour un colis tombé en rebut (art. 19, § 3);

c) le droit appliqué aux réclamations (art. 24, § 1);

d) le droit d'expédition pour les colis avec valeur déclarée (art. 33, § 6).

2.— Le droit de factage et de dédouanement (art. 9) est acquis à l'Office destinataire.

Le droit de factage et de dédouanement (art. 9) est acquis à l'Office destinataire.

Le droit de commission (art. 11) est repris par le même Office.

ARTICLE 48

Taxe de remboursement

Les taxes prévues à l'article 25, § 2, sont partagées par moitié entre l'Administration du pays d'origine et celle du pays de destination de la manière prescrite par le Règlement.

ARTICLE 49

Droit d'assurance

Pour les colis avec valeur déclarée, l'Office d'origine est redevable, envers chacune des Administrations dont les services participent au transport et, le cas échéant, pour chacun de ces services, d'une quote-part de droit d'assurance fixée, par 300 francs ou fraction de 300 frans, à 5 centimes pour le transport territorial et à 10 centimes pour le transport maritime.

O mesmo processo é seguido por cada Administração intermediária, pela forma estabelecida no artigo 33 do Regulamento.

ARTIGO 45

Taxas de distribuïção por proprio, especial e complementar

1.— A taxa especial de distribuïção por próprio (*exprès*) estabelecida no artigo 13, § 1, faz parte dos abonos pertencentes à Administração destinatária.

Quando uma encomenda *exprès* fôr reexpedida para um outro país sem que a entrega tenha sido tentada, esta taxa é de novo abonada ao país do destino. Se êste não se encarregar da distribuïção por próprio, a taxa de *exprès* fica pertencendo à Administração do país do primeiro destino; e o mesmo sucede sempre que uma encomenda *exprès* cai em refugo.

2.— Em caso de reexpedição ou devolução à procedência de uma encomenda *exprès* a taxa complementar estabelecida no artigo 13, §§ 2 e 3, é reembolsada à Administração correspondente pela Administração que tenha tentado a entrega, salvo o caso em que esta taxa seja paga no acto da apresentação da encomenda no domicílio do destinatário.

ARTIGO 46

Taxa pela reexpedição no país do destino

A taxa de reexpedição estabelecida no artigo 18, § 2, pertence, no caso de reexpedição ulterior ou de devolução à procedência, ao país que tenha efectuado a reexpedição dentro do seu território.

ARTIGO 47

Taxas diversas

1.— Pertencem, por inteiro, à Administração que as cobrou:

a) A taxa fixa aplicada aos avisos de recepção (artigo 17);

b) A taxa estabelecida para uma encomenda caída em refugo (artigo 19, § 3);

c) A taxa aplicada às reclamações (artigo 24, § 1);

d) A taxa de expedição para as encomendas com valor declarado (artigo 33, § 6).

2.— A taxa de distribuïção domiciliária e de formalidades aduaneiras (artigo 9) pertence à Administração destinatária.

O direito de comissão (artigo 11) pertence à mesma Administração.

ARTIGO 48

Taxa de embôlso

As taxas estabelecidas no artigo 25, § 2, são divididas, em partes iguais, entre a Administração do país de procedência e a do país de destino pela forma estabelecida no Regulamento.

ARTIGO 49

Direito de seguro

Pelas encomendas com valor declarado a Administração de procedência é devedora a cada uma das Administrações, cujos serviços participam no seu transporte, e por cada um dêstes serviços duma cota parte do direito de seguro fixado por 300 francos ou fracção de 300 francos, de 5 centimos para o transporte territorial e de 10 centimos para o transporte marítimo.

CHAPITRE VIII

Dispositions diverses

ARTICLE 50

Application des dispositions d'ordre général de la Convention

Les dispositions d'ordre général qui figurent aux Titres I et II de la Convention sont applicables à l'échange des colis sous les réserves suivantes:

Les Offices des pays participant au présent Arrangement, qui entretiennent un échange de colis postaux avec des pays non contractants, admettent tous les autres Offices participants à profiter de ces relations pour l'échange des colis postaux avec ces derniers pays.

Lorsque le pays qui désire adhérer au présent Arrangement réclame la faculté de percevoir une surtaxe supérieure à 25 centimes par colis, le Gouvernement de la Confédération suisse soumet la demande d'adhésion à tous les pays contractants. Si, dans un délai de six mois, plus d'un tiers des Administrations participant à l'Arrangement ne se prononcent pas contre cette demande, elle est considérée comme admise.

ARTICLE 51

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (articles 18 et 19 de la Convention, doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des articles 1 à 19, 24 à 45, 47, 48, 49, 51 et 52 du présent Arrangement et de l'article 49 de son Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent;

c) la majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et de son Règlement, hors le cas de litige à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10 de la Convention.

Dispositions finales

ARTICLE 52

Mise à exécution et durée de l'Arrangement

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:
David Bjurström.

Pour l'Allemagne:
W. Schenk.
K. Orth.

Pour la République Argentine:
M. Rodriguez Ocampo.

CAPÍTULO VIII

Disposições diversas

ARTIGO 50

Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção

As disposições de ordem geral de que tratam os títulos I e II da Convenção são aplicáveis à permuta de encomendas postais sob as reservas seguintes:

As Administrações dos países participantes do presente Acôrdo, que mantenham permuta de encomendas postais com países não contratantes, consentem que todas as outras Administrações participantes possam aproveitar destas relações para a permuta de encomendas com estes últimos países.

Quando qualquer país que desejar aderir ao presente Acôrdo reclamar a faculdade de cobrar uma sobretaxa superior a 25 centimos por encomenda, o Govêrno da Confederação Suíça submeterá o pedido de adesão a todos os países contratantes. Se num prazo de seis meses mais de um têrço das Administrações participantes dêste Acôrdo não se pronunciarem contra o pedido, êle será considerado como admitido.

ARTIGO 51

Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões

Para se tornarem executórias as propostas feitas no intervalo das reüniões (artigos 18 e 19 da Convenção) devem reünir:

a) A unanimidade de votos se se tratar da adição de novas disposições ou da modificação das disposições dos artigos 1 a 19, 24 a 45, 47, 48, 49, 51 e 52 do presente Acôrdo e do artigo 49 do seu Regulamento;

b) Os dois terços dos votos se se tratar da modificação doutras disposições que não sejam as mencionadas na alínea precedente;

c) A maioria absoluta se se tratar da interpretação das disposições do Acôrdo e do seu Regulamento, salvo o caso de litígio a submeter à arbitragem previsto no artigo 10 da Convenção.

Disposições finais

ARTIGO 52

Entrada em execução e duração do Acôrdo

O presente Acôrdo entrará em execução no dia 1 de Outubro de 1925 e vigorará durante tempo indeterminado.

Em firmeza do que os Plenipotenciários dos países abaixo designados assinaram o presente Acôrdo num exemplar que ficará depositado nos Arquivos do Govêrno da Suécia e do qual umá cópia será remetida a cada Parte.

Feito em Estocolmo, em 28 de Agosto de 1924.

Pela Albania:
David Bjurström.

Pela Alemanha:
W. Schenk.
K. Orth.

Pela República Argentina:
M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub Krains.
O. Schockaert.

Pour la Colónie du Congo belge:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verueuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
Cesar Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville Libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Áustria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Colónia do Congo Belga:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia H.

Pelo Brasil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pela Bulgária:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Chile:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:

Tai Tch'enne Linne.

Pela República de Colombia:

Luis Serrano Blanco.

Pela República de Costa Rica:

V. Andersson.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
Cesar Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade Livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pela República Dominicana:

C. G. F. Hagström.

Pelo Egipto:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pelo Equador:

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:
Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:
Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:
B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:
G. E. F. Albrecht.

Pour la France:
M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:
H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:
André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:
G. Pillias.
Ginestou.

Pour la Gréce:
Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:
Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:
Geoffrey Clarke.
Hemante Kumar Raha.

Ponr l'Islande:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelas Colónias espanholas:
Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:
Edward Wirgo.

Pela Etiópia:
B. Marcos.
A. Bousson.

Pela Finlândia:
G. E. F. Albrecht.

Pela França:
M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Argélia:
H. Treuillé.

Pelas Colónias e Protectorados franceses da Indochina:
André Touzet.

Pelo conjunto das outras Colónias francesas:
G. Pillias.
Ginestou.

Pela Grécia:
Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Guatemala:

Pela República do Haïti:
Carl Schlyter.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Índia britânica:
Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pela Islândia:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas.
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Haway.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Por le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour le Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la République de Panama.

José D. Morales Diaz.
Cesar Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Sehreuder.
J. S. van Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises.

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Ooosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. Gerdes Ooosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelo Japão:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras Dependências japonesas:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República da Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pelo Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da Zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (Zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Nicarágua:

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pela República do Panamá:

José D. Morales Diaz.
Cesar Carvallo.

Pelo Paraguai:

Gunnar Langborg.

Pelos Países Baixos:

Schreuder.
J. S. van Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias neerlandesas:

I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelas Colónias neerlandesas na América:

I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de Saint Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour la Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pelo Peru:

Emil Hector.

Pela Pérsia:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henriqué Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas da África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceania:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Romania:

George Lecca.

Pela República de S. Marino:

Percival Kalling.

Por o Salvador:

Pelo Território do Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pelo Reino de Sião:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tchécoslováquia:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:
Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:
Luis Alejandro Aguilar.

Protocole final de l'Arrangement

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les colis postaux, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

Exploitation du service par les entreprises de transport

Tout Pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des colis postaux et qui adhère à l'Arrangement susmentionné aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'Administration postale de ce Pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de l'Arrangement, spécialement pour organiser le service d'échange.

Elle leur servira d'intermédiaire pour toutes leurs relations avec les Administrations postales des autres pays contractants et avec le Bureau international.

II

Transit

La faculté de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par leur territoire est accordée provisoirement à la Perse, aux Colonies portugaises de l'Afrique et à la Colonie du Congo belge.

Toutefois, cette clause ne s'applique pas aux colis en provenance ou à destination des Colonies françaises du Tchad, de l'Oubangui-Chari et du Moyen-Congo.

III

Surtaxe de transit

Par exception aux dispositions de l'article 3 de l'Arrangement.

a) Le droit de transit territorial peut être provisoirement porté à:

1 franc par le Brésil, la République de Colombie, l'Equateur, le Pérou et les Etats-Unis de Vénézuela;

1 fr. 25 par la Chine;

2 fr. 50 par la Turquie d'Asie; cette surtaxe peut être portée à 4 francs pour les colis de et pour la Perse traversant la voie Trébizonde–Erzéroum–Bayezid;

b) Une surtaxe de 50 centimes peut être appliquée par la République de Panama aux colis pour leur transport à travers l'Isthme;

c) Une surtaxe de 3 fr. 60 par colis, à titre de transit territorial, peut être appliquée par l'Office argentin aux colis qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin;

d) L'Egypte (pour le Soudan) a la faculté de porter à 1 fr. 20 pour les colis de la coupure de 1 kg., et à 4 fr. 40 pour les colis de la coupure de 5 kg., le droit territorial applicable aux colis de et pour le Congo belge en transit par le Soudan;

Pela União das Repúblicas Sovietistas Socialistas:

Polo Uruguai:
Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:
Luis Alexandro Aguilar.

Protocolo final do Acôrdo

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo à permutação de encomendas postais, celebrado em data de hoje, os Plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte:

I

Exploração do serviço por emprêsas de transporte

Qualquer país cujo correio não tiver actualmente a seu cargo o transporte de encomendas postais, e que aderir ao Acôrdo acima mencionado, terá a faculdade de fazer executar as cláusulas do mesmo Acôrdo pelas emprêsas de caminhos de ferro e de navegação.

A Administração postal dêsse país deverá entender-se com as emprêsas de caminhos de ferro e de navegação, a fim de garantir a completa execução, por parte das mesmas emprêsas, de todas as cláusulas do Acôrdo e especialmente de organizar o serviço de permutação na fronteira.

A mesma Administração servir-lhes há de intermediária em todas as suas relações com as Administrações postais dos outros países aderentes e com a Secretaria Internacional.

II

Trânsito

Provisòriamente é facultado à Pérsia, às colónias portuguesas da África e à colónia do Congo Belga não darem trânsito a encomendas postais pelos seus territórios.

Todavia, esta cláusula não se aplica às encomendas procedentes ou destinadas às colónias francesas do Tchad, de Oubangui-Chari e do Moyen-Congo.

III

Sobretaxa de trânsito

Por excepção às disposições do artigo 3 do Acôrdo:

a) O direito de trânsito territorial pode ser, provisòriamente, elevado a:

1 franco para o Brasil, a República de Colômbia, o Equador, o Peru e os Estados Unidos de Venezuela;

Francos 1,25 para a China;

Francos 2,50 para a Turquia da Asia; esta sobretaxa pode ser elevada a 4 francos para as encomendas de e para a Pérsia, por via de Trébisonde–Erzéroum–Bayezid;

b) A República do Panamá pode aplicar uma sobretaxa de 50 centimos pelo transporte de cada encomenda através o istmo;

c) A Administração Argentina tem a faculdade de aplicar, a título de trânsito terrestre, uma sobretaxa de francos 3,60 a cada encomenda postal que tenha de ser transportada pelo caminho de ferro transandino;

d) O Egipto (para o Sudão) tem a faculdade de elevar a francos 1,20 para as encomendas de 1 quilograma e a francos 4,40 para as encomendas de 5 quilogramas, o direito terrestre aplicável às encomendas de e para o Congo Belga, em trânsito pelo Sudão;

e) Le Congo belge a la faculté de porter respectivement à 60 centimes, 2 francs et 4 francs, suivant la coupure de poids, le droit de transport territorial applicable aux colis en provenance ou à destination des colonies françaises du Tchad, de l'Oubangui-Chari et du Moyen-Congo. Ce droit est susceptible de modification par entente entre les deux Offices intéressés.

f) L'Union des Républiques Soviétistes Socialistes a la faculté de porter à 2 francs par colis le droit de transit pour le transport sur la partie européenne, et à 2 francs par colis pour le transport sur la partie asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes;

g) Une surtaxe de 1 fr. 25 par colis, à titre de transit territorial, peut être appliquée par l'Office chilien aux colis qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin.

IV

Surtaxes terminales

La surtaxe prévue par l'article 8 peut être, à titre exceptionnel et provisoire, élevée à:

40 centimes par la République Dominicaine;

50 centimes par la Bulgarie, la République d'Haïti et l'Islande;

75 centimes au maximum par chacun des Offices désignés ci-après: République Argentine, Autriche, Chili, Chine, Finlande, Grèce, Guatémala, Indochine (pour certains bureaux éloignés), Inde britannique, Nicaragua, Norvège, République de Panama, Pologne, le Salvador, Siam, Suède, Turquie d'Asie, Uruguay;

La surtaxe de 0 fr. 75 accordée à la Turquie d'Asie peut être portée à 2 francs pour les colis adressés aux bureaux éloignés des chemins de fer et des côtes et dont le transport est effectué par les courriers terrestres;

1 franc par l'Egypte (pour ce qui concerne les bureaux du Soudan) et par les parties européenne et asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes prises chacune séparément;

1 fr. 25 par le Brésil, l'Equateur, le Pérou, les Etats-Unis de Vénézuela et par les bureaux argentins de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes;

1 fr. 50 par les Colonies néerlandaises.

La Bolivie a la faculté d'appliquer provisoirement les 3 surtaxes de francs: 3,00, 7,00 et 14,00 respectivement pour les colis de chacune des 3 coupures de poids originaires ou à destination des localités autres que La Paz et Oruro.

La République de Colombie a la faculté d'imposer, à titre provisoire, les surtaxes ci-après: 1 franc 25 centimes pour chaque colis à destination des ports de mer, et un franc par kilogramme ou fraction de kilogramme pour les colis à destination des autres localités.

L'Ethiopie a la faculté d'appliquer provisoirement les surtaxes de 40 centimes, 1 fr. 25 et 1 fr. 70 respectivement pour les colis de chacune des trois coupures de poids.

La Colonie du Congo Belge, la Perse et les Colonies portugaises de l'Angola et du Mozambique sont autorisées à appliquer aux colis postaux, pour leur parcours au delà de leurs bureaux d'échange, une surtaxe qui ne peut dépasser le tarif applicable aux colis de leur service intérieur.

V

Surtaxes spéciales

1.— Le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la

e) O Congo Belga tem a faculdade de elevar, respectivamente, a 60 centimos, 2 francos e 4 francos, conforme os pesos, o direito de trânsito terrestre aplicável às encomendas procedentes ou com destino às colónias francesas de Tchad, de Oubangui-Chari e do Moyen-Congo. Êste direito pode ser modificado mediante prévio entendimento entre as duas Administrações interessadas;

f) A União das Repúblicas Sovietistas Socialistas tem a faculdade de aumentar para 2 francos por encomenda, o direito de trânsito pelo transporte na parte da Europa, e a 2 francos por encomenda pelo transporte na parte asiática dos seus territórios;

g) A Administração do Chile pode aplicar, a título de trânsito terrestre, uma sobretaxa de francos 1,25 por encomenda que deva ser transportada pelo caminho de ferro transandino.

IV

Sobretaxas terminais

A sobretaxa prevista no artigo 8 pode ser, a título excepcional e provisòriamente, elevada a:

40 centimos para a República Dominicana;

50 centimos para a Bulgária, República do Haiti e Islândia;

75 centimos, o máximo, para cada uma das Administrações seguintes: República Argentina, Áustria, Chile, China, Finlândia, Grécia, Guatemala, Indo-china (para certas Repartições distantes), Índia Britânica, Nicarágua, Noruega, República do Panamá, Polónia, o Salvador, Sião, Suécia, Turquia da Asia e Uruguai;

A sobretaxa de francos 0,75 concedida à Turquia da Ásia pode ser elevada a 2 francos para as encomendas destinadas às Repartições distantes dos caminhos de ferro e das costas e cujo transporte é feito pelos correios terrestres;

1 franco para o Egipto (pelo que diz respeito às Repartições do Sudão) e para as partes europeia e asiática da União das Repúblicas Sovietistas Socialistas, consideradas cada parte separadamente;

Franco 1,25 para o Brasil, o Equador, o Peru, os Estados Unidos de Venezuela e para as Repartições argentinas da Costa Sul, Terra do Fogo e ilhas adjacentes;

Franco 1,50 para as colónias neerlandesas;

A Bolívia tem a faculdade de aplicar provisòriamente as três sobretaxas de: 3,00—7,00 e 14,00, respectivamente, para as encomendas de cada uma das três composições de pêso, originárias ou destinadas a todas as localidades, excepto La Paz e Oruro.

A República de Colômbia tem a faculdade de aplicar, a título provisório, as sobretaxas seguintes:

Franco 1,25 por cada encomenda destinada a portos do mar, e 1 franco por quilograma ou fracção do quilograma para as encomendas com destino a outras localidades.

A Etiópia tem a faculdade de aplicar, provisòriamente, as sobretaxas de 40 centimos, francos 1,25 e 1,70, respectivamente, para as encomendas de cada uma das três composições de pêso.

A colónia do Congo Belga, a Pérsia e as colónias portuguesas de Angola e de Moçambique ficam autorizadas a aplicar às encomendas postais, pelos percursos além das Repartições de permutação, uma sobretaxa que não poderá exceder a tarifa aplicada às encomendas postais, no seu serviço interno.

V

Sobretaxas especiais

1.— O transporte entre a França continental, por um lado, a Argélia e a Córsega por outro, dá lugar à co-

perception d'une surtaxe égale au droit applicable au transport maritime n'excédant pas 500 milles marins.

2.— L'Administration espagnole est autorisée à percevoir une surtaxe de 25 centimes pour le transport entre l'Espagne continentale, d'une part, les îles Baléares, les possessions espagnoles du Nord de l'Afrique et les bureaux de la zone espagnole du Maroc, d'autre part, et de 50 centimes pour le transport entre l'Espagne continentale et les îles Canaries.

3.— L'Administration portugaise a la faculté de percevoir une surtaxe de 1 fr. 50 par colis jusqu'à 5 kilogrammes pour le transport entre le Portugal continental et les îles Madère e Açôres.

4.— Le transport entre l'Indochine, d'une part, et le territoire de Kouang-Tchéou-Wan, d'autre part, donne lieu à la perception d'une surtaxe égale au droit applicable au transport maritime n'excédant pas 500 milles marins.

VI

Tarifs spéciaux

L'Inde britannique a la faculté d'appliquer, aux colis originaires de son pays à destination des autres pays, un tarif gradué correspondant à différentes catégories de poids, à la condition que la moyenne des taxes ne dépasse pas la taxe normale, y compris la surtaxe à laquelle elle aurait droit.

Cette dernière faculté est également accordée aux pays qui adhéreront à l'Arrangement dans l'intervalle jusqu'au prochain Congrès.

VII

Colis avec valeur déclarée

Par dérogation aux dispositions de l'article 33:

a) La Colonie du Congo belge est autorisée à limiter à 500 francs le maximum de la déclaration de valeur;

b) L'Office argentin est autorisé à percevoir un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis avec déclaration de valeur en provenance ou à destination des bureaux de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes;

c) Le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la charge de l'expéditeur, pour les colis de valeur déclarée, à un droit supplémentaire d'assurance de 10 centimes par 300 francs ou fraction;

d) L'Office indochinois est autorisé à percevoir un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis de valeur déclarée en provenance ou à destination des bureaux du Territoire de Kouang-Tchéou-Wan;

e) L'Administration des postes de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes est autorisée à percevoir sur l'expéditeur une taxe supplémentaire d'assurance de 15 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis avec déclaration de valeur à destination de la partie asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes.

Tout colis avec déclaration de valeur en provenance ou à destination de la Corse et de l'Algérie donne lieu, à la charge de l'expéditeur et à titre de droit territorial corse ou algérien, à une taxe supplémentaire d'assurance de 5 centimes par 300 francs ou fraction.

VIII

Dimensions et volume

La Grèce, la Tunisie et la Turquie d'Asie ont la faculté de ne pas admettre provisoirement les colis dont

brança duma sobretaxa igual ao direito de transporte marítimo não excedente a 500 milhas marítimas.

2.— É permitido à Administração espanhola cobrar uma taxa adicional de 25 centimos pelo transporte entre a Espanha continental, por um lado, e as Ilhas Baleares, as possessões espanholas do norte de África e as estações da zona espanhola de Marrocos, por outro lado, e de 50 centimos pelo transporte entre a Espanha continental e as Ilhas Canárias.

3.— É permitido à Administração portuguesa, cobrar uma taxa adicional de franco 1,50 por encomenda, até 5 quilogramas, pelo transporte entre Portugal continental e as Ilhas da Madeira e Açôres.

4.— O transporte entre a Indo-china, por um lado, e o território de Kouang-Tcheou-Wan, por outro lado, dá lugar à cobrança de uma taxa adicional igual ao direito de transporte marítimo aplicável, não excedente a 500 milhas marítimas.

VI

Tarifas especiais

A Índia britânica tem a faculdade de aplicar às encomendas originárias do seu país e com destino a outros países uma tarifa graduada correspondente às diferentes classes de pêso, com a condição de que a média das taxas não ultrapasse a taxa normal, compreendida a sobretaxa a que ela teria direito.

Esta última faculdade é igualmente concedida aos países que aderirem ao presente Acôrdo no intervalo até ao próximo Congresso.

VII

Encomendas com valor declarado

Por derogação das disposições do artigo 33:

a) A Colónia do Congo Belga é autorizada a limitar a 500 francos o máximo da declaração de valor;

b) A Administração Argentina é autorizada a cobrar uma taxa suplementar de 10 centimos por 300 francos ou fracção de 300 francos para as encomendas com declaração de valor procedentes ou com destino às Repartições da Costa do Sul, Terra do Fogo e ilhas adjacentes;

c) O transporte entre a França continental por um lado e a Argélia e a Córsega por outro lado dá lugar a ser cobrado do remetente de uma encomenda com valor declarado um prémio de seguro suplementar de 10 centimos por 300 francos ou fracção;

d) A Administração indo-chinesa é autorizada a cobrar um prémio suplementar de 10 centimos por 300 francos ou fracção de 300 francos pelas encomendas com valor declarado procedentes ou com destino às Repartições do Território de Kouang-Tchéou-Wan;

e) A Administração dos correios da União das Repúblicas Sovietistas Socialistas é autorizada a cobrar do remetente um prémio suplementar de seguro de 15 centimos por 300 francos ou fracção de 300 francos pelas encomendas com valor declarado destinadas à parte asiática da União das Repúblicas Sovietistas Socialistas.

Toda a encomenda com valor declarado procedente ou com destino à Córsega e à Argélia dá lugar a ser cobrado do remetente um prémio suplementar de seguro de 5 centimos por 300 francos ou fracção, a título de direito territorial córsego ou argeliano.

VIII

Dimensões e volume

A Grécia, a Tunísia e a Turquia têm a faculdade de não admitir provisòriamente encomendas cujas dimensões

les dimensions ou le volume excéderaient le maximum autorisé pour les services maritimes dans le Règlement.

IX

Exceptions aux dispositions concernant la perception du droit de remboursement et l'établissement des décomptes

Par mesure transitoire, dans les relations avec les pays où le service des colis postaux n'est pas exécuté par l'Administration des postes, la perception du droit de remboursement et l'établissement des décomptes pourront être soumis aux dispositions de la Convention de Madrid concernant le service des colis postaux.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk.
K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'Enne Linne.

ou volume excederem os máximos estabelecidos para os serviços marítimos no Regulamento.

IX

Excepções às disposições relativas à cobrança da taxa de embôlso e à organização das contas

Como disposição transitória, nas relações com os países onde o serviço de encomendas postais não é executado pelas Administrações dos correios, a cobrança da taxa de embôlso e a organização das contas poderão ser submetidas às disposições da Convenção de Madrid, relativa ao serviço de encomendas postais.

Em firmeza do que os Plenipotenciários abaixo designados assinaram o presente Protocolo, que terá tanta fôrça e validade como se as disposições nêle contidas estivessem insertas no texto do Acôrdo a que êle se refere, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Govêrno da Suécia e do qual será remetida uma cópia a cada uma das Partes.

Feito em Estocolmo, no dia 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:

David Bjurstrom.

Pela Alemanha:

W. Schenk.
K. Orth.

Pela República Argentina:

M. Rodriguez Ocampo.

Pela Áustria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Colónia do Congo Belga:

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia H.

Pelo Brasil:

A. de Almeida Brandão.
J. Henrique Aderne.

Pela Bulgária:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Chili:

César Léon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
Cesar Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias.
Ginestou.

Pela República de Colômbia:

Luis Serrano Blanco.

Pela República de Costa Rica:

V. Anderron.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pela República Dominicana:

C. G. F. Hagström.

Pelo Egito:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pelo Equador:

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas Colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:

Edward Wirgo.

Pela Etiópia:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pela Finlândia:

G. E. F. Albrecht.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pelas Colónias e Protectorados franceses da Indochina:

André Touzet.

Pelo conjunto das outras Colónias francesas:

G. Pillias.
Ginestou.

Pour la Grèce:
Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:
Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:
Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Islande:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:
S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:
S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:
K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:
Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:
Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:
I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:
Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):
F. Gentil.
Walter.

Pela Grécia:
Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Guatemala:

Pela República da Haiti:
Carl Schlyter.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Índia Britânica:
Geoffrey Clarke.
Hemanta Kumar Raha.

Pela Islândia:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:
S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:
S. Komori.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras Dependências japonesas:
K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:
Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República de Libéria:
Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pela Lituânia:
I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pelo Luxemburgo:
Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da Zona espanhola):
F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz.
Cesar Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. van Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises.

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Por Marrocos (Zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Nicaragua:

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pela República do Panamá:

José D. Morales Dias.
Cesar Carvallo.

Pelo Paraguai:

Gunnar Langborg.

Pelos Países Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias neerlandesas:

I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelas Colónias neerlandesas na América:

I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelo Perú:

Emil Hector.

Pela Pérsia:

Fahimed Dowleh.
E. Pire.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henriques Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas de África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Asia e da Oceania:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Romania:

George Lecca.

Pela República de S. Marino:

Percival Kalling.

Por o Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Pelo Território de Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pelo Reino de Sião:

Phia Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pela União das Repúblicas Sovietistas Socialistas:

Pelo Uruguai:

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les mandats de poste

TABLE DES MATIÈRES

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

Art 1. — Conditions de l'échange des mandats.

CHAPITRE II

Emission des mandats

Art. 2. — Versement. Récépissé.
Art. 3. — Enoncé du montant. Taux de conversion.
Art. 4. — Montant maximum à l'émission.
Art. 5. — Taxes.
Art. 6. — Franchise de taxe.
Art. 7. — Mandats télégraphiques.
Art. 8. — Avis de payement.
Art. 9. — Demande de remise par exprès.

CHAPITRE III

Payement des mandats

Art. 10. — Payement.
Art. 11. — Montant maximum au payement.
Art. 12. — Inscription en compte courant postal.
Art. 13. — Droit de factage.
Art. 14. — Mandats adressés poste restante.
Art. 15. — Distribution par exprès. Remise des mandats télégraphiques.
Art. 16. — Durée de validité des mandats.
Art. 17. — Endossement des mandats.

CHAPITRE IV

Retrait. Modification d'adresse. Réexpédition. Rebuts. Réclamations

Art. 18. — Retrait des mandats. Modification d'adresse.
Art. 19. — Réexpédition des mandats.
Art. 20. — Mandats tombés en rebut.
Art. 21. — Réclamations.

CHAPITRE V

Responsabilité

Art. 22. — Etendue de la responsabilité.
Art. 23. — Payement des sommes réclamées.
Art. 24. — Délai de payement.
Art. 25. — Remboursement à l'Office d'origine des sommes déboursées.

CHAPITRE VI

Comptabilité. Mandats prescrits

Art. 26. — Attribution des taxes.
Art. 27. — Décompte.
Art. 28. — Liquidation.
Art. 29. — Mandats prescrits.

CHAPITRE VII

Dispositions diverses

Art. 30. — Bureaux participant à l'échange.
Art. 31. — Participation d'autres Administrations.
Art. 32. — Application des dispositions d'ordre général de la Convention.
Art. 33. — Interdiction de droits fiscaux ou autres.
Art. 34. — Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales

Art. 35. — Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo ao serviço de vales do correio

INDICE

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 1. — Condições de permuta de vales.

CAPÍTULO II

Emissão de vales

Art. 2. — Entrega das quantias. Recibo.
Art. 3. — Indicação da importância — Taxa de conversão.
Art. 4. — Importância máxima de emissão.
Art. 5. — Prémios.
Art. 6. — Isenção de prémios.
Art. 7. — Vales telegráficos.
Art. 8. — Aviso de pagamento.
Art. 9. — Pedido de entrega por próprio.

CAPÍTULO III

Pagamento dos vales

Art. 10. — Pagamento.
Art. 11. — Importância máxima de pagamento.
Art. 12. — Inscrição em conta corrente.
Art. 13. — Taxa pelo pagamento no domicílio.
Art. 14. — Vales destinados à posta restante.
Art. 15. — Distribuïção por próprio — Entrega de vales telegráficos.
Art. 16. — Período de validade dos vales.
Art. 17. — Endôsso.

CAPÍTULO IV

Retirada do serviço — Alteração de enderêço — Reexpedição — Refugo — Reclamações

Art. 18. — Retirada do serviço — Alteração de enderêço.
Art. 19. — Reexpedição.
Art. 20. — Refugo.
Art. 21. — Reclamações.

CAPÍTULO V

Responsabilidade

Art. 22. — Período de responsabilidade.
Art. 23. — Pagamento das importâncias reclamadas.
Art. 24. — Prazo de pagamento.
Art. 25. — Reembôlso à repartição de procedência das importâncias pagas.

CAPÍTULO VI

Contabilidade — Vales prescritos

Art. 26. — Atribuïção de taxas.
Art. 27. — Conta.
Art. 28. — Liquidação.
Art. 29. — Vales prescritos.

CAPÍTULO VII

Disposições diversas

Art. 30. — Estações que tomam parte no serviço de vales.
Art. 31. — Admissão de administrações estranhas ao correio.
Art. 32. — Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção.
Art. 33. — Proïbição de taxas fiscais ou outras.
Art. 34. — Aprovação das propostas apresentadas no intervalo das reuniões.

Disposições finais

Art. 35. — Entrada do Acôrdo em execução e sua duração.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les mandats de poste conclu entre

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Bolivie, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville libre de Dantzig, l'Egypte, l'Espagne, les Colonies espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies françaises, la Grèce, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances japonaises, la Lettonie, la République de Liberia, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), le Maroc (Zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

ARTICLE 1

Conditions de l'échange des mandats

L'échange des mandats de poste, entre ceux des Pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

CHAPITRE II

Emission des mandats

ARTICLE 2

Versement. Récépissé

Le montant des mandats doit être versé en numéraire par les déposants, mais chaque Administration a la faculté de recevoir tout papier-monnaie ayant cours légal dans son pays, sous réserve de tenir compte, le cas échéant, de la différence de cours.

Un récépissé doit être délivré au déposant.

ARTICLE 3

Enoncé du montant. Taux de conversion

1.—Sauf arrangement contraire, le montant de chaque mandat est exprimé dans la monnaie du pays où le paiement doit avoir lieu.

2.—L'Office du pays d'origine détermine lui-même le taux de conversion de sa monnaie en monnaie du pays de destination. Il détermine également le cours à payer par l'expéditeur, lorsque le pays d'origine et le pays de destination ont le même système monétaire.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo ao serviço de vales de correio celebrado entre os seguintes países

Albânia, Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Bulgária, Chili, China, República da Colômbia, República de Cuba, Dinamarca, Cidade livre de Dantzig, Egito, Espanha, Colónias espanholas, Estónia, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e Protectorados francoses, Indo-China, conjunto das outras colónias francesas, Grécia, República de Honduras, Hungria, Islândia, Itália, conjunto das Colónias italianas, Japão, Chosen, conjunto das outras Dependências japonesas, Letónia, República da Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com excepção da Zona espanhola), Marrocos (Zona espanhola), Nicarágua, Noruega, República do Panamá, Paraguai, Países Baixos, Indias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Peru, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Reino de Sião, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, União das Repúblicas Sovietistas Socialistas, Uruguai e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Países acima indicados, visto o artigo 3 da Convenção, estipularam, de comum acôrdo e sob reserva de ratificação, as disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

ARTIGO 1

Condições de permuta de vales

A permutação de vales do correio entre aqueles dos países aderentes cujas Administrações concordem em estabelecer êste serviço obedece às disposições do presente Acôrdo.

CAPÍTULO II

Emissão de vales

ARTIGO 2

Entrega das quantias. Recibo

A importância dos vales deve ser entregue em numerário pelos tomadores, mas cada Administração tem a faculdade de receber qualquer papel moeda que tiver curso legal no seu país, com a condição de atender à diferença de câmbio, quando a houver.

Ao tomador deve ser entregue um recibo.

ARTIGO 3

Indicação da importância. Taxa de conversão

1.—Salvo acôrdo em contrário, a importância de cada vale é expressa em moeda do país em que deve ser feito o pagamento.

2.—A Administração do país de procedência determina, se preciso fôr, a taxa de conversão da sua moeda em moeda do país destinatário. Determina igualmente o valor corrente da moeda que tem de ser paga pelo tomador quando aquele país e o de destino tiverem o mesmo sistema monetário.

ARTICLE 4

Montant maximum à l'émission

Chaque Administration a la faculté de fixer le maximum des mandats qu'elle émet, à condition que ce maximum n'excède pas 1.000 francs.

Toutefois, les mandats relatifs au service postal émis en franchise de taxe par application des dispositions de l'article 6 peuvent dépasser le maximum fixé par chaque Administration.

ARTICLE 5

Taxes

1.— La taxe à payer par l'expéditeur pour chaque mandat se compose d'un droit fixe qui ne peut dépasser 30 centimes par mandat et, en outre, d'un droit proportionnel de ½ % sur la somme versée.

Chaque Administration a la faculté d'adopter pour la perception du droit proportionnel l'échelle qui conviendra le mieux à ses convenances monétaires.

2.— Les mandats échangés, par l'intermédiaire d'un des pays participant à l'Arrangement, entre un autre de ces pays et un pays non participant, peuvent être soumis par l'Office intermédiaire à un droit supplémentaire prélevé sur le montant du titre.

ARTICLE 6

Franchise de taxe

Sont exempts de toute taxe les mandats relatifs au service postal et échangés entre les Administrations des postes ou entre les bureaux relevant de ces Administrations, ainsi que les mandats des Administrations des postes destinés au Bureau international et réciproquement.

Il en est de même des mandats adressés aux prisonniers de guerre et aux belligérants internés ou expédiés par eux, ainsi que des titres échangés entre les bureaux de renseignements établis pour ces prisonniers ou internés dans les pays belligérants ou dans les pays neutres.

ARTICLE 7

Mandats télégraphiques

1.— Les mandats peuvent être transmis par le télégraphe, dans les relations entre les Offices dont les pays sont reliés par un télégraphe d'Etat ou qui consentent à employer à cet effet la télégraphie privée; ils sont qualifiés, en ce cas, de mandats télégraphiques.

2.— Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, de la réponse payée, du collationnement et de l'accusé de réception, ainsi qu'aux formalités de la transmission par la poste ou de la remise par exprès, si le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination. Si le mandat est destiné à une localité située en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau télégraphique d'arrivée, l'expéditeur doit indiquer le mode de transport à employer (poste ou exprès).

3.— L'expéditeur d'un mandat télégraphique peut ajouter au texte du mandat des communications pour le destinataire, pourvu qu'il en paye le montant d'après le tarif.

4.— L'expéditeur d'un mandat télégraphique doit payer la taxe ordinaire des mandats et la taxe du télégramme.

ARTIGO 4

Importância máxima

Cada Administração tem a faculdade de fixar a importância máxima dos vales que emitir, com a condição de que esta importância não exceda a 1:000 francos.

Contudo, os vales relativos ao serviço do correio emitidos, isentos de prémio para a aplicação das disposições do artigo 6, podem ultrapassar a importância máxima fixada por cada Administração.

ARTIGO 5

Prémios

1.— O prémio que o tomador tem a pagar por cada vale do correio compõe-se dum direito fixo, que não pode ultrapassar 30 centimos por vale, e de mais um direito proporcional de ½ por cento sôbre a importância depositada.

Cada Administração tem a faculdade de adoptar para a cobrança do direito proporcional a escala que melhor se adaptar às suas conveniências monetárias.

2.— Os vales permutados por intermédio de um dos países aderentes, entre um dêsses países e um país não aderente, podem ficar sujeitos pela Administração intermediária a um direito suplementar deduzido da respectiva importância.

ARTIGO 6

Isenção de prémio

São isentos de qualquer prémio os vales relativos ao serviço do correio, permutados entre as Administrações postais ou entre as repartições delas dependentes, assim como os vales das Administrações postais destinados à Secretaria Internacional da União Postal Universal e recìprocamente.

São igualmente isentos de qualquer prémio os vales endereçados aos prisioneiros de guerra e aos beligerantes internados, ou expedidos por êles, assim como as importâncias permutadas entre as repartições de informações estabelecidas por estes prisioneiros ou internados nos países beligerantes ou nos países neutros.

ARTIGO 7

Vales telegráficos

1.— Os vales podem ser transmitidos pelo telégrafo entre as Administrações cujos países se acharem ligados pela telegrafia do Estado, ou que permitirem para êsse fim o emprêgo da telegrafia particular, sendo, em tal caso, os aludidos vales qualificados de vales telegráficos.

2.— Os vales telegráficos, à semelhança do que acontece com os tolegramas ordinários e nas mesmas condições dêstes, podem ser *urgentes*, *com resposta paga*, *com aviso de recepção*, *conferidos*, assim como *transmitidos pelo correio* ou *entregues por próprio*, quando o domicílio do destinatário se achar fora da área da distribuïção gratuita da estação destinatária. Se o vale fôr destinado a uma localidade situada fora da área da distribuïção gratuita da estação telegráfica de destino, o expedidor deve indicar o modo por que deverá ser feito o transporte (correio ou distribuïção por próprio).

3.— O tomador de um vale telegráfico pode acrescentar ao texto do vale quaisquer comunicações para o destinatário, sempre que pague a taxa telegráfica a que essas comunicações derem lugar.

4.— O tomador de um vale telegráfico tem a pagar o prémio ordinário dos vales e a taxa do telegrama.

ARTICLE 8

Avis de payement

L'expéditeur d'un mandat ordinaire ou télégraphique peut, aux conditions déterminées par l'article 49 de la Convention pour les avis de réception des objets de correspondance et dans le délai fixé à l'article 21, § 2, du présent Arrangement, obtenir par la voie postale exclusivement un avis de payement de ce mandat.

ARTICLE 9

Demande de remise par exprès

L'expéditeur d'un mandat ordinaire peut demander la remise des fonds à domicile, par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée du mandat, aux conditions fixées pour les correspondances par l'article 40 de la Convention.

CHAPITRE III

Payement des mandats

ARTICLE 10

Payement

Le montant des mandats doit être payé aux bénéficiaires, soit en numéraire, soit en papier-monnaie, conformément aux dispositions de l'article 2.

ARTIGLE 11

Montant maximum au payement

Sauf arrangement contraire, le maximum des mandats payables dans un pays est le même que celui qui a été adopté par ce pays pour l'émission.

Lorsqu'un même expéditeur a fait émettre, le même jour, dans un même localité, au profit du même bénéficiaire, plusieurs mandats dont le montant total excède le maximum adopté par le pays de destination, le bureau destinataire est autorisé à échelonner le payement des titres de telle façon que la somme payée au bénéficiaire, dans une même journée, n'excède pas ce maximum.

ARTICLE 12

Inscription en compte courant postal

Chaque Administration peut se charger de verser en compte courant postal le montant des mandats, suivant les règles en vigueur dans son service des chèques postaux. Dans ce cas, les mandats sont considérés comme valablement payés.

ARTICLE 13

Droit de factage

Il peut être perçu sur le destinataire d'un mandat un droit de factage, lorsque le payement a lieu à domicile.

ARTICLE 14

Mandats adressés poste restante

Lorsqu'un mandat est adressé poste restante, la taxe spéciale prévue par l'article 39 de la Convention peut être perçue sur le destinataire. Cette taxe ne suit pas le mandat en cas de réexpédition ou de mise en rebut.

ARTICLE 15

Distribution par exprès. Remise des mandats télégraphiques

1. — Lorsque l'expéditeur d'un mandat ordinaire a demandé la remise des fonds à domicile par porteur

ARTIGO 8

Aviso de pagamento

O tomador de um vale do correio ou telegráfico pode, nas condições determinadas no artigo 49 da Convenção, para os avisos de recepção dos objectos de correspondência e no praso fixado no artigo 21, § 2, do presente Acôrdo, obter exclusivamente, pela via postal, um aviso do seu pagamento.

ARTIGO 9

Pedido de entrega por próprio

O tomador de um vale do correio pode reclamar o seu pagamento, por um próprio, no domicílio do destinatário logo depois da chegada do mesmo vale, nas condições determinadas para as correspondências no artigo 40 da Convenção.

CAPÍTULO III

Pagamento de vales

ARTIGO 10

Pagamento

A importância dos vales deve ser paga aos destinatários, tanto em numerário como em papel moeda, de conformidade com as disposições do artigo 2.

ARTIGO 11

Importância máxima de pagamento

Salvo acôrdo em contrário, a importância máxima dos vales a pagar num determinado país é a mesma que tiver sido adoptada por êsse país para a emissão.

Quando o mesmo expedidor fizer emitir no mesmo dia, na mesma localidade, e para o mesmo destinatário diversos vales cuja importância total exceda a importância máxima adoptada pelo país de destino, a repartição destinatária é autorizada a efectuar o pagamento dos títulos, de forma que a quantia paga ao destinatário no mesmo dia não exceda essa importância.

ARTIGO 12

Inscrição em conta corrente

Cada Administração pode encarregar-se de depositar na conta corrente postal a importância dos vales, segundo as regras em vigor no seu serviço de transferências postais. Neste caso os vales são considerados legalmente pagos.

ARTIGO 13

Taxa pelo pagamento no domicílio

É permitido receber-se do destinatário de um vale do correio uma taxa pelo pagamento no domicílio quando o pagamento ali tenha lugar.

ARTIGO 14

Vales destinados à posta restante

Quando um vale fôr destinado à posta restante a taxa especial prevista no artigo 39 da Convenção poderá ser cobrada do destinatário. Esta taxa não acompanhará o vale no caso de reexpedição ou entrega em refugo.

ARTIGO 15

Distribuição por próprio. Entrega de vales telegráficos

1. — Quando o tomador de um vale do correio tenha reclamado a entrega da respectiva importância por pró-

spécial, l'Office de destination a la faculté de faire remettre par exprès, au lieu des fonds, un avis d'arrivée du mandat ou le titre lui-même, pour autant que ses règlements intérieurs le comportent.

2. — Le bénéficiaire d'un mandat télégraphique doit être avisé immédiatement et sans frais de l'arrivé du mandat; toutefois, si son domicile se trouve en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau de destination et que l'expéditeur n'a pas payé les frais de remise par exprès de l'avis, ceux-ci peuvent être perçus sur le bénéficiaire.

Lorsque, au lieu de l'avis, l'Office de destination remet les fonds à domicile, il lui est loisible de percevoir, de ce chef, une taxe spéciale en tenant compte, le cas échéant, des frais d'exprès qui ont été payés par l'expéditeur.

ARTICLE 16

Durée de validité des mandats

1. — Les mandats sont valables jusqu'à l'expiration du premier mois qui suit celui de leur émission. Ce délai est majoré de quatre mois dans les relations avec les pays hors d'Europe ou de ces pays entre eux, sauf arrangement contraire. Passé ce terme, les mandats ne peuvent plus être payés que sur un visa pour date donné par l'Office qui les a émis et à la requête de l'Office de destination.

2. — Le visa pour date donne au mandat une nouvelle durée de validité égale à celle prévue au § 1 du présent article.

3. — Dans le cas où l'expiration du délai de validité n'est pas due à une faute de la poste, il peut être perçu pour le visa pour date un droit égal à celui auquel donne lieu la réclamation d'un objet de correspondance.

ARTICLE 17

Endossement des mandats

Est réservé à chaque Pays le droit de déclarer transmissible par voie d'endossement, sur son territoire, la propriété des mandats provenant d'un autre Pays contractant.

CHAPITRE IV

Retrait — Modification d'adresse — Réexpedition — Rebuts — Réclamations

ARTICLE 18

Retrait des mandats — Modification d'adresse

L'expéditeur d'un mandat ordinaire ou télégraphique peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions déterminées pour les correspondances par l'article 45 de la Convention, aussi longtemps que le bénéficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre.

ARTICLE 19

Réexpédition des mandats

1. — En cas de changement de résidence du bénéficiaire, les mandats peuvent être réexpédiés sur un pays contractant, soit à la demande de l'expéditeur, soit à celle du destinataire.

2. — Lorsque la réexpédition des mandats ordinaires ou télégraphiques a lieu par voie postale et que le pays de la nouvelle destination entretien un échange de mandats, a Administração destinatária, quando os seus regulamentos internos assim o exigirem, tem a faculdade de mandar entregar por um próprio um aviso da chegada do vale ou o mesmo vale, em vez da respectiva importância.

2. — O destinatário de um vale telegráfico deve ser avisado imediata e gratuitamente da sua chegada; todavia, quando o seu domicílio se achar fora da área de distribuição gratuita da repartição destinatária, podem as despesas de entrega do aviso por próprio ser cobradas do destinatário se não tiverem sido pagas pelo remetente.

Quando, em lugar do aviso, a Administração do país de destino entregar os fundos no domicílio do destinatário, é-lhe facultado cobrar, por êste motivo, uma taxa especial, tendo em atenção as despesas de entrega por próprio que tiverem já sido pagas pelo remetente.

ARTIGO 16

Período de validade dos vales

1. — Os vales são válidos até o fim do primeiro mês seguinte em que foram emitidos. Êste prazo é elevado a quatro meses nas relações com os países fora da Europa ou nas relações dêsses países entre si, salvo acôrdo em contrário. Terminando êste prazo, os vales só podem ser pagos em vista duma declaração da Administração que os emitiu, requisitada pela Repartição destinatária.

2. — A declaração confere-lhe um novo prazo de validade igual ao previsto no § 1 do presente artigo.

3. — Quando o prazo de validade dum vale não tenha expirado por motivo de irregularidade do serviço é permitido cobrar pela declaração a que se refere o número anterior uma taxa igual à que der lugar a reclamação dum objecto de correspondência.

ARTIGO 17

Endôsso

Fica reservado a cada país o direito de declarar transmissível, por meio de endôsso, no seu território, a propriedade dos vales do correio proveniente dum outro país contratante.

CAPÍTULO IV

Retirada do serviço — Alteração de endereço Reexpedição — Refugos — Reclamações

ARTIGO 18

Retirada do serviço — Alteração do endereço

O tomador dum vale do correio ou telegráfico pode reclamar que êle seja retirado do serviço ou que lhe seja alterado o endereço nas condições determinadas para as correspondências no artigo 45 da Convenção, emquanto o vale não fôr entregue ou pago ao destinatário.

ARTIGO 19

Reexpedição

1. — No caso de mudança de residência do destinatário, os vales podem ser reexpedidos para qualquer país aderente, tanto a pedido do tomador como do destinatário.

2. — Quando a reexpedição de vales do correio ou telegráficos tenha lugar pela via postal e que o país de novo destino mantenha permuta de vales do correio nos

dats de poste, sur la base de l'Arrangement, avec le pays d'origine, il n'est perçu, de ce chef, aucun supplément de taxe. Si le pays de la nouvelle destination n'entretient pas d'échange avec le pays d'origine, la réexpédition est effectué au moyen d'un nouveau mandat dont la taxe est déduite du montant à transmettre.

3.— La réexpédition, par voie télégraphique, des mandats ordinaires ou télégraphiques est admise si le pays de la nouvelle destination entretien avec celui de la destination primitive un échange de mandats télégraphiques. En pareil cas, il est émis un mandat télégraphique pour la somme restant après déduction des frais postaux et télégraphiques afférents au nouveau parcours.

4.— Les mandats ordinaires ou télégraphiques originaires de pays ne participant pas à l'Arrangement, mais qui entretiennent un échange de mandats de poste avec un pays contractant, peuvent, si les arrangements spéciaux ne s'y opposent pas, être réexpédiés, par voie postale ou télégraphique de ce dernier Pays sur un tiers pays signataire de l'Arrangement. Cette réexpédition est effectuées au moyen d'un nouveau mandat dont la taxe est déduite du montant à transmettre.

Dans les mêmes conditions, les mandats ordinaires ou télégraphiques originaires de Pays contractants peuvent être réexpédiés sur un Pays ne participant pas à l'Arrangement.

ARTICLE 20

Mandats tombés en rebut

1.— Les mandats refusés, de même que ceux dont les bénéficiaires sont inconnus, partis sans laisser d'adresse ou partis pour des pays sur lesquels la réexpédition ne peut être effectuée, sont renvoyés immédiatement au bureau d'origine.

Les titres dont le paiement n'as pas été réclamé dans le délai de validité ordinaire sont renvoyés à l'Office d'origine par l'Administration qui en est dépositaire.

2.— Les mandats qui n'ont pu être payées aux destinataires pour une cause quelconque sont remboursés aux expéditeurs.

ARTICLE 21

Réclamations

1.— Il peut être perçu, pour la réclamation d'un mandat, un droit égal à celui auquel donne lieu la réclamation d'un objet de correspondance. Aucun droit n'est perçu, si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de paiement.

Le droit perçu pour la réclamation est restitué si le mandat n'a pas atteint son but par suite d'une faute de service et qu'il doive, pour cette raison, être remboursé à l'expéditeur.

2.— La réclamation concernant le paiement d'un mandat à une personne non autorisée n'est admise que dans le délai d'un an à partir du lendemain du dépôt des fonds.

CHAPITRE V

Responsabilité

ARTICLE 22

Etendue de la responsabilité

Les sommes versées pour être converties en mandats de poste sont, dans le délai de prescription, garanties aux déposants jusqu'au moment où les mandats ont été régulièrement payés.

La responsabilité incombe à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Office de paiement n'est pas en mesure d'établir

termos dêste Acôrdo com o país de origem não será recebida dêste país nenhuma taxa suplementar. Se o país de novo destino não mantiver permuta com o país de origem a reexpedição far-se há por intermédio dum vale cuja taxa será deduzida da importância a transmitir.

3.— A reexpedição, por via telegráfica, de vales do correio ou telegráficos será admitida se o país intermediário mantiver com o do primitivo destino permuta de vales telegráficos. Neste caso será emitido um vale telegráfico pela quantia restante depois de deduzidas as taxas postais e telegráficas referentes ao novo percurso.

4.— Os vales do correio ou telegráficos originários de um País não aderente ao presente Acôrdo mas que mantenha uma permuta de valos do correio com um País aderente, podem, se acordos especiais a isso se não opuserem, ser reexpedidos pela via postal ou telegráfica dêste último País para um terceiro País signatário do presente Acôrdo. Esta reexpedição será efectuada por intermédio de um novo vale cuja taxa será deduzida da quantia a transmitir.

Nas mesmas condições, os vale do correio ou telelegráficos procedentes de Países aderentes podem ser reexpedidos para qualquer País não aderente ao presente Acôrdo.

ARTIGO 20

Refugo

1.— Os vales recusados e aqueles cujos destinatários sejam desconhecidos, se tenham ausentado sem deixar novo endereço ou ainda ausentado para países para os quais não se possa efectuar a reexpedição, serão devolvidos imediatamente à estação expedidora.

Os vales cujo pagamento não tenha sido reclamado no prazo de validade serão devolvidos à estação expedidora pela Administração que os tiver recebido.

2.— Os vales que por qualquer motivo não possam ser pagos ao destinatário serão reembolsados aos tomadores.

ARTIGO 21

Reclamações

1.— Pela reclamação de um vale do correio é devido uma taxa igual à de uma reclamação de um objecto de correspondência. Não será devida taxa alguma se o tomador tiver anteriormente pago a taxa especial de aviso de pagamento.

A taxa recebida pela reclamação será restituída se o vale não tiver chegado ao seu destino por motivo de uma irregularidade de serviço e que êle deva por esta razão ser reembolsado ao tomador.

2.— A reclamação respeitante ao pagamento de um vale a qualquer pessoa não autorizada a recebê-lo só é admitida no prazo de um ano, a contar do dia seguinte ao da entrega das quantias.

CAPÍTULO V

Responsabilidade

ARTIGO 22

Período de responsabilidade

As quantias que se converterem em vales do correio são, durante o prazo da prescrição, garantidas aos tomadores até o momento em que forem regularmente pagas.

A responsabilidade pertence à Repartição de procedência, salvo o caso em que a Repartição de pagamento

que le paiement a eu lieu dans les conditions prescrites par ses règlements intérieurs.

Passé le délai d'un an prévu à l'article 21 pour les réclamations, les Administrations ne sont plus responsables des paiements sur faux acquits.

ARTICLE 23

Paiement des sommes réclamées

Lorsque le paiement d'un mandat est contesté, et pour autant que la responsabilité du service postal est engagée, l'obligation de désintéresser le réclamant incombe à l'Office de paiement, si les fonds sont à remettre au véritable bénéficiaire, et à l'Office d'origine, s'ils sont à rembourser à l'expéditeur.

L'Office qui a désintéressé le réclamant a le droit d'exercer son recours contre l'Office responsable du paiement irrégulier.

ARTICLE 24

Délai de paiement

1.— Le réclamant doit être désintéressé le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois à compter du lendemain du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

2.— L'Office d'origine est autorisé à desintéresser le réclamant pour le compte de l'Office de paiement qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à la réclamation; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le remboursement au delà du délai prévu au paragraphe précédent lorsque, malgré toute la diligence apportée par les Administrations à l'examen d'une affaire, ce délai n'a pas été suffisant pour permettre de déterminer les responsabilités.

ARTICLE 25

Remboursement à l'Office d'origine des sommes déboursées

L'Office de paiement pour le compte duquel le réclamant a été désintéressé par l'Office d'origine est tenu de rembourser à celui-ci le montant de ses débours dans un délai de trois mois après réception de la notification du paiement. Le remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur, soit encore, d'un commun accord, par inscription au crédit de ce pays dans le compte des mandats. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office d'origine est productive d'intérêts, à raison de sept pour cent l'an, à dater du jour de l'expiration dudit délai.

CHAPITRE VI

Comptabilité — Mandats prescrits

ARTICLE 26

Attribution des taxes

1.— L'Administration qui a délivré des mandats tient compte, à l'Administration qui les a acquittés, d'un droit d'un quart pour cent du montant total des mandats payés, abstraction faite des mandats émis en franchise de taxe.

2.— Le droit supplémentaire prélevé par un Office intermédiaire du chef d'un mandat échangé entre un pays

não possa provar que o pagamento tenha tido lugar nas condições previstas pelos seus regulamentos internos.

Expirado o prazo de um ano previsto no artigo 21 para as reclamações, as Administrações não são responsáveis por pagamentos contra falsos recibos.

ARTIGO 23

Pagamento das importâncias reclamadas

Quando o pagamento de um vale fôr contestado e a responsabilidade do serviço postal estiver empenhada, a obrigação de indemnizar o reclamante pertence à Administração de pagamento se as quantias tiverem de ser entregues ao verdadeiro destinatário, e à Administração expedidora se tiverem de ser reembolsadas ao tomador.

A Administração que tiver indemnizado o reclamante tem o direito de recurso contra a Administração responsável do pagamento irregular.

ARTIGO 24

Prazo de pagamento

1.— O reclamante deve ser indemnizado o mais depressa possível, e o mais tardar no prazo de seis meses, a contar do dia imediato ao da reclamação. Êste prazo é elevado a nove meses nas relações com os países do ultramar.

2.— A Administração expedidora é autorizada a indemnizar o reclamante por conta da Administração de pagamento que tenha deixado passar seis meses sem dar solução à reclamação regularmente apresentada; êste prazo é elevado a nove meses nas relações com os países do ultramar.

A Administração expedidora pode excepcionalmente prorrogar o prazo para o reembôlso previsto no parágrafo precedente, quando, apesar de todas as diligências empregadas pelas Administrações no exame do assunto, êste prazo não tenha sido suficiente para se poderem determinar as responsabilidades.

ARTIGO 25

Reembôlso à Administração de procedência das importâncias pagas

A Administração de pagamento por conta da qual o reclamante tenha sido indemnizado, é obrigada a reembolsar a Administração de procedência da importância dos seus débitos num prazo de três meses depois de recebida a notificação de pagamento. O reembôlso efectua-se sem encargos para a Administração credora quer por meio de vale do correio ou cheques, quer em valores com curso no país credor, ou ainda de comum acôrdo, por inscrição a crédito da citada Administração na conta de vales. Decorrido o prazo de três meses, a importância devida à Administração expedidora vence juros à razão de 7 por cento ao ano, a contar do dia da expiração do dito prazo.

CAPÍTULO VI

Contabilidade. Vales prescritos

ARTIGO 26

Atribuição de taxas

1.— A Administração que emitir vales é devedora à Administração que os pagar de um direito de 1/4 por cento sôbre a importância total dos vales pagos, com exclusão dos vales emitidos sem pagamento de prémio.

2.— O direito suplementar deduzido por uma Administração intermediária pela transmissão de um vale permu-

participant à l'Arrangement et un pays non participant (art. 5, § 2), représente la quote-part de ce dernier Pays.

3.— En cas de réexpédition d'un mandat, le pays de la nouvelle destination touche, quelle que soit la taxe effectivement perçue par l'Office d'origine, la quote-part de taxe qui lui serait dévolue si le mandat lui avait été primitivement adressé.

4.— La taxe perçue pour les avis de paiement ainsi que la taxe d'exprès sont acquises à l'Administration du pays d'origine.

ARTICLE 27

Décompte

Les Offices dressent mensuellement les comptes sur lesquels sont récapitulées toutes les sommes payées par leurs bureaux respectifs. Lorsque les mandats ont été payés dans des monnaies différentes, la créance la plus faible est, sauf arrangement contraire, convertie en la monnaie de la créance la plus forte, en prenant pour base de la conversion le cours moyen officiel du change dans le pays débiteur pendant la période à laquelle le compte se rapporte.

Les comptes sont soldés par l'Office débiteur dans le délai fixé par le Règlement.

ARTICLE 28

Liquidation

Sauf arrangement contraire, le paiement du solde a lieu dans la monnaie que le pays créancier aplique au paiement des mandats de poste.

En cas de non-paiement du solde d'un compte dans les délais fixés, le montant de ce solde est productif d'intérêts, à dater du jour de l'expiration desdits délais jusqu'au jour où le paiement a lieu.

Ces intérêts sont calculés à raison de 7 pour cent l'an.

ARTICLE 29

Mandats prescrits

Les sommes converties en mandats de poste dont le montant n'a pas été réclamé dans les délais de prescription sont définitivement acquises à l'Office d'origine.

CHAPITRE VII

Dispositions diverses

ARTICLE 30

Bureaux participant à l'échange

Les Administrations prennent les mesures nécessaires pour assurer, autant que possible, le paiement des mandats dans toutes les localités de leurs pays.

ARTICLE 31

Participation d'autres Administrations

Les pays dans lesquels le service des mandats relève d'Administrations autres que celles des postes peuvent participer à l'échange régi par les dispositions du présent Arrangement.

Il appartient à ces Administrations de s'entendre avec l'Administration des postes de leur pays pour assurer la complète exécution de toutes les clauses de l'Arrangement. Cette dernière Administration leur sert d'intermé-

tado entre um país aderente ao presente Acôrdo e outro não aderente (artigo 5, § 2), representa a cota parte dêste último país.

3.— No caso de reexpedição de um vale o país de novo destino percebe qualquer que seja a taxa cobrada efectivamente pela Administração expedidora, a cota parte do prémio que lhe pertenceria se o vale lho fôsse primitivamente dirigido.

4.— A taxa recebida pelo aviso de pagamento assim como a taxa de próprio ficam pertencendo à Administração do país expedidor.

ARTIGO 27

Conta

As Administrações formulam mensalmente as contas em que são recapituladas todas as quantias pagas pelas suas respectivas estações. Quando os vales forem pagos em moedas diferentes, o crédito menor, salvo acôrdo em contrário, converte-se na moeda do crédito maior, tomando por base da conversão o câmbio médio oficial do país devedor durante o período a que a conta se refere.

As contas são liquidadas pela Administração devedora no prazo fixado no Regulamento.

ARTIGO 28

Liquidação

Salvo acôrdo em contrário, o pagamento do saldo realiza-se na moeda que o país credor aplica ao pagamento dos vales do correio.

No caso de falta de pagamento do saldo duma conta nos prazos fixados, a importância dêsse saldo vence juros a contar do dia em que terminaram os ditos prazos até o dia em que se efectuar o pagamento.

Êsses juros são calculados à razão de 7 por cento ao ano.

ARTIGO 29

Vales prescritos

As importâncias convertidas em vales do correio que não tenham sido reclamadas nos prazos de prescrição são definitivamente entregues à Administração expedidora.

CAPÍTULO VII

Disposições diversas

ARTIGO 30

Estações que tomam parte no serviço de vales

As Administrações tomam as medidas necessárias para assegurarem, tanto quanto possível, o pagamento dos vales em todas as localidades dos seus países.

ARTIGO 31

Admissão de Administrações estranhas ao correio

Os países onde o serviço de vales depender doutras Administrações que não sejam as dos correios podem tomar parte na permutação estabelecida pelas disposições do presente Acôrdo.

Compete a estas Administrações entenderem-se com a Administração dos Correios dos seus países a fim de assegurarem a completa execução de todas as cláusulas do Acôrdo. Esta última Administração servir-lhes há de

diaire pour leurs relations avec les Administrations des autres Pays contractants et avec le Bureau international.

ARTICLE 32

Application des dispositions d'ordre général de la Convention

Les dispositions d'ordre général qui figurent aux titres I et II de la Convention sont applicables au présent Arrangement, à l'exception, toutefois, des dispositions faisant l'objet de l'article 7.

ARTICLE 33

Interdiction de droits fiscaux ou autres

Indépendamment de l'interdiction prévue par l'article 27 de la Convention, les mandats, les récépissés délivrés aux déposants, ainsi que les acquits donnés sur les mandats ne peuvent être soumis à un droit ou à une taxe quelconque.

Les mandats télégraphiques ne peuvent être grevés d'aucuns frais télégraphiques autres que ceux prévus par les règlements télégraphiques internationaux.

ARTICLE 34

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des articles 1 à 11, 13 à 18, 21, 26, 27, 28, 33, 34 et 35 de l'Arrangement, et 1, 2, 4, 10, 18 et 19 de sont Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de l'Arrangement autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent et des articles 3, 5, 6, 8, 11 et 12 du Règlement;

c) la majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles du Règlement ou de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et de son Règlement, hors le cas de dissentiment à soumetre à l'arbitrage.

Dispositions finales

ARTICLE 35

Mise à exécution et durée de l'Arrangement

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk.
K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

intermediária nas suas relações com as Administrações dos outros países aderentes e, bem assim, com a Secretaria internacional.

ARTIGO 32

Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção

As disposições de ordem geral que figuram nos títulos I e II da Convenção são aplicáveis ao presente Acôrdo, com excepção das disposições constantes do artigo 7.º

ARTIGO 33

Proibição de taxas fiscais ou outras

Independentemente da proïbição prevista no artigo 27 da Convenção, os vales, os recibos entregues aos tomadores, assim como os recibos dos destinatários passados nestes vales não podem estar sujeitos a prémio ou taxa alguma. Os vales telegráficos não podem ser onerados com outras despesas além das previstas nos regulamentos telegráficos internacionais.

ARTIGO 34

Aprovação das propostas apresentadas no intervalo das reüniões

Para que se tornem executivas as propostas apresentadas no intervalo das reüniões (artigos 18 e 19 da Convenção) devem reünir:

a) a unanimidade de votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições dos artigos 1 a 11, 13 a 18, 21, 26, 27, 28, 33, 34 e 35 do Acôrdo, e 1, 2, 4, 10, 18 e 19 do regulamento;

b) dois terços dos votos, se se tratar da modificação de quaisquer outras disposições do Acôrdo não mencionadas na alínea anterior e dos artigos 3, 5, 6, 8, 11 e 12 do regulamento;

c) a maioria absoluta, se se tratar da modificação de outros artigos do regulamento ou da interpretação das disposições do Acôrdo e seu regulamento, excepto o caso de divergência, que será submetido à arbitragem.

Disposições finais

ARTIGO 35

Entrada do Acôrdo em execução e sua duração

O presente Acôrdo terá começo de execução em 1 de Outubro de 1925 e ficará em vigor durante tempo indeterminado.

Em firmeza do que, os plenipotenciários dos Países acima mencionados assinaram o presente Acôrdo num exemplar que fica depositado nos arquivos do Govêrno da Suécia e de que será enviada uma cópia a cada Parte.

Feito em Estocolmo, aos 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:

David Bjurstrom.

Pela Alemanha:

W. Schenk.
K. Orth.

Pela República Argentina:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schochaert.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia II.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Columbie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pela Austria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gnnnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia II.

Pela Bulgária:

N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela China:

Tai Tch' Enne Linne.

Pela República da Colômbia:

Luis Serrano-Blanco.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pelo Egypto:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas Colonias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:

Edward Wirgo.

Pela Etiópia:

B. Marcos.
A. Bousson.

Pela Finlândia:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias.
Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthéroudahis.
J. Lachnidahis.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hungrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Mahino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Tahahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonnaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Higguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Algéria:

H. Treuillé.

Pelas Colónias e protectorados franceses da Indo-China:

André Touzet.

Pelo conjunto das outras Colónias francesas:

G. Pillias.
Ginestou.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Islândia:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Rtello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras Dependências japonesas:

H. Sugino.
H. Kawai.

Pela Letónia:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela República da Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pela Lituânia:

J. Jurkunas Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:
Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):
F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):
Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:
Klaus Helsing.
Oshar Homme.

Pour la République de Panamá:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Paraguay:
Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:
Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:
I. J. Milborn.
Pour M. W. F. Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:
I. J. Milborn.
Pour M. W. F. Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pour le Pérou:
Emil Hector.

Pour la Pologne:
Dr. Alfred Wysochi.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:
George Lecca.

Pour la République de St. Marin:
Percival Kalling.

Pelo Luxemburgo:
Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da Zona espanhola):
F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (Zona espanhola):
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Nicarágua:

Pela Noruega:
Klaus Helsing,
Oskar Homme.

Pela República de Panamá:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pelo Paraguay:
Gunnar Langbory.

Pelos Países Baixos:
Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias neerlandesas:
I. J. Milborn.
Por M. W. F. Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pelas Colónias neerlandesas na América:
I. J. Milborn.
Por M. W. F. Oosterbeek:
I. J. Milborn.

Pelo Perú:
Emil Hector.

Pela Polónia:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas de Africa:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceania:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela România:
George Lecca.

Pela República de S. Marino:
Percival Kalling.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragntin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpahitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmarh.
Gunnar Lager.
Thore Weunqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otohar Ruzicha.
Joseph Zábrodshy.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Beha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinshy.
V. Dovgolevshi.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luís Alejandro Aguilar.

Pelo território do Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino da Sérvia, Croatas e Slovenos:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pelo Reino do Sião:

Phya Sanpakitchch Preecha.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tchecoslováquia:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pela União das Repúblicas Soviéticas Socialistas:

V. Ossinsky.
V. Dovgolevski.
E. Hirschfeld.
E. Syrevitch.
Katiss.
V. Tchitchinadse.

Pelo Uruguai:

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les virements postaux

TABLES DES MATIERES

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

Art. 1. — Objet de l'Arrangement.

CHAPITRE II

Conditions d'admission et exécution des ordres de virements

Art. 2. — Enoncé du montant des virements. Taux de conversion.
Art. 3. — Montant maximum.
Art. 4. — Taxes.
Art. 5. — Franchise de taxe.
Art. 6. — Avis de virements.
Art. 7. — Echange des listes de virements.
Art. 8. — Bureaux d'échange.

CHAPITRE III

Annulation. Réclamations

Art. 9. — Annulation des ordres de virements.
Art. 10. — Réclamations.

CHAPITRE IV

Responsabilité

Art. 11. — Etendue de la responsabilité.
Art. 12. — Détermination de la responsabilité.
Art. 13. — Remboursement des sommes dues au réclamant.
Art. 14. — Remboursement à l'Administration créancière.

CHAPITRE V

Comptabilité

Art. 15. — Attribution des taxes.
Art. 16. — Décomptes des sommes virées. Etablissement des soldes et des intérêts.
Art. 17. — Payement des soldes. Intérêts moratoires.
Art. 18. — Compte général trimestriel.

CHAPITRE VI

Dispositions diverses

Art. 19. — Liste des titulaires de comptes.
Art. 20. — Application des dispositions d'ordre général de la Convention.
Art. 21. — Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales

Art. 22. — Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Protocole final

Article unique.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les virements postaux conclu entre

L'Albanie, L'Allemagne, l'Autriche, la Belgique, la Bolivie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville libre de Dantzig, l'Espagne, les Colonies espagnoles, la France, l'Algérie, la Grèce, la Hongrie, l'Italie, l'en-

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo ao serviço de transferências postais

INDICE

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 1 — Objecto do Acôrdo.

CAPÍTULO II

Condições de admissão e execução das ordens de transferências

Art. 2 — Indicação da importância das transferências. Taxa de conversão.
Art. 3 — Importância máxima.
Art. 4 — Taxas.
Art. 5 — Isenção de taxa.
Art. 6 — Avisos de transferências.
Art. 7 — Permutação das listas de transferência.
Art. 8 — Repartições de permutação.

CAPÍTULO III

Anulação — Reclamações

Art. 9 — Anulação das ordens de transferência.
Art. 10 — Reclamações.

CAPÍTULO IV

Responsabilidade

Art. 11 — Limite da responsabilidade.
Art. 12 — Determinação da responsabilidade.
Art. 13 — Reembôlso das importâncias devidas ao reclamante.
Art. 14 — Reembôlso à Administração credora.

CAPÍTULO V

Contabilidade

Art. 15 — Arrecadação das taxas.
Art. 16 — Contas das importâncias transferidas. — Estabelecimento dos saldos e dos juros.
Art. 17 — Pagamento dos saldos. — Juros moratórios.
Art. 18 — Conta geral trimestral.

CAPÍTULO VI

Disposições diversas

Art. 19 — Lista dos titulares das contas.
Art. 20 — Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção.
Art. 21 — Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões.

Disposições finais

Art. 22 — Entrada em execução e duração do Acôrdo.

Protocolo final

Artigo único.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo ao serviço de transferências postais celebrado entre os seguintes países

Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bolívia, República de Cuba, Dinamarca, Cidade livre de Dantzig, Espanha, Colónias espanholas, França, Argélia, Grécia, Hungria, Itália, conjunto das Colónias italianas, Japão,

semble des Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances japonaises, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), le Maroc (Zone espagnole), les Pays-Bas, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, les Colonies portugaises de l'Asie e de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume de Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, et les États-Unis de Vénézuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

ARTICLE 1

Objet de l'Arrangement

Tout titulaire d'un compte courant postal dans l'un des Pays contractants peut ordonner des virements de son compte à un compte courant postal tenu dans un autre de ces Pays.

CHAPITRE II

Conditions d'admission et exécutions des ordres de virements

ARTICLE 2

Énoncé du montant des virements. Taux de conversion

Le titulaire de compte peut indiquer le montant du virement en monnaie du pays de destination, ou du pays d'origine. L'Office de ce dernier pays détermine lui-même le taux de conversion de sa monnaie en monnaie du pays de destination.

ARTICLE 3

Montant maximum

Chaque Administration a la faculter de limiter le montant maximum des virements qu'un titulaire peut ordonner, soit dans une journée, soit au cours d'une période déterminée.

ARTICLE 4

Taxes

1.— La taxe d'un virement ne doit pas dépasser un pour mille de la somme virée, chaque Office ayant d'ailleurs la faculté d'arrondir les fractions selon les convenances de son sistème monétaire. Cette taxe peut comporter un minimum de perception, sans que ce minimum puisse excéder 20 centimes.

2.— L'inscription d'un virement au crédit d'un compte courant postal ne doit pas être soumise à une taxe supérieure à celle qui serait éventuellement perçue pour une même opération dans le service intérieur.

ARTICLE 5

Franchise de taxe

Sont exempts do toute taxe, les virements d'office relatifs au service qui sont échangés entre les Administrations ou entre leurs bureaux.

Chosen, conjunto das outras Dependências japonesas, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona espanhola), Marrocos (Zona espanhola), Países Baixos, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas de Africa, Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia, Romênia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia e os Estados Unidos da Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos países acima designados, visto o artigo 3 da Convenção, estipularam, de comum acôrdo e sob reserva de ratificação, o seguinte Acôrdo:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

ARTIGO 1

Objecto do acôrdo

Qualquer titular de uma conta corrente postal pode, em qualquer dos países contratantes, ordenar transferências da sua conta para uma outra conta corrente postal que tenha em outro dêstes países.

CAPÍTULO II

Condições de admissão e execução das ordens de transferências

ARTIGO 2

Indicação da importância das transferências. Taxas de conversão

O titular da conta pode indicar a importância da transferência em moéda do país destinatário ou na do país de procedência. A Administração dêste último país determina a taxa de conversão da sua moeda em moeda do país destinatário.

ARTIGO 3

Importância máxima

Cada Administração tem a faculdade de limitar a importância máxima das transferências que cada titular pode ordenar, quer num só dia, quer no decurso de um determinado período.

ARTIGO 4

Taxas

1.— A taxa de uma transferência não deve exceder um por mil da importância transferida, tendo, por outro lado, cada Administração a faculdade de arredondar as fracções segundo as conveniências do seu sistema monetário. A referida taxa pode permitir um mínimo de cobrança que não deve exceder vinte centimos.

2.— Pelo lançamento de uma transferência no crédito de uma conta corrente postal, não deve exigir-se uma taxa superior à que se cobrar eventualmente por uma operação idêntica no serviço interno.

ARTIGO 5

Isenção de taxa

Exceptuam-se do pagamento de qualquer taxa as transferências oficiais relativas ao serviço que sejam permutadas entre as Administrações ou entre as suas repartições.

Il en est de même des plis revêtus de la mention «Extrait de compte de chèque postal» adressés par les bureaux de chèques postaux à leurs titulaires de comptes résidant dans tout pays de l'Union.

ARTICLE 6

Avis de virements

1.— Le titulaire de compte doit joindre un avis à tout ordre de virement.

Le verso de cet avis peut être utilisé pour des communications particulières destinées au bénéficiaire. Chaque Office a la faculté de percevoir, de ce chef, une taxe sur le titulaire du compte débité, à condition que cette taxe existe dans son service intérieur.

2.— Les avis de virements sont remis, sans frais, aux bénéficiaires.

ARTICLE 7

Échange des listes de virements

Les Administrations se communiquent les virements au moyen de listes une fois par jour ouvrable. Toutefois, elles peuvent s'entendre en vue de grouper dans une même liste les totaux de plusieurs journées.

Les avis de virements destinés aux titulaires de comptes à créditer sont joints aux listes.

Sauf arrangement contraire, le montant des virements est exprimé en monnaie du pays de destination sur les listes et sur les avis de virements.

ARTICLE 8

Bureaux d'échange

Les Administrations se notifient réciproquement les noms des bureaux de chèques qu'elles ont désignés pour l'échange des listes de virements.

CHAPITRE III

Annulation. Réclamations

ARTICLE 9

Annulation des ordres de virements

Les ordres de virements peuvent être annulés par le titulaire du compte débité tant que l'inscription au crédit du compte bénéficiaire n'a pas été effectuée.

Les demandes d'annulation sont admises dans les conditions fixées par chaque Administration dans son service intérieur; elles doivent être adressées par le titulaire de compte à l'Office auquel il a donné l'ordre de virement.

ARTICLE 10

Réclamations

1.— La réclamation concernant l'exécution d'un ordre de virement doit être adressée par le titulaire du compte débité à l'Administration à laquelle il a donné l'ordre, sauf le cas où il a autorisé le bénéficiaire s'entendre avec l'Administration qui tient le compte de celui-ci.

2.— Il peut être perçu pour la réclamation concernant un ordre de virement un droit égal à celui auquel donne lieu la réclamation d'un objet de correspondance.

Ce droit est restitué si l'ordre de virement n'a pas été exécuté par suite d'une faute de service.

3.— La réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à compter du lendemain du jour où l'ordre de virement a été donné.

São igualmente isentos de pagamento de qualquer taxa os sobrescritos que tenham a indicação *Extrait de compte de cheque postal*, expedidos pelas repartições de cheques postais aos seus titulares de contas residentes em qualquer país da União.

ARTIGO 6

Avisos de transferência

1.— O titular de conta deve juntar a qualquer ordem de transferência um aviso.

O verso dêste aviso pode ser utilizado para comunicações particulares destinadas ao beneficiário.

Cada Administração tem a faculdade de cobrar, por êste serviço, do titular da conta debitada uma taxa, com a condição de tal taxa existir no seu serviço interno.

2.— Os avisos de transferência são sempre enviados aos beneficiários isentos de franquia,

ARTIGO 7

Permutação das listas de transferências

As Administrações comunicam reciprocamente as transferências, todos os dias úteis, por meio de listas. Podem, todavia, as referidas Administrações combinar em reünir numa mesma lista os totais de muitos dias.

Os avisos de transferência destinados aos titulares das contas a creditar são juntas às listas. Salvo acôrdo em contrário, a importância das transferências é expressa nas listas e nos avisos de transferência na moeda do país de destino.

ARTIGO 8

Repartições de permutação

As Administrações comunicam reciprocamente os nomes das repartições que designarem para a permutação das listas de transferências.

CAPÍTULO III

Anulações — Reclamações

ARTIGO 9

Anulação das ordens de transferência

As ordens de transferência podem ser anuladas pelo titular da conta debitada enquanto não tiver sido efectuado o lançamento no crédito da conta do beneficiário.

Os pedidos de anulação são aceitos nas condições determinadas por cada Administração no seu serviço interno; os referidos pedidos devem ser feitos pelo titular da conta à Administração a quem deu a ordem de transferência.

ARTIGO 10

Reclamações

1.— A reclamação relativa à execução de uma ordem de transferência deve ser feita pelo titular da conta debitada à Administração à qual deu ordem, salvo o caso em que êle tenha autorizado o beneficiário a entender-se com a Administração encarregada da conta dêste último.

2.— É permitido cobrar-se pela reclamação relativa a uma ordem de transferência um prémio igual àquele que dá lugar a reclamação de um objecto de correspondência. Esta taxa será restituída se a ordem de transferência não tiver sido executada em conseqüência de uma irregularidade de serviço.

3.— A reclamação só é admitida no prazo de um ano a contar do dia imediato ao que foi dada a ordem de transferência.

CHAPITRE IV

Responsabilité

ARTICLE 11

Étendue de la responsabilite

1.— Les Administrations sont responsables des erreurs commises par leur service dans les inscriptions des virements au crédit des comptes courants postaux, ainsi que des indications erronées fournies par elles sur les listes de virements qu'elles transmettent aux autres Administrations.

2.— La responsabilité est limitée au remboursement du montant du virement.

3.— Les Administrations ne sont tenues à aucune responsabilité du chef des retards qui peuvent se produire dans la transmission et l'exécution des ordres de virements.

ARTICLE 12

Détermination de la responsabilité

La responsabilité incombe à l'Administration dans le service de laquelle l'erreur a été commise. Lorsque l'erreur est imputable aux deux Administrations, elles contribuent au remboursement par parts égales.

ARTICLE 13

Remboursement des sommes dues au réclamant

L'obligation de rembouser la somme due au réclamant incombe à l'Administration saisie de la réclamation, sous réserve de l'exercice de son droit de recours contre l'Administration responsable.

Le remboursement doit avoir lieu dès que la responsabilité du service a été établie.

L'Administration présumée responsable qui, après une mise en demeure, n'a pas répondu dans un délai de six mois est considérée comme ayant reconnu tacitement sa responsabilité.

ARTICLE 14

Remboursement à l'Administration créancière

L'Administration responsable est tenue de désintéresser l'Administration qui a effectué le remboursement dans un délai de deux mois après réception de la notification du remboursement. L'Administration débitrice est redevable d'un intérêt de sept pour cent l'an, à partir de l'échéance dudit délai.

CHAPITRE V

Comptabilité

ARTICLE 15

Attribution des taxes

Chaque Office garde en entier les taxes qu'il a perçues.

ARTICLE 16

Décompte des sommes virées. Établissement des soldes et des intérêts

1.— Les Offices dressent, pour chaque jour ouvrable et pour chaque pays participant, un compte sur lequel sont récapitulés les totaux des listes de virements reçues et expédiées.

CAPÍTULO IV

Responsabilidade

ARTIGO 11

Limite da responsabilidade

1.— As Administrações são responsáveis pelos êrros cometidos pelo seu serviço no lançamento de transferências no crédito das contas correntes postais, assim como pelas erradas indicações que forneçam nas listas de transferência por elas remetidas às outras Administrações.

2.— A responsabilidade é, porém, limitada ao reembôlso da importância da transferência.

3.— As Administrações não assumem qualquer responsabilidade pelo facto de demora que possa dar-se na transmissão e execução das ordens de transferências.

ARTIGO 12

Determinação da responsabilidade

A responsabilidade pertence à Administração em cujo serviço tenha sido cometida a irregularidade.

Quando o êrro fôr da responsabilidade de duas Administrações será o reembôlso pago em partes iguais.

ARTIGO 13

Reembôlso das importâncias devidas ao reclamante

À Administração que recebeu a reclamação, incumbe a obrigação de reembolsar a importância devida ao reclamante, reservando-se o direito de recorrer contra a Administração responsável.

O reembôlso deve ter lugar logo que tenha sido determinado qual o serviço responsável.

A Administração considerada responsável que não responder no prazo de seis meses a qualquer intimação que lhe seja feita é considerada como tendo tàcitamente reconhecido a sua responsabilidade.

ARTIGO 14

Reembôlso à administração credora

A Administração responsável é obrigada a indemnizar a que efectuou o reembôlso no prazo de dois meses depois de recebida a notificação de êle se ter efectuado.

A Administração devedora deve pagar o juro de 7 por cento ao ano, a contar da data do vencimento do dito prazo.

CAPÍTULO V

Contabilidade

ARTIGO 15

Arrecadação das taxas

As Administrações arrecadam por inteiro as taxas que receberem.

ARTIGO 16

Conta das importâncias transferidas — Estabelecimento dos saldos e dos juros

1.— As Administrações organizam em cada dia útil, e por cada um dos países com que se correspondam, uma conta, na qual serão recapitulados os totais das listas de transferências recebidas e expedidas.

2.— Le règlement de ces comptes est basé sur le principe de la compensation réciproque. A cet effet, et sauf arrangement contraire, la créance la plus faible est convertie en monnaie de la créance la plus forte calculée d'après la moyenne arithmétique des cours du change cotés officiellement aux bourses ou aux banques spécialement désignées par chaque pays intéressé.

L'Office qui, pour une raison quelconque, ne désire pas faire application de la compensation réciproque peut déclarer qu'il se libérera de la totalité des sommes dues.

3.— La compensation est effectuée journellement. Toutefois, les Offices peuvent s'entendre en vue de grouper dans un même décompte les totaux de plusieurs journées.

4.— Le solde résultant de chaque compte est productif d'intérêt à partir d'un délai et à un taux fixés d'un commun accord par les Offices des pays contractants. Le taux de cet intérêt ne peut excéder cinq pour cent l'an.

ARTICLE 17

Payement des soldes. Intérêts moratoires

1.— En vue du payement des soldes, chaque Office peut entretenir d'une manière quelconque auprès de l'Office d'un pays contractant un avoir en monnaie de ce pays. Si cet avoir ne suffit pas pour exécuter les ordes donnés, les virements sont néanmoins portés au crédit des comptes des bénéficiaires.

L'avoir peut servir également au règlement des soldes débiteurs de tous autres comptes postaux, télégraphiques ou téléphoniques. Il ne peut, en aucun cas, recevoir une affectation autre sans le consentement de l'Office qui l'a constitué.

2.— L'Office créancier a le droit d'exiger en tout temps le payement des soldes. Le cas échéant, il fixe la date à laquelle le payement devra être effectué, en tenant compte des délais de distance. Si l'Office débiteur n'a pas effectué le payement à la date fixée, le taux de l'intérêt prévu au § 4 de l'article précédent est augmenté de deux pour cent l'an à compter du sixième jour qui suit cette date.

ARTICLE 18

Compte général trimestriel

A la fin de chaque trimestre, chaque Office créancier transmet aux Offices débiteurs, pour approbation, une récapitulation générale des comptes journaliers, des acomptes payés, et, le cas échéant, des intérêts mis en compte. Le solde du compte général trimestriel est reporté sur le trimestre suivant.

CHAPITRE VI

Dispositions diverses

ARTICLE 19

Liste des titulaires de comptes

Les titulaires de comptes peuvent obtenir, par l'intermédiaire de l'Office qui tient leurs comptes, les listes de titulaires publiées par les autres Offices, aux prix déterminés par ceux-ci dans leur service intérieur.

Les Offices se livrent réciproquement, à titre gratuit, les listes nécessaires pour les besoins du service.

2. — A regularização destas contas é baseada no princípio da compensação recíproca. Para êste fim, e salvo acôrdo em contrário, o crédito menor é convertido em moeda do crédito maior, calculado segundo a média aritmética das cotações oficiais das bôlsas ou bancos especialmente designados por cada país interessado.

A Administração que, por qualquer motivo não deseje utilizar-se da compensação recíproca, pode declarar que se creditará da totalidade das importâncias devidas.

3. — A compensação é efectuada diàriamente. Podem, todavia, as Administrações combinar em reünir numa mesma conta os totais de muitos dias.

4. — O saldo resultante de cada conta vence juro a contar de um prazo e a uma taxa que devem ser fixados de comum acôrdo entre as Administrações dos países aderentes. A taxa dêste juro não deve exceder cinco por cento ao ano.

ARTIGO 17

Pagamento dos saldos. Juros moratórios

1. — Destinado a pagamento dos saldos, cada Administração pode ter depositada, segundo a sua conveniência, junto da Administração de um outro país aderente uma importância em moeda dêsse país. Se êste depósito não chegar para executar as ordens dadas, as transferências são, não obstante, levadas a crédito das contas dos beneficiários.

O depósito pode igualmente servir para a regularização dos saldos devedores de todas as outras contas postais, telegráficas ou telefónicas.

O referido depósito não pode em caso algum ter qualquer outra aplicação sem o consentimento da Administração a que êle pertence.

2. — A Administração credora tem o direito de, a todo o tempo, exigir o pagamento dos saldos. Neste caso, fixa a data em que o pagamento deve ser feito, tomando em consideração que êste prazo seja fixado em relação às demoras resultantes das distâncias. Se a Administração devedora não efectuar o pagamento no prazo fixado, a taxa dos juros prevista no § 4 do artigo anterior sofre um aumento de 2 por cento ao ano, a contar do sexto dia imediato ao do vencimento do prazo.

ARTIGO 18

Conta geral trimestral

No fim de cada trimestre cada uma das Administrações credoras remete às Administrações devedoras, para aprovação, uma recapitulação geral das contas diárias, dos pagamentos efectuados e dos juros respectivos, quando os houver.

O saldo da conta geral trimestral é transportado para o trimestre seguinte.

CAPÍTULO VI

Disposições diversas

ARTIGO 19

Listas dos titulares das contas

Os titulares de contas podem adquirir, por intermédio da Administração encarregada das suas contas, as listas de titulares publicadas pelas outras Administrações, pelo preço por que elas as venderem no seu serviço interno. As Administrações permutam, recíproca e gratuitamente, as listas indispensáveis às necessidades do serviço.

ARTICLE 20

Application des dispositions d'ordre général de la Convention

Les dispositions d'ordre général qui figurent aux titres I et II de la Convention sont applicables aux virements postaux, à l'exception, toutefois, des prescriptions faisant l'objet de l'article 7.

ARTICLE 21

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions de l'Arrangement et de son Règlement;

b) La majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et du Règlement, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage.

Dispositions finales

ARTICLE 22

Mise à exécution et durée de l'Arrangement

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:
David Bjurström.

Pour l'Allemagne:
W. Schenk.
K. Orth.

Pour l'Autriche:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Bolivie:
Mto. Urriolagoitia H.

Pour la République de Cuba:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:
C. Mondrup.
Holmblad.

ARTIGO 20

Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção

As disposições de ordem geral a que se referem os títulos I e II da Convenção são aplicáveis às transferências postais, com excepção, todavia, das disposições do artigo 7

ARTIGO 21

Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões

Para que as propostas feitas no intervalo das reüniões se tornem executivas (artigo 18 e 19 da Convenção) devem reünir;

a) dois terços dos votos se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições do Acôrdo e do seu regulamento;

b) a maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições do Acôrdo e do seu Regulamento, salvo o caso de litígio que será submetido à arbitragem.

Disposições finais

ARTIGO 22

Entrada em execução e duração do Acôrdo

O presente Acôrdo entrará em execução no 1.º de Outubro de 1925, e vigorará por tempo indeterminado.

Em firmeza do que os plenipotenciários dos países acima citados assinaram o presente Acôrdo num exemplar que fica depositado nos Arquivos do Govêrno da Suécia e de que será dada uma cópia a cada país aderente.

Feito em Estocolmo, em 28 de Agosto de 1924.

Pela Albania:
David Bjurström.

Pela Alemanha:
W. Schenk.
K. Orth.

Pela Austria:
Julius Juhlin.
Gustaf Hihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Bolívia:
Mto. Urriolagoitia H.

Pela República de Cuba:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo,
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F.r Gentil.
Walter.

Pela Cidade livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas Colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body,
Douarche.
G. Béchel.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Hongria:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras Dependências japonesas:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Por Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da Zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):
El Conde de San Esteban de Canongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Pays-Bas:
Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour la Pologne:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:
George Lecca.

Pour la République de St-Marin:
Percival Kalling.

Pour le Territoire de la Sarre:
P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:
P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:
Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:
F. Gentil.
Barbarat.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:
Luis Alejandro Aguilar.

Por Marrocos (Zona espanhola):
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelos Países-Baixos:
Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pela Polónia:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas da África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:
George Lecca.

Pela República de S. Marino:
Percival Kalling.

Pelo Território do Sarre:
P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos:
Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krvavac.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:
P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:
Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zabrodsky.

Pela Tunísia:
F. Gentil.
Barbarat.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:
Luis Alejandro Aguilar.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les virements postaux conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE UNIQUE

Par dérogation aux disposition de l'article 13 de la Convention, chaque Pays contractant notifiera aux autres Pays adhérents la date à partir de laquelle il mettra le service des virements postaux en application.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk.
K. Orth.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin.
Gustaf Hihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoita H.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo às transferências postais celebrado hoje, os plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte:

ARTIGO ÚNICO

Em derrogação do disposto no artigo 13 da Convenção, cada país aderente notificará aos outros países aderentes a data em que começará a executar o serviço de transferências postais.

Em firmeza do que, os Plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo final, que terá tanta fôrça e validade como se as disposições nêle contidas estivessem insertas no próprio texto do Acôrdo, e assinaram num exemplar, que fica depositado nos arquivos do Govêrno da Suécia, e de que será dada uma cópia a cada uma das Partes.

Feito em Estocolmo, 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:

David Bjurström.

Pela Alemanha:

W. Schenk.
K. Orth.

Pela Áustria:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wenngvist.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia H.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas Colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori.
H. Kawai.
H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Canongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Elvas Floriado Santa Barbara.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Hungria:

O. de Fejer.
G. Baron Szalay.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo Japão:

S. Kamori.
H. Karvai.
H. Makino.

Pelo Chosen:

S. Komori.
R. Takahashi.

Pelo conjunto das outras Dependências japonesas:

K. Sugino.
H. Kawai.

Pela Lituânia:

I. Jurkúnas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Por Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da Zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelos Países-Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas da África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royoume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Ntokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:

George Lecca.

Pela República de S. Marino:

Percival Kalling.

Pelo Território do Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krvavac.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:

Judr. Otokar Ruzicka.
Joseph Zabrodsky.

Pela Tunisia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alexandro Aguilar.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les recouvrements

TABLE DES MATIÈRES

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

Art. 1.— Conditions de l'échange des valeurs à recouvrer.

CHAPITRE II

Objet du service

Art. 2.— Valeurs admises à l'encaissement.
Art. 3.— Protêts.

CHAPITRE III

Dépôt des valeurs à recouvrer

Art. 4.— Enoncé du montant des valeurs.
Art. 5.— Dépôt des valeurs. Taxe de l'envoi.
Art. 6.— Nombre et montant maximum des valeurs.
Art. 7.— Interdictions.

CHAPITRE IV

Encaissement des valeurs

Art. 8.— Non-acceptation de payements partiels.
Art. 9.— Droits d'encaissement et de présentation.
Art. 10.— Transmission du montant encaissé.
Art. 11.— Renvoi des valeurs non recouvrées.

CHAPITRE V

Retrait et rectifications. Réexpédition et renvoi. Réclamations

Art. 12.— Retrait des recouvrements. Rectification du bordereau.
Art. 13.— Réexpédition. Valeurs mal dirigées.
Art. 14.— Renvoi des valeurs irrécouvrables.
Art. 15.— Réclamations.

CHAPITRE VI

Responsabilité. Mandats de recouvrement

Art. 16.— Responsabilité en cas de perte de l'envoi ou des valeurs.
Art. 17.— Garantie des sommes recouvrées régulièrement.
Art. 18.— Application de dispositions spéciales de la Convention.
Art. 19.— Cas de retard.

CHAPITRE VII

Dispositions diverses

Art. 20.— Attribution des taxes.
Art. 21.— Bureaux participant au service.
Art. 22.— Application des dispositions d'ordre général de la Convention.
Art. 23.— Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales

Art. 24.— Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les recouvrements conclu entre

L'Albanie, l'Allemagne, l'Autriche, la Belgique, la Bolivie, le Chili, la République de Cuba, le Danemark, la Vile libre de Dantzig, l'Egypte, l'Espagne, les Colonies espagnoles, la France, l'Algérie, la Grèce, la

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo ao serviço de cobranças

INDICE

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 1.— Condições de permuta dos valores para cobrança.

CAPÍTULO II

Objecto do serviço

Art. 2.— Valores que se aceitam para cobrança.
Art. 3.— Protestos.

CAPÍTULO III

Entrega dos valores para cobrança

Art. 4.— Indicação da importância dos valores.
Art. 5.— Entrega dos valores. Taxa de expedição.
Art. 6.— Número e importância máxima dos valores.
Art. 7.— Proïbições.

CAPÍTULO IV

Cobrança dos valores

Art. 8.— Recusa de pagamentos parciais.
Art. 9.— Prémios de cobrança e de apresentação.
Art. 10.— Remessa da importância cobrada.
Art. 11.— Devolução dos valores não cobrados.

CAPÍTULO V

Faculdade de retirar do correio os valores a cobrar e rectificações — Reexpedição e devolução — Reclamações

Art. 12.— Faculdade de retirar do correio os valores a cobrar. Rectificação da lista de cobrança.
Art. 13.— Reexpedição. Valores mal dirigidos.
Art. 14.— Devolução dos valores não cobrados.
Art. 15.— Reclamações.

CAPÍTULO VI

Responsabilidade — Vales de cobrança

Art. 16.— Responsabilidade no caso de perda da remessa ou dos valores.
Art. 17.— Garantia das importâncias cobradas regularmente.
Art. 18.— Aplicação das disposições especiais da Convenção.
Art. 19.— Demora.

CAPÍTULO VII

Disposições diversas

Art. 20.— Arrecadação das taxas.
Art. 21.— Estações que desempenham o serviço.
Art. 22.— Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção.
Art. 23.— Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões.

Disposições finais

Art. 24.— Entrada do Acôrdo em execução e sua duração.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo ao serviço de cobranças celebrado entre os seguintes países

Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bolívia, Chile, República de Cuba, Dinamarca, Cidade livre de Dantzig, Egipto, Espanha, Colónias espanholas, França, Algéria, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, conjunto das Colónias

Hongrie, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies italiennes, la Lettonie, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), le Maroc (Zone espagnole), la Norvège, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume de Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchecoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, et les Etats-Unis de Vénézuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un commum accord et sous réserve de ractification, arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

ARTICLE 1

Conditions de l'echange des valeurs à recouvrer

L'échange des valeurs à recouvrer, entre ceux des Pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

CHAPITRE II

Objet du service

ARTICLE 2

Valeurs admises à l'encaissement

Sont admis à l'encaissement les quittances, factures, billets à ordre, traites, coupons d'intérêt et de dividende, titres amortis, et généralement toutes valeurs commerciales au autres, payables san frais.

Les Administrations qui ne peuvent se charger de l'encaissement de coupons d'intérêt ou de dividende et de titres amortis le notifient aux autres Administrations par l'intermédiaire du Bureau international.

ARTICLE 3

Protêts

Les Administrations peuvent se charger de faire protester les effets de commerce et de faire exercer des poursuites judiciaires au sujet de créances. Elles arrêtent, d'un commun accord, les dispositions nécessaires à cet effet.

CHAPITRE III

Dépôt des valeurs à recouvrer

ARTICLE 4

Enoncé du montant des valeurs

Sauf arrangement contraire, le montant des valeurs à recouvrer est exprimé dans la monnaie du pays chargé du recouvrement.

ARTICLE 5

Dépôt des valeurs. Taxe de l'envoi

Le dépôt des valeurs à recouvrer est fait sous forme d'envoi recommandé affranchi, adressé directement par le déposant au bureau de poste chargé d'encaisser les fonds.

La taxe de l'envoi ne doit pas dépasser celle d'une lettre recommandée du même poids.

Italianas, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona espanhola), Marrocos (Zona espanhola), Noruega, Países Baixos, Índias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia e os Estados Unidos da Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima designados, visto o artigo 3.º da Convenção, estipularam, de comum acôrdo e sob reserva de ractificação, as disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

ARTIGO 1

Condições de permuta dos valores a cobrar

A permutação de valores a cobrar entre os Países Contratantes, cujas Administrações se encarregarem dêste serviço, obedece às disposições do presente Acôrdo.

CAPÍTULO II

Objecto do serviço

ARTIGO 2

Valores que se aceitam para cobrança

Admitem-se à cobrança recibos, facturas, ordens de pagamento, letras de câmbio, cupões de juros e de dividendos, títulos amortizados e, em geral, todos os valores comerciais ou quaisquer outros pagáveis sem despesas.

As Administrações que não puderem encarregar-se da cobrança de cupões de juros ou de dividendos e de títulos amortizados, assim o deverão participar às outras administrações interessadas, por intermédio da Secretaria Internacional.

ARTIGO 3

Protestos

As Administrações podem encarregar-se de fazer protestar os títulos comerciais, assim como de promover outras diligências judiciárias por falta de pagamento. As referidas administrações estipulam de comum acôrdo as disposições necessárias com respeito a êste serviço.

CAPÍTULO III

Entrega dos valores para cobrança

ARTIGO 4

Indicação da importância dos valores

A importância de valores a cobrar pelo correio deve ser indicada na moeda do país encarregado da cobrança, salvo acôrdo em contrário.

ARTIGO 5

Entrega dos valores. Taxa de expedição

A entrega de valores a cobrar faz-se em forma de carta registada e franqueada, transmitida directamente pelo remetente à estação postal encarregada de receber as respectivas importâncias.

A taxa da carta contendo valores a cobrar não pode exceder a de uma carta registada de pêso igual.

ARTICLE 6

Nombre et montant maximum des valeurs

1.— Le même envoi peut contenir plusieurs valeurs recouvrables par le bureau destinataire sur des débiteurs différents, au profit d'une même personne.

Toutefois, ces valeurs ne peuvent être assignées sur plus de cinq débiteurs différents, ni être encaissables à différents jours d'échéance.

2.— Le montant total à encaisser ne doit pas excéder par envoi le maximum admis par le pays de destination pour l'émission des mandats de poste, à moins que les Administrations n'adoptent, d'un commun accord, un maximum plus élevé.

ARTICLE 7

Interdictions

Il est interdit:

a) de porter sur les valeurs des notes ne concernant pas l'objet du titre;

b) de joindre à ces valeurs des lettres ou des notes pouvant tenir lieu de correspondance entre le créancier et le débiteur;

c) de consigner sur le bordereau d'expédition des annotations autres que celles que comporte sa contexture.

CHAPITRE IV

Encaissement des valeurs

ARTICLE 8

Non-acceptation de payements partiels

Chaque valeur doit être payée intégralement et en une seule fois, sinon elle est considérée comme refusée.

ARTICLE 9

Droits d'encaissement et de présentation

1.— L'Administration chargée du recouvrement prélève sur le montant de chaque valeur recouvrée un droit d'encaissement de 30 centimes.

2.— Toute valeur présentée à l'encaissement et non payée est passible d'un droit de présentation de 20 centimes.

Ne sont pas soumises à ce droit les valeurs qui, par suite d'une irrégularité quelconque ou d'un vice d'adresse, sont renvoyées à l'expéditeur sans avoir été mises en recouvrement.

ARTICLE 10

Transmission du montant encaissé

1.— Les sommes encaissées se rapportant à un même envoi sont transmises au déposant au moyen d'un mandat de poste, après déduction:

a) du droit d'encaissement et, éventuellement, du droit de présentation afférent aux valeurs impayées;

b) s'il y a lieu, des droits fiscaux appliqués aux valeurs; et

c) de la taxe ordinaire des mandats de poste qui est calculée sur le total de la somme encaissée, déduction faite des rétributions et droits indiqués sous *a*) et *b*).

Les mandats de recouvrement sont admis jusqu'au montant maximum adopté par les Administrations en vertu de l'article 6, § 2.

2.— Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées.

ARTIGO 6

Número e importância máxima dos valores

1.—A mesma remessa pode conter diversos valores a cobrar pela estação destinatária de diferentes devedores em proveito do mesmo remetente.

Todavia, estes valores não podem ser destinados a mais de cinco devedores diferentes nem cobráveis em datas diversas.

2. — A importância total a cobrar não pode exceder por remessa a quantia máxima admitida pelo país de destino para a emissão de vales do correio, salvo o caso em que as Administrações interessadas tenham adoptado, de comum acôrdo, uma importância mais elevada.

ARTIGO 7

Proibições

E proïbido:

a) juntar aos valores a cobrar indicações que não digam respeito à natureza dos próprios documentos;

b) juntar aos valores a cobrar cartas ou notas, com carácter de correspondência entre o credor e o devedor;

c) escrever na lista de expedição quaisquer outras indicações que não forem as admitidas pelo texto desta fórmula.

CAPÍTULO IV

Cobrança dos valores

ARTIGO 8

Recusa de pagamentos parciais

Cada título deve ser pago integralmente de uma só vez, e, deixando de o ser, considera-se como recusado.

ARTIGO 9

Prémios de cobrança e de apresentação

1.—A Administração postal encarregada da cobrança percebe, sôbre a importância de cada valor cobrado, um prémio de cobrança do 30 centimos.

2.— Qualquer valor apresentado à cobrança que não seja pago é onerado com uma taxa de apresentação de 20 centimos.

Não são sujeitos a esta taxa os valores que não tendo sido postos em cobrança em consequência de qualquer irregularidade ou por motivo dum êrro de endereço, devam ser devolvidos ao remetente.

ARTIGO 10

Transmissão da importância cobranda

1.—As importâncias cobradas respeitantes à mesma remessa são enviadas ao expedidor por meio dum vale do correio depois de deduzidos:

a) o prémio de cobrança e eventualmente a taxa de apresentação referente aos valores que não foram cobrados;

b) os direitos fiscais, quando os houver, aplicáveis aos valores a cobrar; e

c) o prémio ordinário dos vales do correio que é sempre calculado sôbre a importância total da quantia cobrada, depois de se lhe terem deduzido as retribuïções e direitos previstos nas alíneas *a*) e *b*).

Os vales de cobrança são aceitos até a importância máxima adoptada pelas Administrações em virtude do § 2 do artigo 6.

2.— As Administrações podem entender-se para a adopção de um outro processo para a liquidação das impor-

Elles peuvent notamment se charger, dans des conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

ARTICLE 11

Renvoi des valeurs non recouvrées

Les valeurs qui n'ont pu être recouvrées dans les délais fixés par le Règlement, et qui ne doivent pas être remises à un tiers désigné, sont renvoyées en franchise de port au bureau de dépôt.

Lorsqu'il n'y a pas de valeurs recouvrées ou que les sommes encaissées sont insuffisantes pour permettre la déduction intégrale des droits de présentation, ceux-ci sont réclamés à l'expéditeur de l'envoi. L'Administration chargée du recouvrement des valeurs n'est tenue à aucune mesure conservatoire, ni à aucun acte établissant le non-payement de ces titres.

CHAPITRE V

Retrait et rectifications. Réexpédition et renvoi. Réclamations

ARTICLE 12

Retrait des recouvrements. Rectification du bordereau

Aussi longtemps que le bureau destinataire d'un envo contenant des valeurs à recouvrer ne s'est pas dessais de celles-ci, le déposant peut, aux conditions déterminées pour les correspondances par l'article 45 de la Convention, retirer l'envoi ou une ou plusieurs des valeurs y contenues, ou faire rectifier, en cas d'erreur, les indications du bordereau d'expédition.

ARTICLE 13

Réexpédition. Valeurs mal dirigées

1.—En cas de changement de résidence d'un ou de plusieurs des destinataires, les valeurs à recouvrer sont réexpédiées dans l'intérieur du pays de destination. Il en est de même des valeurs à l'adresse de personnes habitant un endroit de la localité desservi par un autre bureau.

2.—Si un envoi est totalement composé de valeurs non encaissables par le bureau qui les reçoit, il est renvoyé au bureau d'origine, à moins que les débiteurs ne soient tous desservis par un autre bureau du pays de destination, auquel cas il est dirigé sur ce bureau.

Lorsqu'une partie des valeurs insérées dans un envoi ne sont pas encaissables par le bureau destinataire, celles-ci sont renvoyées à l'expéditeur et il est procédé à la mise en recouvrement des autres valeurs.

3.—Il n'est perçu aucun supplément de taxe du chef de ces réexpéditions.

ARTICLE 14

Renvoi des valeurs irrécouvrables

Les valeurs qui n'ont pu être recouvrées pour un motif quelconque sont renvoyées au déposant dans la forme prévue par le Règlement.

ARTICLE 15

Réclamations

Les prescriptions de l'article 47 de la Convention sont applicables aux réclamations concernant les envois de valeurs à recouvrer.

tâncias cobradas. Podem, especialmente, encarregar-se, nas condições que estipularem, de fazer lançar as referidas importâncias em conta corrente postal no país de destino da remessa.

ARTIGO 11

Devolução dos valores não cobrados

Os valores que não tenham sido cobrados nos prazos fixados pelo regulamento e que não devam ser entregues a uma terceira pessoa são devolvidos isentos de franquia à estação expedidora.

Quando os valores não tenham sido cobrados ou as quantias recebidas sejam insuficientes para a dedução completa das taxas devidas, estas taxas são cobradas do remetente. A Administração encarregada da cobrança não fica obrigada a processo algum judiciário nem a provar por qualquer forma a razão da falta de pagamento desta cobrança.

CAPÍTULO V

Faculdade de retirar do correio os valores a cobrar e rectificações, reexpedição e devolução. Reclamações

ARTIGO 12

Faculdade de retirar do correio os valores à cobrança. Rectificação da lista de cobrança

Emquanto a estação destinatária de uma carta contendo valores à cobrança não fizer entrega dos mesmos valores, o expedidor pode, nas condições determinadas para as correspondências no artigo 45 da Convenção, retirar a referida carta ou um ou mais dos valores nela contidos, ou, no caso de êrro, fazer rectificar as indicações da lista de cobrança.

ARTIGO 13

Reexpedição. Valores mal dirigidos

1.—Os valores a cobrar são reexpedidos no interior do país de destino, no caso de mudança de residência de um ou mais dos destinatários. Semelhantemente se procederá com os valores dirigidos a destinatários que habitem uma localidade servida por outra estação.

2.—Se uma remessa se compuser totalmente de valores incobráveis, a estação que os receber devolve-os à estação expedidora, a não ser que os devedores sejam servidos por outra estação do país de destino, devendo, neste caso, ser dirigida a esta estação.

Quando uma parte dos valores incluídos num sobrescrito não fôr cobrável pela repartição destinatária, será ela devolvida ao expedidor, procedendo-se a cobrança dos restantes valores.

3.—Por estas reexpedições não será recebido suplemento algum de taxa.

ARTIGO 14

Devolução dos valores não cobrados

Os valores que não tenham sido cobrados por qualquer motivo são devolvidos ao expedidor pela forma prevista no regulamento.

ARTIGO 15

Reclamações

As prescrições do artigo 47 da Convenção são aplicáveis às reclamações respeitantes às remessas de valores à cobrança.

CHAPITRE VI

Responsabilité. Mandats de recouvrement

ARTICLE 16

Responsabilité en cas de perte de l'envoi ou des valeurs

1.— La perte d'un envoi recommandé contenant des valeurs à recouvrer engage la responsabilité du service postal envers l'expéditeur dans les conditions déterminées pour les envois recommandés par les articles 50 et 51 de la Convention.

Il en est de même s'il s'agit de la perte d'un envoie contenant des valeurs impayées en retour.

2.— En cas de perte des valeurs après l'ouverture du pli qui les contient, soit au bureau chargé de l'encaissement, soit au bureau chargé de la restitution au déposant, l'Administration responsable n'est tenue de rembourser à l'expéditeur que le montant effectif du dommage causé, sans que ce montant puisse excéder celui de l'indemnité prévue au paragraphe 1 ci-dessus.

3.— Les dispositions des articles 53 à 57 de la Convention, qui ont trait à l'indemnité, s'appliquent aux envois de recouvrement.

ARTICLE 17

Garanties des sommes recouvrées régulièrement

Les sommes recouvrées régulièrement, déduction faite des taxes prévues à l'article 10, qu'elles aient été ou non converties en mandats de poste ou versées en compte courant postal, sont garanties à l'expéditeur des valeurs dans les conditions déterminées en faveur du déposant par l'Arrangement concernant les mandats de poste ou par les prescriptions régissant le service des chèques et virement postaux.

ARTICLE 18

Application de dispositions spéciales de la Convention

Les dispositions des articles 62 à 67 de la Convention, qui ont trait aux envois contre remboursement, sont applicables aux recouvrements en ce qui concerne les indemnités et sommes à payer, les délais de payement, le recours contre l'Office responsable et les mandats de recouvrement.

ARTICLE 19

Cas de retard

Les Administrations ne sont tenues à aucune responsabilité du chef de retards:

a) dans la transmission ou dans la présentation des valeurs à recouvrer;

b) dans la liquidation des sommes encaissées;

c) dans l'établissement du protêt ou dans l'exercice des poursuites judiciaires dont elles se seraient chargées par application des dispositions de l'article 3.

CHAPITRE VII

Dispositions diverses

ARTICLE 20

Attributions des taxes

La taxe d'un envoie contenant des valeurs à recouvrer ainsi que les droits d'encaissement et de présentation ne donnent lieu à aucun décompte entre les Offices intéressés.

CAPÍTULO VI

Responsabilidade — Vales de cobrança

ARTIGO 16

Responsabilidade no caso de perda da remessa ou dos valores

1.— A responsabilidade para com o remetente duma carta registada contendo valores a cobrar pertence ao serviço postal nas condições determinadas para os objectos registados nos artigos 50 e 51 da Convenção.

Igual responsabilidade pertence ao mesmo serviço postal no caso de perda duma carta devolvida contendo valores não cobrados.

2.— No caso em que os valores tenham sido perdidos depois de aberto o sobrescrito que os contiver, em qualquer das estações encarregadas da cobrança ou da restituïção ao expedidor, a Administração responsável só é obrigada a reembolsar o remetente da importância efectiva do prejuízo causado, não podendo êste reembôlso exceder a importância da indemnização prevista no § 1 antecedente.

3.— As disposições dos artigos 53 a 57 da Convenção, que tratam da indemnização, aplicam-se às remessas de cobranças.

ARTIGO 17

Garantia das importâncias cobradas regularmente

As importâncias regularmente cobradas, depois de deduzidas as taxas previstas no artigo 10, quer elas sejam, quer não, convertidas em vales de correio ou lançadas em conta corrente postal, pertencem ao remetente dos valores nas condições determinadas em benefício do expedidor, pelo Acôrdo referente aos vales do correio ou pelas prescrições que regem o serviço de cheques e transferências postais.

ARTIGO 18

Aplicação de disposições especiais da Convenção

As disposições dos artigos 62 a 67 da Convenção que tratam da expedição dos objectos contra embôlso são aplicáveis às cobranças na parte respeitante às indemnizações e quantias a pagar, aos prazos de pagamento, ao recurso contra a Administração responsável e aos vales de cobrança.

ARTIGO 19

Demora

As Administrações não assumem nenhuma responsabilidade pelas demoras:

a) na transmissão ou na apresentação dos valores a cobrar;

b) na liquidação das importâncias cobradas;

c) no estabelecimento do protesto ou de processos judiciais de que elas se encarreguem para a aplicação das disposições do artigo 3.

CAPÍTULO VII

Disposições diversas

ARTIGO 20

Arrecadação das taxas

O porte duma remessa contendo valores a cobrar, assim como as taxas de cobrança e apresentação, não dão lugar a conta alguma entre as Administrações interessadas.

ARTICLE 21

Bureau participant au service

Les Administrations doivent admettre au service des recouvrements tous les bureaux chargés du service des mandats de poste internationaux.

ARTICLE 22

Application des dispositions d'ordre général de la Convention

Les dispositons d'ordre général qui figurent aux titres I e II de la Convention sont applicables au présent Arrangement à l'exception, toutefois, des prescriptions faisant l'objet de l'article 7.

ARTICLE 23

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir :

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des articles 1 à 17, 19, 20, 23 et 24 de l'Arrangement et 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14 et 18 de son Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de l'Arrangement autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent et des articles 8, 10 e 15 du Règlement;

c) la majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles du Règlement ou de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et de son Règlement, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage.

Dispositions finales

ARTICLE 24

Mise à exécution et durée de l'Arrangement

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie será remise à chaque Partie.

Fait à Stockolm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:
David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:
W. Schenk.
K. Orth.

Pour l'Autriche:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

ARTIGO 21

Estações que desempenham o serviço

As Administrações admitem ao serviço das cobranças todas as estações encarregadas do serviço de vales internacionais.

ARTIGO 22

Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção

As disposições de ordem geral que figuram nos títulos I e II da Convenção são aplicáveis ao presente Acôrdo, com excepção, contudo, das prescrições estaestabelecidos no artigo 7.

ARTIGO 23

Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões

Para que se tornem executivas, as propostas feitas no intervalo das reüniões (artigo 18 e 19 da Convenção) devem reünir:

a) a unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições dos artigos 1 a 17, 19, 20. 23 e 24 do Acôrdo e 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14 e 18 do seu regulamento;

b) dois terços dos votos, se se tratar da modificação de disposições do Acôrdo não mencionadas na alínea antecedente e dos artigos 8, 10 e 15 do regulamento;

c) a maioria absoluta, se se tratar da modificação dos outros artigos do regulamento ou da interpretação das disposições do Acôrdo e seu regulamento, salvo o caso de discordância, que será submetido à arbitragem.

Disposições finais

ARTIGO 24

Entrada do Acôrdo em execução e sua duração

O presente Acôrdo entrará em execução no dia 1 de Outubro de 1925 e vigorará por tempo indeterminado.

Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima designados assinaram o presente Acôrdo num exemplar que fica depositado nos arquivos do Govêrno da Suécia, de que será dada uma cópia a cada país aderente.

Feito em Estocolmo em 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:
David Bjurstrom.

Pela Alemanha:
W. Schenk.
K. Orth.

Pela Áustria:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Bélgica:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Chili:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour la France:

M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pela Bolívia:

Mto. Urriolagoitia H.

Pelo Chile:

Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pela República de Cuba:

José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pelo Egipto:

H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pela Espanha:

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas Colónias espanholas:

Martin Vicente Salto.

Pela França:

M. Lebon.
Robert Higguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pela Grécia:

Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela Hungria:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Islândia:

C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Itália:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:

Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henriques Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pela Letónia:

Ed. Kadihis.
Louis Rudans.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pelo Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (à exclusão da Zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (Zona espanhola):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pelos Países Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pelas Índias neerlandesas:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pelas colónias neerlandesas na América:

I. J. Milborn.

Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henriques Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas da África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Roménia:

George Lecca.

Pela República de S. Marino:

Percival Kalling.

Pelo Território do Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenos:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Tcheco-Slováquia:

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia:

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia:

Por Mehmed Sabry:

Béha Taly.
Béha Taly.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les abonnements aux journaux et écrits périodiques

TABLE DES MATIÈRES

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

Art. 1.— Conditions de l'établissement du service des abonnements.

CHAPITRE II

Conditions d'abonnement. Taxes

Art. 2.— Souscriptions.
Art. 3.— Prix de livraison.
Art. 4.— Prix d'abonnement.
Art. 5.— Changements de prix.
Art. 6.— Imprimés encartés.
Art. 7.— Périodes d'abonnement. Abonnements demandés tardivement.
Art. 8.— Continuation des abonnements en cas de cessation du service.
Art. 9.— Abonnements recueillis directement par les éditeurs.

CHAPITRE III

Réexpédition. Réclamations. Responsabilité

Art. 10.— Réexpedition.
Art. 11.— Réclamations.
Art. 12.— Responsabilité.

CHAPITRE IV

Comptabilité

Art. 13.— Atribution des taxes.
Art. 14.— Comptes.

CHAPITRE V

Dispositions diverses

Art. 15.— Bureaux d'échange.
Art. 16.— Application des dispositions d'ordre général de la Convention.
Art. 17.— Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Dispositions finales

Art. 18.— Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les abonnements aux journaux et écrits périodiques conclu entre

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Bolivie, la Bulgarie, le Chili, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville libre de Dantzig, l'Egypte, l'Espagne, les Colonies espagnoles, l'Esthonie, la Finlande, la France, l'Algerie, la Grèce, la République du Honduras, la Hongrie, l'Italie, l'ensemble des Colonies italiennes, la Lettonie, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), la Norvège, les Pays-Bas, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, les Colonies portugaises de l'Asie e de l'Océanie, la Roumanie, la République de St. Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchecoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay e les Etats-Unis de Vénézuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont, d'un com-

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo às assinaturas de jornais e publicações periódicas

INDICE

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 1.— Condições do estabelecimento do serviço das assinaturas.

CAPÍTULO II

Condições de assinatura. Taxas

Art. 2.— Assinaturas.
Art. 3.— Preço de publicação.
Art. 4.— Preço da assinatura.
Art. 5 — Alterações de preço.
Art. 6.— Impressos incluídos em jornais.
Art. 7.— Períodos de assinatura. Assinaturas pedidas tardiamente.
Art. 8.— Continuação das assinaturas no caso de suspensão do serviço.
Art. 9.— Assinaturas recebidas directamente pelos editores.

CAPÍTULO III

Reexpedição. Reclamações. Responsabilidade

Art. 10.— Reexpedição.
Art. 11.— Reclamações.
Art. 12.— Responsabilidade.

CAPÍTULO IV

Contabilidade

Art. 13.— Arrecadação das taxas.
Art. 14.— Contas.

CAPÍTULO V

Disposições diversas

Art. 15.— Estações de permutação.
Art. 16.— Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção.
Art. 17.— Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões.

Disposições finais

Art. 18.— Entrada em execução e duração do Acôrdo.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Acôrdo relativo às assinaturas de jornais e publicações periódicas celebrados entre os seguintes países

Albânia, Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Bulgária, Chile, República da Colômbia, República de Cuba, Dinamarca, Cidade livre de Dantzig, Egipto, Espanha, Colónias Espanholas, Estónia, Finlândia, França, Algéria, Grécia, República de Honduras, Hungria, Itália e Colónias Italianas, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona espanhola), Marrocos (Zona espanhola), Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, Colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, Uruguai e os Estados Unidos da Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima designados, visto o artigo 3.º da Con-

mun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangemente suivant:

CHAPITRE I

Disposition préliminaire

ARTICLE PREMIER

Conditions de l'établissement du service des abonnements

Le service postal des abonnements aux journaux, entre ceux des Pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

Les écrits périodiques sont assimilés aux journaux au point de vue de l'abonnement.

CHAPITRE II

Conditions d'abonnement. Taxes

ARTICLE 2

Souscriptions

Les bureaux de poste de chaque pays reçoivent les souscriptions du public aux journaux publiés dans les divers pays contractants et dont les éditeurs ont accepté l'intervention de la poste dans le service international des abonnements.

Ils acceptent également les souscriptions à des journaux de tous autres pays que certains Offices seraient en mesure de fournir.

Par application des dispositions de l'article 41, § 3, de la Convention, chaque pays a le droit de ne pas admettre les abonnements aux journaux qui seraient exclus, sur son territoire, du transport ou de la distribution.

ARTICLE 3

Prix de livraison

Chaque Office fixe les prix anxquels il fournit aux autres Offices ses journaux nationaux et, s'il y a lieu, journaux de toute autre origine.

Ces prix ne peuvent, dans aucun cas, être supérieurs à ceux qui sont imposés aux abonnés à l'intérieur, sauf addition, le cas échéant, des frais de transit et d'entrepôt que l'Office fournisseur doit payer aux Offices intermédiaires conformément aux dispositions de la Convention. Pour la fixation du prix de livraison, les frais de transit et d'entrepôt sont calculés d'avance à forfait, en prenant pour base le degré de périodicité combiné avec le poids moyen des journaux.

ARTICLE 4

Prix d'abonnement

1.— L'Office de destination convertit le prix de livraison en monnaie de son pays. Si les Offices ont adhéré à l'Arrangement concernant les mandats, ils opèrent la conversion d'après le taux applicable aux mandats de poste, à moins qu'ils ne conviennent d'un taux moyen de conversion.

2.— L'Office de destination fixe le prix à payer par l'abonné, en ajoutant au prix de livraison telle taxe, droit de commission ou de factage qu'il juge utile d'adopter, mais sans que ces redevances puissent dépasser celles qui sont perçues pour ses abonnements à l'intérieur. Il y ajoute, en outre, le droit de timbre qui serait exigible en vertu de la législation de son pays.

venção, estipularam, de comum acôrdo e sob reserva de ractificação, as disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

ARTIGO 1

Condições do estabelecimento do serviço das assinaturas

O serviço postal de assinaturas de jornais entre os países aderentes, cujas administrações resolvam estabelecer êste serviço, obedece às disposições do presente Acôrdo.

As assinaturas das publicações periódicas obedecem às condições estabelecidas para os jornais.

CAPÍTULO II

Condições de assinaturas. Taxas

ARTIGO 2

Assinaturas

As estações postais de cada país recebem do público assinaturas para os jornais dos países aderentes, cujos editores tenham aceitado a intervenção do correio no serviço internacional de assinaturas.

As mesmas estações também recebem assinaturas de jornais publicados em qualquer outro país que determinadas administrações estiverem no caso de fornecer.

Para aplicação das disposições do artigo 41.°, § 3.°, da Convenção, cada país tem o direito de não admitir as assinaturas de jornais que tenham sido excluídos, no seu território, do trânsito ou distribuïção.

ARTIGO 3

Preço de publicação

Cada Administração fixa os preços por que fornece, às outras administrações, tanto os seus jornais nacionais, como os jornais de qualquer outra procedência.

Estes preços não podem, em caso algum, ser superiores aos que se exigem aos assinantes no interior do país, salvo o aumento, se houver lugar, dos direitos de trânsito e de entreposto que a Administração de procedência deva pagar às Administrações intermediárias, de conformidade com as disposições da Convenção. Para a fixação do preço de publicação, os direitos de trânsito e de entreposto são calculados prèviamente, tomando-se por base o grau de periodicidade dos jornais combinado com o seu pêso médio.

ARTIGO 4

Preço da assinatura

1. A Administração do destino converte o preço de publicação na moeda do seu país. Se as Administrações dos referidos países fizerem parte do Acôrdo relativo aos vales do correio opera-se a conversão pela taxa aplicável aos mesmos vales, salvo quando resolvam adoptar uma taxa média de conversão.

2. A Administração de destino fixa o preço que tem a pagar o assinante, acrescentando ao preço da publicação o porte, comissão ou taxa que julgar necessários, não devendo, todavia, estas despesas exceder as que se exigem pelas assinaturas no interior do mesmo país. Quando o houver, a mesma Administração adiciona ao referido preço o imposto de sêlo estabelecido pela legislação do seu país.

3.— Le prix d'abonnement est exigible au moment de la souscription et pour toute la période d'abonnement.

ARTICLE 5

Changements de prix

Les changements de prix doivent être notifiés à l'Administration centrale du pays destinataire ou à un bureau spécialement désigné, au plus tard un mois avant le commencement de la période à laquelle ils se rapportent. Ils sont applicables aux abonnements qui sont souscrits pour cette période, mais n'ont pas d'effet sur les abonnements en cours au moment de la notification des nouveaux prix.

ARTICLE 6

Imprimés encartés

Les prix courants, prospectus, réclames, etc., encartés dans un journal mais qui ne font pas partie intégrante de celui-ci, sont soumis à la taxe des imprimés; cette taxe doit être représentée au moyen de timbres-poste ou d'empreintes de machines à affranchir, soit sur la bande ou l'enveloppe, soit sur l'imprimé lui-même.

ARTICLE 7

Périodes d'abonnement. Abonnements demandés tardivement

1.— Les abonnements ne peuvent être demandés que pour les périodes fixées aux listes officielles.

2.— Les abonnés qui n'ont pas fait leur demande en temps utile n'ont aucun droit aux numéros parus depuis le commencement de l'abonnement.

ARTICLE 8

Continuation des abonnements en cas de cessation du service

Lorsqu'un pays cesse sa participation à l'Arrangement, les abonnements courants doivent être servis dans les conditions prévues, jusqu'à l'expiration du terme pour lequel ils ont été demandés.

ARTICLE 9

Abonnements recueillis directement par les éditeurs

Les Administrations peuvent, d'un commun accord, autoriser les éditeurs à recueillir, de leur côté, des abonnements et à communiquer les adresses des abonnés directement au bureau de poste du lieu de publication. Ce procédé n'est admis que si l'abonné y consent.

Dans ce cas, il incombe à l'éditeur d'encaisser le prix d'abonnement et d'acquitter à l'Office du lieu de publication, qui se charge de leur répartition, les redevances dues aux Administrations intéressées.

CHAPITRE III

Réexpédition. Réclamation. Responsabilité

ARTICLE 10

Réexpédition

1.— Les abonnés peuvent, en cas de changement de résidence, obtenir que le journal parvienne à leur nouvelle adresse, soit à l'intérieur du pays de destination primitive, soit dans un autre pays contractant. Il est loisible de percevoir, de ce chef, un droit spécial qui, dans le second cas, est prélevé par l'Office de la nouvelle destination et ne peut pas dépasser un franc par trimestre.

3. O preço da assinatura é pago no acto de ela se fazer e por todo o tempo da sua duração.

ARTIGO 5

Alterações de preço

As alterações de preço devem ser comunicadas à Administração central do país destinatário ou a uma Repartição especialmente designada, e o mais tardar um mês antes de começar o período ao qual se referem. As alterações de preço são aplicáveis às assinaturas que forem tomadas para êste período, mas não aquelas que estiverem decorrendo por ocasião da notificação dos novos preços.

ARTIGO 6

Impressos incluidos em jornais

Os preços correntes, prospectos, reclamos, etc., incluídos em um jornal, mas que não façam parte integrante dêle, são submetidos à taxa dos impressos, sendo esta taxa representada por meio de selos postais ou impressões de máquinas de franquia, aplicados no próprio mpresso.

ARTIGO 7

Períodos de assinatura. Assinaturas pedidas tardiamente

1. As assinaturas só podem ser pedidas pelos períodos fixados nas listas oficiais.

2. Os assinantes que não fizerem os seus pedidos em tempo competente não têm direito algum aos números publicados desde o começo da assinatura.

ARTIGO 8

Continuação das assinaturas no caso de suspensão do serviço

Quando um país aderente cesse a sua participação ao Acôrdo, o serviço das assinaturas existentes continuará a ser desempenhado nas condições previstas no presente Acôrdo, até findar o período por que as mesmas assinaturas foram feitas.

ARTIGO 9

Assinaturas recebidas directamente pelos editores

Podem as Administrações, de comum acôrdo, autorizar os editores a receber de sua conta as assinaturas e comunicar os endereços dos assinantes à estação postal da localidade da publicação. Êste procedimento não será admitido sem consentimento do assinante.

Neste caso incumbe ao editor receber o preço da assinatura e de pagar à Administração da localidade da publicação encarregada da sua distribuição as despesas devidas às Administrações interessadas.

CAPÍTULO III

Reexpedição — Reclamações — Responsabilidade

ARTIGO 10

Reexpedição

1.—Podem os assinantes, no caso de mudança de residência, obter que o jornal alcance o seu novo endereço, tanto no interior do país do primitivo destino como de um outro país aderente. O país a que pertencer o novo destino tem a faculdade de cobrar por êste motivo uma taxa especial, que no segundo caso não pode exceder 1 franco por trimestre.

La disposition ci-dessus s'applique également aux journaux dont l'abonnement souscrit pour le pays de publication est transféré dans un autre pays contractant.

2.— Si l'abonné transfère sa résidence dans un pays non contractant, les numéros sont expédiés à l'adresse personnelle du destinataire dûment d'affranchis, soit par l'éditeur, soit par le bureau de première destination, moyennant payement préalable de l'affranchissement par l'abonné.

ARTICLE 11

Réclamations

Les Offices sont tenus de donner suite, sans frais pour les abonnés, à toute réclamation fondée concernant des irrégularités quelconques dans le service des abonnements.

ARTICLE 12

Responsabilité

Les Offices n'assument aucune responsabilité quant aux charges et obligations qui incombent aux éditeurs. Ils ne sont tenus à aucun remboursement en cas de cessation ou d'interruption de la publication d'un journal en cours d'abonnement.

CHAPITRE IV

Comptabilité

ARTICLE 13

Attribution des taxes

Sauf l'exception prévue à l'article 9, chaque Office garde en entier les taxes et droits qu'il a perçus en sus du prix de livraison.

ARTICLE 14

Comptes

1.— Les comptes des abonnements fournis et demandés sont dressés trimestriellement et soldés par l'Office débiteur en monnaie légale du pays créancier et dans le délai fixé par le Règlement. Sauf autre arrangement, la créance la plus faible est convertie en la monnaie de la créance la plus forte, conformément à l'article 27 de l'Arrangement concernant les mandats.

2.— Le payement du solde a lieu, sauf entente contraire, par mandat de poste. Les mandats émis à cette fin ne sont soumis à aucun droit et ils peuvent excéder le maximum déterminé par ledit Arrangement.

3.— Les soldes en retard portent intérêt à raison de sept pour cent l'an, au profit de l'Office créditeur.

CHAPITRE V

Dispositions diverses

ARTICLE 15

Bureaux d'échange

Le service des abonnements s'effectue par l'entremise de bureaux d'échange à designer par chaque Office.

ARTICLE 16

Aplication des dispositions d'ordre général de la Convention

Les dispositions d'ordre général qui figurent aux titres I et II de la Convention sont applicables au présent

A disposição acima citada aplica-se igualmente aos jornais cuja assinatura feita no país da publicação é transferida para um outro país aderente.

2.— Se o assinante mudar a sua residência para um país não aderente os jornais são expedidos para a morada pessoal do destinatário, devidamente franqueados, quer pelo editor quer pela estação do primeiro destino, mediante o pagamento prévio da franquia pelo assinante.

ARTIGO 11

Reclamações

As Administrações são obrigadas a fazer seguir, sem despesas para os assinantes, qualquer reclamação fundada respeitante a demoras ou quaisquer outras irregularidades no serviço das assinaturas.

ARTIGO 12

Responsabilidade

As Administrações não assumem responsabilidade alguma pelo que respeita aos encargos e obrigações inerentes aos editores. Igualmente não são obrigadas a reembôlso algum quando a publicação terminar ou se interromper durante o período da assinatura.

CAPÍTULO IV

Contabilidade

ARTIGO 13

Arrecadação das taxas

Salva a excepção prevista no artigo 9, cada Administração arrecada por inteiro as taxas e prémios que tenha recebido a mais do preço da publicação.

ARTIGO 14

Contas

1.— As contas relativas a assinaturas feitas e requisitadas estabelecem-se trimestralmente e são saldadas pela Administração devedora em moeda legal do país credor e no prazo fixado pelo Regulamento. Salvo acôrdo em contrário deve o crédito menor ser convertido na moeda do crédito maior em conformidade com o artigo 27 do Acôrdo relativo aos vales do correio.

2.— O pagamento do saldo, salvo acôrdo em contrário, faz-se por meio de um vale do correio. Os vales do correio, que por tal motivo se emitirem, não ficam sujeitos a prémio algum e podem exceder o máximo fixado pelo já referido Acôrdo.

3.— Os saldos em atraso vencem juros à razão de 7 por cento ao ano em proveito da Administração credora.

CAPÍTULO V

Disposições diversas

ARTIGO 15

Estações de permutação

O serviço de assinaturas efectua-se por intermédio das estações de permutação designadas por cada Administração.

ARTIGO 16

Aplicação das disposições de ordem geral da Convenção

As disposições de ordem geral que figuram nos títulos I e II da Convenção, são aplicáveis ao presente Acôrdo,

Arrangement, à l'exception, toutefois, des prescriptions faisant l'objet de l'article 7.

ARTICLE 17

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des articles 1 à 8, 11 à 15, 17 et 18 de l'Arrangement, et 1 à 5 et 15 de son Règlement;

b) Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles 6, 8, 9, 12 et 13 du Règlement;

c) La majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles de l'Arrangement et de son Règlement, ainsi que de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et du Règlement, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage.

Dispositions finales

ARTICLE 18

Mise à exécution et durée de l'Arrangement

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:
David Bjurstrom.

Pour l'Allemagne:
W. Schenk.
K. Orth.

Pour la République Argentine:
M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pour la Bolivie:
Mto. Urriolagoitia H.

Pour la Bulgarie:
N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pour le Chili:
César Léon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

com excepção, todavia, das prescrições contidas no artigo 7.

ARTIGO 17

Aprovação das propostas feitas no intervalo das reuniões

Para que se tornem executórias as propostas feitas no intervalo das reuniões (artigos 18 e 19 da Convenção) devem as mesmas propostas reünir:

a) a unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições dos artigos 1 a 8, 11 a 15, 17 e 18 do Acôrdo, e 1 a 5 e 15 do seu Regulamento;

b) dois terços dos votos, se se tratar da modificação das disposições dos artigos 6, 8, 9, 12 e 13 do Regulamento;

c) a maioria absoluta, se se tratar da modificação dos outros artigos do Acôrdo e do seu Regulamento assim como da interpretação das disposições do Acôrdo e do Regulamento, salvo o caso de divergência que deverá ser submetido a arbitragem.

Disposições finais

ARTIGO 18

Entrada em execução e duração do Acôrdo

O presente Acôrdo entrará em execução em 1 de Outubro de 1925 e vigorará por tempo indeterminado.

Em firmeza do que os plenipotenciários dos países acima mencionados assinaram o presente Acôrdo num exemplar que fica depositado nos Arquivos do Govêrno da Suécia e de que será dada uma cópia a cada país contratante.

Feito em Estolcomo aos 28 de Agosto de 1924.

Pela Albânia:
David Bjurstrom.

Pela Alemanha:
W. Schenk.
K. Orth.

Pela República Argentina:
M Rodriguez Ocampo.

Pela Áustria;
Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist,

Pela Bélgica:
A. Pirard.
Hub. Krains.
O. Schockaert.

Pela Bolívia:
Mto. Urriolagoiti a H.

Pela Bulgária:
N. Boschnacoff.
St. Ivanoff.

Pelo Chile:
Cesar Leon.
L. Tagle Salinas.
C. Verneuil.

Pour la République de Colombie:
Luis Serrano Blanco.

Pour la République de Cuba:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pour le Danemark:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pour la Ville livre de Dantzig:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:
H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:
Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:
Edward Wirgo.

Pour la Finlande:
G. E. F. Albrecht.

Pour la France:
M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pour l'Algérie:
H. Treuillé.

Pour la Grèce:
Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pour la République Honduras:

Pour la Hongrie:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Italie:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pela República da Colômbia:
Luis Serrano-Blanco.

Pela República de Cuba:
José D. Morales Diaz.
César Carvallo.

Pela Dinamarca:
C. Mondrup.
Holmblad.

Pela Cidade livre de Dantzig:
Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pelo Egipto:
H. Mazloum.
E. Maggiar.
Wahbé Ibrahim.

Pela Espanha:
El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pelas Colónias espanholas:
Martin Vicente Salto.

Pela Estónia:
Edward Wirgo.

Pela Finlândia:
G. E. F. Albrecht.

Pela França:
M. Lebon.
Robert Hicguet.
A. Body.
Douarche.
G. Béchel.

Pela Algéria:
H. Treuillé.

Pela Grécia:
Penthéroudakis.
J. Lachnidakis.

Pela República de Honduras:

Pela Hungria:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Itália:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pelo conjunto das Colónias italianas:
Luigi Picarelli.
Paolo Riello.
Giovanni Bartoli.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil.
Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pour la Norvège:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies Portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois.
C. Roches.

Pela Letónia:

Ed. Kadikis.
Louis Rudans.

Pela Lituânia:

I. Jurkunas-Scheynius.
Adolfas Sruoga.

Pelo Luxemburgo:

Jaaques.

Por Marrocos (com exclusão da Zona espanhola):

F. Gentil.
Walter.

Por Marrocos (Zona espanhola):

El Conde de S. Esteban de Cañongo.
José Moreno Pineda.
A. Camacho.

Pela Noruega:

Klaus Helsing.
Oskar Homme.

Pelos Países Baixos:

Schreuder.
J. S. v. Gelder.
J. M. Lamers.

Pela Polónia:

Dr. Alfred Wysocki.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.
Adalberto da Costa Veiga.

Pelas Colónias portuguesas de África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas Colónias portuguesas da Ásia e da Oceania:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pela Romania:

George Lecca.

Pela República de St-Marin:

Percival Kalling.

Pelo Território de Sarre:

P. Courtilet.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:

Dragutin Dimitrijevic.
Sava Tutundzic.
Milos Kovacevic.
Stojsa Krbavac.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Gustaf Kihlmark.
Gunnar Lager.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

P. Dubois.
C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie :

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie :

F. Gentil.
Barbarat.

Pour la Turquie :

Pour Mehmed Sabry :

Béha Taly.
Béha Taly.

Pour l'Uruguay :

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela :

Luis Alejandro Aguilar.

Pela Tcheco-Slováquia :

Judr Otokar Ruzicka.
Joseph Zábrodsky.

Pela Tunísia :

F. Gentil.
Barbarat.

Pela Turquia :

Pour Mehmed Sabry :

Béha Taly.
Béha Taly.

Pelo Uruguai :

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela :

Luis Alejandro Aguilar.

IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA